

XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

12 a 14 de novembro de 2015
Auditório da Adunicamp e CIS-Guanabara

**Os trabalhadores não
vão pagar pela crise!**



Caderno de Teses

JUNTOS SOMOS FORTES!



APRESENTAÇÃO

O Congresso dos Trabalhadores da Unicamp é o espaço máximo de organização e deliberação dos servidores da Universidade. Nele são discutidas e aprovadas, com a participação de toda a categoria, o plano de lutas com as ações prioritárias do sindicato para o próximo biênio. O congresso também é um importante momento de formação política, com debates que vão desde a conjuntura política nacional e internacional até questões referentes à organização sindical (como a eleição do Conselho Fiscal) e à realidade da Universidade (o que implica em discutir, por exemplo, modelo educacional, gestão de pessoal e políticas permanentes de combate às opressões).

O STU lança este caderno especial com a íntegra das cinco teses inscritas para o encontro, além das 10 contribuições. São textos que refletem sobre a situação atual da Universidade, os principais desafios e perspectivas dos trabalhadores para o próximo período. Neles estão expressos os diferentes pontos de vista dos grupos e ativistas que integram a categoria. A leitura, portanto, deve qualificar ainda mais os debates que estão por vir.

SUMÁRIO

06 | Regimento Interno do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

Teses

10 | Tese 1 - Tá na hora de um sindicato para a categoria - CUT

16 | Tese 2 - Unidade e Luta! Construindo o Vamos à Luta Nacional!

24 | Tese 3 - Vamos à Luta!

30 | Tese 4 - Base de Luta

38 | Tese 5 - Alerta Unicamp: Compromisso com os trabalhadores - CTB

Contribuições

43 | Contribuição - Contribuição dos aposentados para XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

44 | Contribuição - 30 horas semanais nas Universidades Públicas! Uma reivindicação importante, necessária e justa! - Contribuição à tese 02 Unidade e Luta - Construindo o Vamos à Luta Nacional

45 | Contribuição - Cultura e Esporte – Contribuição à tese 02 Unidade e Luta – Construindo o Vamos à Luta Nacional

46 | Contribuição - Nossa Classe Tem Cor e Nossa Cor é de Luta – Contribuição à tese 02 Unidade e Luta – Construindo o Vamos à Luta Nacional

49 | Contribuição - Para além das grades da UNICAMP: A Greve nas Federais e dos Demais Setores Públicos no Brasil – Contribuição à tese 02 Unidade e Luta – Construindo o Vamos à Luta Nacional

51 | Contribuição - Restaurante Universitário, a Bomba Continua Armada! – Contribuição à tese 02 Unidade e Luta – Construindo o Vamos à Luta Nacional

53 | Contribuição - Um projeto de Comunicação para o Sindicato – Contribuição à tese 02 Unidade e Luta – Construindo o Vamos à Luta Nacional

55 | Contribuição - Contribuição da funcionária Elizabeth Freitas Silva (FEA)

56 | Contribuição - Gênero e Diversidade Sexual: Contribuição à tese 02 Unidade e Luta – Construindo o Vamos à Luta Nacional

58 | Contribuição - Nota da OLPN (Organização para a Libertação do Povo Negro) – Campinas/SP/BR

REGIMENTO INTERNO 2015

O presente Regimento Interno foi aprovado pela Assembleia Geral dos Trabalhadores, realizada no dia 2 de setembro de 2015, e será novamente submetido à aprovação na plenária de abertura do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp.

CAPÍTULO I - DO CARÁTER E OBJETIVOS DO CONGRESSO

Art. 1º - São objetivos do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp:

a) avaliar a realidade da categoria e situação política, econômica e social, internacional, nacional e local, definindo a linha de atuação do movimento dos trabalhadores da Unicamp, bem como suas relações intersindicais e fixar seu plano de lutas;

b) apreciar e votar formas de organização sindical dos trabalhadores da Unicamp;

c) apreciar e votar qualquer tema, desde que aprovado na Assembleia da sua convocação;

d) apreciar e votar alterações estatutárias.

Parágrafo único - Tendo em vista os objetivos colocados, a dinâmica proposta para este Congresso deve atender a uma exigência fundamental: a de se garantir a mais ampla participação de todos os delegados nas discussões dos pontos de pauta, a partir das teses apresentadas, num clima de respeito e solidariedade de classe.

CAPÍTULO II - DA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 2º - O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp realizar-se-á nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2015, em local a ser definido pela Comissão Organizadora do Congresso.

CAPÍTULO III - DA COORDENAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 3º - Compete à coordenação do Congresso:

a) receber, preparar e encaminhar todas as teses e documentos para os trabalhos do Congresso;

b) orientar e coordenar globalmente todos os trabalhos do Congresso;

c) cumprir e assegurar o cumprimento do Regimento Interno;

d) formar as mesas para coordenação dos trabalhos previstas no capítulo VI;

e) preparar as pautas e o expediente das Plenárias;

f) preparar e encaminhar resolução do Congresso.

§ Único: É de competência da Comissão Organizadora do Congresso:

a) credenciar os delegados;

b) organizar as assessorias necessárias;

c) coordenar a comissão de emendas conjuntamente com a tese guia;

d) preparar caderno de emendas;

e) preparar, para a sessão de encerramento, o relatório final dos trabalhos.

CAPÍTULO IV - DOS PARTICIPANTES DO CONGRESSO

Art. 4º - Poderão participar todos os trabalhadores da Unicamp, ativos e aposentados (incluindo-se os contratados pela FUNCAMP, os terceirizados, estagiários e patrulheiros), desde que credenciados para tal.

Art. 5º - Os delegados serão eleitos em assembleias convocadas para tal fim, obedecendo aos critérios definidos em assembleia (seja nas unidades ou na Assembleia Geral); como segue:

§ 1º - Os trabalhadores que não se elegerem na assembleia de sua unidade poderão se eleger na assembleia final de acor-

Unidades nº Trabalhadores	Número Delegados
10 a 20	01
21 a 50	02
51 a 100	03
101 a 150	04
151 a 200	05
201 a 300	06
301 a 500	07
501 a 700	08
701 a 1.000	09
1.001 a 1.500	10
1.501 a 2.000	11

do com o artigo 5º.

§ 2º - Os delegados suplentes substituirão somente os delegados titulares ausentes de sua unidade.

§ 3º - Os delegados suplentes da Assembleia Final substituirão somente os delegados titulares de sua respectiva tese.

§ 4º - Na composição da delegação pela assembleia setorial, será arredondada para cima quando a fração for igual ou superior a 0,5.

§ 5º - Na Área de Saúde, será preservada a organização por departamentos e turnos para eleição de delegados. Sendo que as unidades que possuem turnos diferenciados devem priorizar o horário da reunião para adequar os dois turnos ou realizar mais de uma reunião.

§ 6º - Os delegados serão eleitos na proporção da tabela que consta neste artigo e mais 1 (um) para cada 10 (dez) trabalhadores presentes às assembleias setoriais. No caso da assembleia final o critério usado para tirar delegados é definido de acordo com o número de funcionários presentes à assembleia, sendo 1(um) delegado a cada 10 (dez) pessoas presentes. Fica garantido o direito do aposentado de se eleger na sua unidade, na Assembleia de Aposentados ou na Assembleia Geral, no entanto se ele estiver presente em sua unidade (sendo eleito ou não) não poderá ser quórum na Assembleia de aposentados.

Art. 6º - Todas as inscrições deverão passar pela Comissão Organizadora do Congresso. As dúvidas surgidas serão apreciadas, em última instância, pela plenária de abertura do Congresso, que decidirá pela maioria simples dos presentes, garantida a apreciação das razões das partes.

Art. 7º - Não há membros natos no Congresso.

Art. 8º - O credenciamento dos delegados e suplentes se

dará no local de realização do Congresso, até às 14h do dia 13/11/2015 (sexta-feira). Na ausência dos delegados, os suplentes assumirão a titularidade até o final da sessão.

Art. 9º - Serão credenciados como observadores do Congresso os trabalhadores da Unicamp, não eleitos delegados e convidados, que se fizerem presentes, sem direito a voz e sem direito a voto.

§ único: É facultada às teses a inscrição de um assessor, sem direito a voz e voto, para acompanhamento de sua bancada em plenária e do trabalho da comissão de relatores.

CAPÍTULO V - DA PAUTA DO CONGRESSO

Art. 10º - Será submetida à discussão do Congresso a seguinte pauta:

- Conjuntura Nacional/Internacional
- Universidade
- Estrutura sindical (avaliação STU - Balanço e Perspectivas)
- Alteração do Estatuto
- Plano de Lutas
- Eleição do Conselho Fiscal
- Políticas Permanentes e combate às opressões:
 - a) questão racial
 - b) gênero
 - c) orientação sexual / LGBTT

Parágrafo único - O Sindicato disponibilizará as teses terminado o prazo de entrega das mesmas, a Imprensa do STU disponibilizará cada uma delas para os representantes de proponentes.

CAPÍTULO VI - DOS ORGANISMOS DO CONGRESSO

Art. 11º - O Congresso será composto pelos seguintes órgãos:

- a) Plenária do Congresso;
- b) Grupos de Trabalho do Congresso;
- c) Comissão Organizadora do Congresso;
- d) Comissão de Sistematização.

CAPÍTULO VII - PLENÁRIA DO CONGRESSO

Art. 12º - A Plenária é o órgão máximo e soberano do Congresso e será composta pelos delegados credenciados, observadores e convidados, cabendo aos delegados a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, adendar ou suprimir, em parte ou na totalidade, as conclusões dos grupos de trabalho, observando-se a pauta, o Regimento Interno e a ordem do dia.

Art. 13º - Haverá sessões plenárias de:

- a) abertura e votação do Regimento Interno e debate sobre conjuntura;
- b) apresentação das teses; das contribuições, e votação da tese guia;
- c) discussão, votação dos temas e eleição Conselho Fiscal;
- d) Plenária Final, moções e encerramento do Congresso.

Art. 14º - As sessões plenárias serão dirigidas por uma mesa composta de 1 (um) coordenador, 1 (um) secretário e 2 (dois) relatores indicados.

Parágrafo único - A mesa convidará assessores auxiliares,

caso julgar necessário para auxiliar nos trabalhos.

Art. 15º - 1) A plenária de abertura destinar-se-á a:

- a) Saudação aos delegados;
- b) Apreciações de delegados irregulares;
- c) Aprovação do regimento interno do Congresso;
- d) Debate com convidados sobre conjuntura, indicados pelos proponentes das teses.

2) A segunda sessão plenária destinar-se-á à exposição das teses dentro da seguinte metodologia:

- a) serão apresentadas todas as teses inscritas ao Congresso; sendo que para apresentação cada tese terá 15 minutos e para defesa, 7 minutos;
- b) 5 minutos de apresentação para cada contribuição previamente inscrita;
- c) após as apresentações das Teses e contribuições, haverá votação e aprovação da Tese Guia.

3) A terceira sessão plenária destinar-se-á ao debate, apresentações e votações das emendas (adendos, supressão e substituição), eleição do Conselho Fiscal previstos na pauta do Congresso.

4) A quarta sessão plenária destinar-se-á às moções e encerramento do Congresso, sendo que as moções poderão referir-se a quaisquer problemas do interesse geral dos trabalhadores da Unicamp, do Brasil e do mundo.

Art. 16º - As sessões plenárias deliberarão sobre toda a pauta do Congresso, respeitando-se a seguinte metodologia:

a) serão discutidas e votadas as propostas provenientes dos grupos, desde que aprovadas por 10% dos votos dos presentes em cada grupo no momento da votação, estabelecido um mínimo de 02 (dois) votos;

b) discussão nos grupos: Todos os grupos debaterão um dos temas propostos e as alterações estatutárias. Vencido este tema, os grupos poderão escolher outros temas da pauta do Congresso para apreciação.

Parágrafo único - As propostas que forem apresentadas e não discutidas em grupos poderão ser encaminhadas pelos delegados à Plenária do congresso.

c) para cada intervenção será reservado o tempo de 3 (três) minutos, com a mesa avisando o orador ao término do segundo minuto e ao final do tempo;

d) a votação das emendas apresentadas pelos grupos sobre o tema em questão deverão ter sido entregues à comissão de emendas por escrito nos devidos formulários, podendo qualquer delegado defender e votar propostas divergentes.

e) para cada emenda será aberta uma defesa de 3 (três) minutos. Consultada a plenária, poder-se-á, extraordinariamente, permitir uma nova defesa para cada posição, seguida de votação.

f) Será garantida a ordem de defesa das propostas, nos

seguintes termos:

1. Propostas de alteração serão apresentadas e defendidas primeiro;
2. Quando ocorrerem duas propostas sobre o mesmo ponto, a mesa definirá a ordem por sorteio.

g) quando o delegado quiser fazer declaração de abstenção de voto, deverá entregar o crachá na mesa, durante a votação. Será dado o limite de 01 (um) minuto para até 03 (três) declarações.

Parágrafo único - As sessões plenárias deverão discutir os temas votando as resoluções para a elaboração dos anais do Congresso.

CAPÍTULO VIII - DOS GRUPOS DE TRABALHO NO CONGRESSO

Art. 17º - Os grupos de trabalho serão iniciados e formados pelos delegados, observadores e convidados devidamente credenciados.

§ 1º - Os delegados de cada unidade serão distribuídos proporcionalmente pela coordenação do Congresso nos grupos de trabalho.

§ 2º - As teses deverão indicar fora do sorteio 01 (um) delegado para ser componente de cada grupo.

§ 3º - Os delegados e observadores somente participarão do grupo ao qual pertencem.

§ 4º - Só terão direito a voz e voto os delegados credenciados.

Art. 18º - Aos grupos de trabalho compete discutir e decidir, indicativamente, sobre matérias constantes da pauta, de acordo com o cronograma e metodologia definidos por este Regimento.

Art. 19º - Haverá uma única sessão dos grupos de trabalho, onde será feito o debate das teses e temas de interesse dos trabalhadores da Unicamp.

§ 1º - A leitura das teses nos grupos será optativa.

§ 2º - A sessão dos grupos de trabalho será instalada por um membro da diretoria do STU ou membro designado pela Comissão Organizadora do Congresso.

Art. 20º - Cada grupo de trabalho deve eleger uma mesa coordenadora dos trabalhos contendo coordenador, secretário e relator.

Parágrafo único - A Comissão Organizadora do Congresso poderá indicar para dar suporte para os grupos uma pessoa que funcionará como relator auxiliar.

Art. 21º - Após o trabalho de grupo, os relatores se reunirão para unificar os relatórios, juntamente com a Comissão de Sistematização.

Parágrafo único - Respeitando a ordem de tema estabelecido por grupo de trabalho, os delegados poderão intervir sobre qualquer tema da pauta do Congresso, respeitando-se três minutos por intervenção. Caberá ao coordenador do grupo garantir a palavra a todos e encaminhar defesas e votação de posições divergentes.

Art. 22º - A coordenação do Congresso definirá temas comuns para discussão dos grupos de trabalho.

CAPÍTULO IX - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 23º - Os trabalhos apresentados no Congresso obedecerão à seguinte classificação:

a) Teses: devem tratar dos itens que constam da pauta do congresso;

b) Moções: podem referir-se a quaisquer problemas do interesse geral dos trabalhadores da Unicamp, do Brasil e do mundo.

c) Adendos e contribuições: podem referir-se a qualquer tema.

§ 1º - Não serão aceitas teses individuais ou fora dos critérios acima. As teses devem vir assinadas por no mínimo 3 (três) proponentes.

§ 2º - As teses deverão ser entregues até o dia 23/10/2015 às 17h, diagramadas em Word e gravadas em CD. Serão divulgadas no caderno de teses, por ordem de sorteio estabelecido pela Comissão Organizadora, entregues ao Departamento de Imprensa do Sindicato, com 35.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).

§ 3º - Adendos e contribuições deverão ser entregues até o dia 23/10/2015, às 17h, garantindo desta forma a reprodução através do sindicato, com 10.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).

Art. 24º - As moções, para que possam ser submetidas à plenária de encerramento do Congresso, devem ser apreciadas por qualquer um dos grupos de trabalho, obtendo no mínimo 20% (vinte por cento) dos votos, estabelecido um mínimo de dois votos.

Parágrafo único - Terminado o prazo de entrega das teses, a Imprensa do STU disponibilizará cada uma delas para os representantes de proponentes.

CAPÍTULO X - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 25º - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a 01 (um) voto.

§ 1º - As votações nos grupos e nas plenárias serão feitas levantando-se os cartões de votação.

§ 2º - Em caso de dúvida, os votos serão contados individualmente por um representante de cada posição de defesa.

§ 3º - Não serão permitidos votos por procuração.

§ 4º - Poderão votar todos os trabalhadores da Unicamp, ativos e aposentados (incluindo-se os contratados pela FUN-CAMP, os terceirizados, os estagiários e os patrulheiros), desde que credenciados para tal.

Art. 26º - As deliberações nos grupos e nas plenárias serão tomadas por maioria simples.

Art. 27º - Nos grupos e nas plenárias somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e da ordem do dia.

Art. 28º - Todo delegado que desejar intervir nos grupos e nas plenárias deverá se inscrever previamente junto à mesa e o fará segundo a ordem de inscrição.

Parágrafo único - Será vedada a cessão de tempo de um delegado a outro, exceto na apresentação e defesa das teses,

onde cada uma deve definir a forma de intervenção, respeitado o tempo e a forma de intervenção.

Art. 29º - Os trabalhos que antecederão o Congresso funcionarão dentro da seguinte programação, sendo adequada à data real do Congresso:

- Dia 14/09/2015: Encerramento do prazo de entrega dos resumos de tese, com 10.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados);
- Dia 22/09/2015: Início das eleições de delegados nas unidades;
- Dia 23/10/2015, às 17h: Encerramento da entrega das Teses, diagramadas em Word e gravadas em CD, com 35.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).
- Dia 23/10/2015, às 17h: Encerramento do prazo de entrega dos adendos e contribuições, com 10.000 toques, contando os espaços, cada (textos maiores que o limite serão truncados).
- Dia 09/11/2015: Prazo final para realização das assembleias gerais de eleição de delegados. Serão realizadas 02 (duas) assembleias, sendo uma geral e outra de aposentados.

§1º - As teses apresentadas após o prazo acima não serão confeccionadas pela Imprensa do STU.

§ 2º - A programação do Congresso dos Trabalhadores da

Dia 12/11/15 (Quinta-feira)	Dia 13/11/15 (Sexta-feira)	Dia 14/11/15 (Sábado)
<p>12h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Credenciamento e aprovação da mesa diretora; • Plenária de abertura; • Saudações aos delegados; apreciações de delegações irregulares; aprovação do regimento interno, debate com convidados. <p>16h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e defesa das teses; • Apresentação e defesa das contribuições; • Votação da tese guia. <p>18h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confraternização 	<p>9h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupos de trabalho. <p>12h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Almoço <p>14h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento do credenciamento; • Início da plenária final. 	<p>9h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plenária final - Continuação; • Encerramento. <p>14h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Debate Lançamento da Semana da Consciência Negra

OBS: Em respeito à democratização das discussões do Congresso, deve-se garantir o período de no mínimo duas horas para o trabalho de grupos, independente do cumprimento dos horários previstos no presente parágrafo. Em caso de atrasos na programação, a mesma deve ser adequada a este princípio aqui explicitado.

REGIMENTO PARA A ELEIÇÃO DE DELEGADOS (AS) NAS UNIDADES

CAPÍTULO I - DAS UNIDADES

Artigo 1º - As unidades onde ocorrerão eleições serão definidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Unidades de Ensino e Pesquisa;
- b) Estrutura administrativa própria que abarque no mínimo 10 (dez) trabalhadores;
- c) Setores caracterizados como unidades específicas, que tenham menos de 10 (dez) trabalhadores, serão agrupados de acordo com a proximidade geográfica e/ou afinidade de trabalho e/ou tradição.

CAPÍTULO II - DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Artigo 2º - Os delegados serão eleitos na proporção da tabela do artigo 9º e mais 1 (um) para cada 10 (dez) trabalhadores presentes às assembleias setoriais. No caso da assembleia final o critério usado para tirar delegados é definido de acordo com o número de funcionários presentes à assembleia, sendo 1(um) delegado a cada 10 (dez) pessoas presentes.

Artigo 3º - Não será permitida a eleição de pessoas ausentes às assembleias como delegados ao Congresso.

Artigo 4º - Será garantida a proporcionalidade de acordo com a votação de cada tese.

Artigo 5º - É recomendável que os delegados se elejam a partir das teses ou das posições que defendem. Ficando garantida a participação dos delegados que não participam das teses e que não defendem posições.

Artigo 6º - As assembleias setoriais previamente divulgadas nos meios de comunicação do STU e/ou aos representantes das teses, só terão validade mediante acompanhamento de um representante indicado pela Comissão Organizadora. A Comissão deverá garantir a realização da reunião, com no mínimo a presença de duas te-

ses. A tolerância para início da reunião será de dez minutos, após esse prazo a reunião acontecerá com o representante da tese que estiver presente.

Artigo 7º - As eleições para delegados nas unidades, contemplando todos os turnos de trabalho, preservada a organização por departamento na Área de Saúde, dar-se-ão de 22/09/2015 a 09/11/2015.

Artigo 8º - A assembleia final para a eleição dos delegados dar-se-á em 09/11/2015.

Artigo 9º - Os critérios adotados nas unidades para eleger os delegados a que tem direito segue abaixo:

Unidades nº Trabalhadores	Número Delegados
10 a 20	01
21 a 50	02
51 a 100	03
101 a 150	04
151 a 200	05
201 a 300	06
301 a 500	07
501 a 700	08
701 a 1.000	09
1.001 a 1.500	10
1.501 a 2.000	11

§ 1º - Os trabalhadores que não se elegerem na assembleia de sua unidade, poderão se eleger na Assembleia Final, de acordo com o artigo 2º.

§ 2º - Os delegados suplentes substituirão somente os delegados titulares ausentes de sua unidade.

§ 3º - Os delegados suplentes da Assembleia Final substituirão somente os delegados titulares de sua respectiva tese.

§ 4º - A composição da delegação pela assembleia setorial será arredondada para cima quando a fração for igual ou superior a 0,5.

Tese 1

TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA A CATEGORIA - CUT

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Num mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões e com previsão de aumentar segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o imperialismo busca via guerras aos povos e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores impor sua política de pilhagem e desagregação.

2. No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que restringem o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, impõem a retirada de direitos e a precarização do trabalho e restringem os gastos públicos em políticas sociais.

3. Neste cenário, a luta de classes intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos, demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa de seus interesses. Para a classe trabalhadora, esse é um momento crucial.

4. Não é segredo para ninguém que, sempre que pode, usando o surrado pretexto de “promover a liberdade e a democracia” e promovendo amplas campanhas de propaganda regadas a dinheiro farto, o imperialismo dos EUA desestabiliza e derruba governos quando os vê como estorvo aos interesses de suas multinacionais, como aconteceu em Honduras e no Paraguai.

5. No Brasil, as manifestações de rua organizadas pelos setores da sociedade que não aceitaram os resultados do segundo turno das eleições presidenciais contaram com a participação ativa de

entidades cujos dirigentes foram treinados e receberam recursos financeiros de organizações norte-americanas.

CONJUNTURA NACIONAL

6. O atual cenário econômico e político no Brasil, muito adverso para a classe trabalhadora, contém desafios cuja natureza e complexidade exigirão o fortalecimento da luta sindical em 2015 e para além do congresso nos próximos anos, um posicionamento firme e uma estratégia de alianças e de acumulação de forças para resistir à política de ajuste que transfere para os/as trabalhadores o ônus da crise econômica com a retirada de direitos (MPs 664 e 665) e o desemprego; para resistir e derrotar, com igual ímpeto, a ofensiva dos empresários no Congresso visando a precarização das relações do trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos (PLC/15 da terceirização); para enfrentar, com igual veemência, a ofensiva da direita para desestabilizar a ordem democrática e, ao mesmo tempo, para exigir as mudanças necessárias ao fortalecimento da própria democracia brasileira como a reforma política, a democratização dos meios de comunicação e a reforma agrária, além da continuidade do projeto de desenvolvimento que promova o crescimento, fortaleça a educação, diminua as desigualdades, amplie a inclusão social ..

DEFESA DO TRABALHO E DOS DIREITOS

7. A luta contra a aprovação no Congresso das MPs 664 e 665 e do PL 4330 levou o Movimento Sindical a desenvolver uma das mais intensas campanhas de mobilização de suas bases dos últimos anos em defesa dos direitos ameaçados da classe trabalhadora, envol-

vendo paralisações no local de trabalho, manifestações de rua e atos públicos nas capitais dos estados e cidades do interior, pressão sobre os parlamentares nos estados de origem, nos aeroportos e dentro do próprio Congresso.

8. Para entendermos a conjuntura turbulenta que vivemos, é importante analisar a recomposição do setor conservador nos últimos anos, particularmente no Congresso, palco decisivo da luta pelos direitos.

9. A maioria conservadora no Congresso Nacional já mostrou a que está disposta, aprovando o projeto de redução da Maioridade Penal, que degrada a relação do Estado com a juventude; a “PEC da Bengala” que eleva para 75 anos a idade em que os juizes devem se aposentar, impedido a renovação do Supremo durante o segundo mandato de Dilma e criando uma relação de cumplicidade entre o poder judiciário e o poder legislativo.

10. O STU deverá dar continuidade a luta contra a aprovação o PLC/15 (antigo PL4330) no Senado, exigindo que sejam contempladas na sua regulação questões fundamentais: a proibição da terceirização na atividade fim, o reconhecimento da responsabilidade solidária entre a empresa contratante e a contratada, o reconhecimento da representação sindical pela categoria preponderante.

CONJUNTURA ESTADUAL

11. Se fosse um país, São Paulo estaria entre as 20 maiores economias do mundo. No entanto, essa riqueza não tem sido sinônimo de qualidade de vida, tampouco de soluções efetivas para os graves problemas que assolam o estado, que hoje sofre as consequências de décadas de governos não comprometidos com

os interesses da maioria da população. Nos anos 90, com a ascensão do PSDB, se consolida o modelo de governos de corte neoliberal no campo econômico e social e, no campo político, administrações marcadas pelo autoritarismo e pelo enfrentamento aos movimentos sociais e às reivindicações trabalhistas, buscando sempre derrotá-los, nunca optando pelo diálogo e negociação.

12. Apesar de ser o estado mais populoso, rico e dinâmico do Brasil, a qualidade de vida de sua população não vai bem, contribuindo para esse quadro tanto a falta de políticas de desenvolvimento econômico como a ausência de políticas sociais e ações afirmativas, inclusive dificultando programas sociais federais de grande impacto viessem que para o estado, sendo o Minha Casa, Minha Vida o exemplo mais gritante.

O GOVERNO ALCKMIN

13. A crise de abastecimento e de racionamento de água, afetando principalmente as regiões mais vulneráveis do estado e as periferias das grandes cidades; o Metrô, que já foi padrão de excelência em serviços na capital paulista, tem sido palco para toda sorte de problemas e escândalos, tendo sua necessária expansão travada; o aumento da criminalidade organizada, que espalha insegurança nos grandes e pequenos municípios; a aprovação automática sem critério, que faz com que milhões de crianças e jovens deixem a escola sem aprender, além de um quadro alarmante no ensino médio e a crise sem precedentes que vivem hoje as universidades públicas estaduais paulistas.

14. Ao analisar algumas áreas vereamos claramente:

15. Na saúde, São Paulo não participa de maneira adequada do Sistema Único de Saúde (SUS) e se recusa a participar de programas importantes do governo federal, como o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência);

16. Na educação, além dos índices pífios atingidos pelo sistema estadual, o governo fechou salas de aula e se recusou ao diálogo com o magistério. Tra-

tando a greve dos professores/as como se não existisse e buscando desmoralizar o sindicato e a categoria;

17. Neste momento que elaboramos esta tese para o Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, pais, alunos e professores da rede estadual de ensino de São Paulo estão protestando contra a reorganização escolar prevista para 2016.

18. O objetivo do governo Alckmin é separar em prédios diferentes o ensino médio, os anos iniciais (1º ao 5º) e os anos finais (6º ao 9º). Isso sem ter feito nenhum diálogo com professores, trabalhadores do setor e população em geral, mesmo que a medida possa levar a demissões, superlotação das salas de aula e prejuízos em geral para a educação pública.

19. A medida poderá atingir um grande número de escolas, como num efeito cascata. Ao fechar algumas unidades, outras precisarão ser adaptadas para a mudança. Levantamento do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) aponta que desde o início do ano foram fechadas 3.390 classes. De acordo com a entidade, pelo menos 163 escolas serão eliminadas se Alckmin seguir com esta proposta.

20. O professor e presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo, fala sobre o descaso do governo. “Alckmin não dialoga com os professores, diretores e trabalhadores em geral e é exemplo de truculência com a categoria e os servidores. Paga péssimos salários e joga o fechamento das escolas goela abaixo da população, sem consultar a opinião das pessoas e sem levar em conta que isso já afeta várias famílias e regiões”, protesta o dirigente.

21. A rede estadual tem hoje 3,8 milhões de alunos e 5.108 escolas. A ‘reorganização escolar’, que pretende transferir de 1 a 2 milhões de alunos, será anunciada pelo governo estadual no dia 14 de novembro.

22. Além da crise na educação há ainda a crise da falta de água, retardada pelas chuvas, voltará, pois a Sabesp

(Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) fez clara opção por ser empresa de mercado, privilegiando os ganhos dos acionistas, em detrimento da solução, de investimentos e de uma atuação voltada para a população.

23. A relação com os movimentos sociais e com os sindicatos é frequentemente estabelecida na base do “tiro, porrada e bomba”. Esse modelo, típico do neoliberalismo, foi praticado na recente greve heróica da educação: o governo recusou o diálogo, buscando sempre a criminalização do movimento e de suas lideranças, numa clara perspectiva de desmoralizar o sindicato e a categoria.

UNIVERSIDADE

24. A Gestão Tadeu/Alvaro tem buscado cumprir o programa de Gestão, infelizmente a conjuntura nacional e estadual tem sido adversa, com redução do ICMS e incertezas com relação à economia.

25. O STU acertou em negociar na Data-base um acordo que dá possibilidade de um reajuste real dos salários em 2015, mesmo com toda a adversidade do cenário econômico.

ESTRUTURA SINDICAL

26. A nossa tese defende a refiliação do STU à Central Única dos Trabalhadores – CUT, como a Central mais combativa e plural na defesa dos direitos dos trabalhadores.

27. Defendemos manutenção da proporcionalidade na eleição sindical do STU, bem como paridade de gênero na direção.

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DO STU

28. Alteração do Artigo 20º § 1º - “As Assembleias Ordinárias serão para tratar de assuntos referentes a: finanças, patrimônio, julgamento de atos de diretores, membros do CR e filiados, aprovação de edital de convocações de eleições e regimentos; delas só poderão participar com direito a voz e voto os associados que tenham 3 (três) meses de filiação e que estejam em dia com as suas obriga-

ções sindicais.

29. Alteração do Artigo 36º - “A Diretoria, órgão executivo do Sindicato, será composta por 22 (vinte e dois) membros, de forma proporcional direta e qualificada entre as chapas inscritas e divididas em Coordenações, sendo eleita pelo voto direto e secreto de seus associados em dia com as obrigações estatutárias.”

30. Alteração do Artigo 37º - § 4º - “Os vinte e dois diretores eleitos ocuparão as coordenações acima mencionadas, sendo possível a sua acumulação.”

31. Alteração do Artigo 48º § 2º - “A composição das chapas deverá ter paridade de gênero (50% homens e 50% mulheres).

32. Os Diretores liberados do STU deverão desenvolver as atividades deliberadas pela Diretoria do STU e Assembleias da categoria. A não realização das atividades ou a ausência sistemática sem justificativa será denunciada à categoria e solicitada a substituição à chapa que indicou o diretor, pois não podemos concordar que diretores que recebem salários pagos pela universidade (dinheiro público) abandonem o mandato e continuem recebendo sem trabalhar.

PLANO DE LUTAS CULTURA E LAZER

33. O STU deverá priorizar no Plano de Lutas as atividades que visam a integração da categoria tais como: Torneio de Futebol Zumbi dos Palmares, na categoria infantil e adulto, Festa Junina, Baile do Funcionário Público e do Final de Ano, Cine-Clube do STU, bem como a realização de vivências culturais através de excursões a museus, quilombos, etc.

34. A integração da categoria irá fortalecer a luta política pois a categoria estará sempre presente nas atividades do STU, proporcionando momentos únicos de formação e diálogo com os(as) trabalhadores(as).

O STU E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

35. O Decreto 6.872, de 4 de junho de 2009, assinado pelo Presidente Lula e pela Chefe da Casa Civil, Dilma Rousse-

ff é emblemático, pois traduz toda a luta do movimento negro pela promoção da Igualdade Racial em nosso país

36. Pelo Decreto 6.872/09 fica aprovado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) e é instituído o Comitê de Articulação e Monitoramento do PLANAPIR, cuja competência, entre outras, é: propor, metas e prioridades; estabelecer a metodologia de monitoramento; acompanhar e avaliar as atividades de implementação; promover difusão do PLANAPIR junto a órgãos e entidades governamentais e não-governamentais; propor ajustes de metas, prioridades e ações; elaborar relatório anual de acompanhamento das ações e propor revisão do PLANAPIR, semestralmente, considerando as diretrizes emanadas das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial.

37. Os objetivos do PLANAPIR estão agrupados em 12 eixos temáticos como: Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde, Diversidade Cultural, Direitos Humanos e Segurança Pública, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais de Terreiro, Política Internacional, Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar, Infraestrutura e Juventude.

38. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pelo Congresso Nacional fixou um marco legal no estabelecimento de políticas públicas para a superação das desigualdades raciais no Brasil, entretanto o PLANAPIR é o termo de referência para atingir as metas do Governo Lula e, portanto deve ser divulgado e debatido por toda a sociedade brasileira.

39. Os Governos Lula e Dilma são os governos que mais fizeram pela promoção da igualdade racial, só através do PROUNI (Programa Universidade para Todos) colocou mais estudantes negros na universidade em dez anos do governo do que a soma de todos os governos da república. Entretanto, é preciso avançar mais rapidamente e enfrentar os setores conservadores da mídia e dos partidos de oposição (PSDB/DEM/PPS) que são contra as políticas afirmativas e querem

manter a nefasta desigualdade econômica e política entre brancos e negros em nosso país.

40. A Tese TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA A CATEGORIA – CUT, propõe que o Congresso do STU aprove no Plano de Lutas e incorpore em sua pauta prioritária os seguintes pontos:

41. Igualdade Racial: Lutar pela institucionalização do Núcleo de Consciência Negra na Unicamp;

42. Saúde: Implementar a Política Integral de Saúde da População Negra no âmbito da área de saúde da Unicamp, conforme estabelece a Portaria MS 992/2009;

43. Educação: Lutar pela aplicação da Lei 10639/03 e Lei 11.45/08, que estabelecem a obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra e indígena no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no sistema educativo da Unicamp;

44. Trabalho e Renda: Promover ações que assegurem a igualdade de oportunidade nas avaliações de desempenho e acesso às funções gratificadas na Unicamp;

45. Cultura: Reorientar as verbas de investimento em cultura no que concerne especificamente ao fomento das manifestações culturais negras e populares na Unicamp;

46. O STU deverá retomar a realização das Olimpíadas dos Trabalhadores da Unicamp aproveitando a realização das Olimpíadas do Rio de 2016;

47. Estado laico: Defesa incondicional da laicidade do Estado, contra todas as formas de intolerância religiosa, garantido o acesso das religiões de matriz africana aos espaços de capelania existentes na Unicamp;

48. Segurança alimentar e nutricional: Estímulo a práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população brasileira nos restaurantes universitários;

49. Mídia: A produção veiculada pelos órgãos de comunicação da Unicamp valorizará a herança cultural e a

participação da população negra na história do município, do estado e do Brasil;

50. Campus Tranquilo: Lutar pelo desenvolvimento de programas para coibir a violência e o racismo institucional;

51. Mulher: Promover programas que assegurem atenção às mulheres em situação de violência na Universidade, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica;

52. Juventude: Desenvolver um programa de enfrentamento à violência contra a juventude negra no âmbito da Universidade;

53. Lutar pelo cumprimento da proposta de Isonomia da Gestão Tadeu/Alvaro;

54. O STU deverá buscar parcerias culturais para a promoção da acessibilidade dos funcionários aos Festivais de Teatro, Dança, Música, em especial do Festival Internacional de Teatro (12º Festival) que acontecerá em fevereiro de 2016;

55. Todo apoio do STU ao Grito em Defesa da Escola Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, divulgando a pauta de luta e participando das manifestações promovidas pelo movimento;

56. Fortalecer o Fórum das Seis, o Conselho de Representantes do STU e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Unicamp;

57. Não à Terceirização, não aprovação do PLC/15 (PL4330);

58. O STU deverá promover seminários e fóruns sobre o trânsito na Unicamp, em defesa das ciclovias, da segurança das crianças do sistema educativo da Unicamp, contra a perversa lógica de privilégios para chefias no estacionamento de seus carros particulares na Unicamp;

59. Fim do Assédio Moral nos Campi da Unicamp.

60. O STU deverá apoiar a participação dos trabalhadores da Unicamp e Funcamp no Congresso Internacional Presença Paulo Freire a realizar-se em Cuba em maio de 2016;

61. Pela implementação das cotas raciais e sociais nos vestibulares da Unicamp;

62. O STU deverá apoiar a organização dos Vigilantes das Instituições Públicas de Ensino Superior através das ações da Fasubra e realizar Seminários e debates com a categoria, bem como participar do próximo encontro na UFRJ;

63. Pela constituição de Comissões Sindicais de Base em todas as unidades, em especial na Área de Saúde;

64. Fim da violência policial contra a juventude negra e da periferia;

65. O STU deverá promover um evento festivo de final de ano para todos os seus associados e familiares (gratuito).

66. Pela implementação na Unicamp para docentes, funcionários, estudantes e pacientes do “nome social”, como uma efetiva medida para ampliar a cidadania da população LGBT na Unicamp;

67. Pela implementação do quesito raça/cor no âmbito da Unicamp e Funcamp;

68. O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp delibera que o valor dos descontos do Imposto Sindical dos não sócios seja retido para a constituição de um fundo da construção da Sede;

69. A Tese TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA A CATEGORIA – CUT reivindica que o Congresso dos Trabalhadores da Unicamp delibere que seja incorporado no Plano de Lutas do STU as propostas da Carta de Intenções elaborada na Semana do Meio Ambiente da Unicamp usando a metodologia denominada Café Mundial, que teve como pergunta instigadora: Que Unicamp queremos? (anexo 1);

70. NÃO AO GOLPE E VIVA A DEMOCRACIA !!!

ANEXO 1

71. MAPA DA TRAJETÓRIA RUMO À UNICAMP SUSTENTÁVEL CARTA DE INTENÇÕES;

72. Nós, um grupo de funcionários, alunos e docentes dessa Universidade fizemos um movimento para criar um coletivo com o objetivo de identificar nossos valores e sonhos compartilhados, assim como ideias e ações sentindo e pensando uma Universidade sustentável.

Nossa primeira ação coletiva foi a construção da Semana do Meio Ambiente, a qual teve como objetivo inspirar e disseminar um novo olhar e um novo sentido relativo às questões socioambientais, além de despertar o nosso compromisso e envolvimento com a trajetória e construção de uma Universidade mais sustentável. Uma das atividades na semana foi a realização de um encontro que usou a metodologia denominada Café Mundial, que teve como pergunta instigadora: Que Unicamp queremos? Dessa forma, num trabalho de construção colaborativa, a partir da identificação dos Valores do Grupo, foi possível desenhar a “Visão de futuro para a Unicamp”, e elencar Ações necessárias à realização da Visão. VALORES DO GRUPO DE TRABALHO Amor Cidadania Respeito Fé Espiritualidade Cooperação Liderança Intuição Deus Diversidade União Oração Sensibilidade Transformação Renascimento Família Renovação Superação Busca Serenidade Vontade Intenção Autonomia Sincronicidade Alegria Dedicção Perseverança Propósito Esperança Cuidados Maternidade Paternidade Amizade Desafios Convivência Coletivo Escolhas Sentido Humildade Colaboração Autocanhamento Simplicidade Prosperidade Educação Vínculos dedicação Harmonia Criatividade Consciência Sensibilização.

73. VISÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA A UNICAMP “UNICAMP É REFERÊNCIA COMO UMA UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL EM 10 ANOS, ONDE PREDOMINA A UNIÃO, A GENEROSIDADE, A DIVERSIDADE SOCIAL, A PARTILHA E O AMOR.” PROPOSTAS DE AÇÃO 1) Plano Diretor PRAZO DE 5 ANOS a) Crescimento urbano planejado, incluída a Fazenda Argentina; b) Adequação e melhoria dos abrigos dos pontos de ônibus; c) UNICAMP sem dengue; d) Ambientalização no campus como programa institucional; e) Programa contínuo de arborização no campus e implantar um projeto paisagístico. PRAZO DE 10 ANOS f) Edificações sustentáveis (projeto arquitetônico e de construção civil). 2) Programa de Mobi-

lidade PRAZO DE 5 ANOS a) Bicicletas comuns e elétricas para uso compartilhado no campus; b) Transporte de fácil acesso; c) Redução do número de carros e maior incentivo ao uso de bicicletas pelos Campi e outros meios de transportes coletivos alternativos; d) Revisão do projeto urbano viabilizando a mobilidade urbana através da implantação e ampliação de ciclovias, bicicletários e a reativação do projeto MOBIC; e) Projeto carona solidária implantado, incluindo a instalação de pontos de caronas. PRAZO DE 15 ANOS 3 f) Transportes coletivos elétricos e outros usando combustível renovável.

74. 2) Sustentabilidade inserida nos serviços e processos administrativos da universidade PRAZO DE 5 ANOS a) Exclusão da terceirização e abertura de concurso público para os terceirizados; b) Igualdade entre todos os funcionários (Unicamp, Funcamp e Terceirizados); c) Reorganização estrutural e funcional dos restaurantes (conscientização relativa à diminuição do desperdício de alimento e consumo de descartáveis); d) Início do processo de institucionalização do programa de compras sustentáveis: adequação da UNIBEC para licitações que incluam a adoção de critérios socioambientais, e não apenas menores preços; e) Início do processo de institucionalização de compras de bens e serviços produzidos nas proximidades dos campi; f) Gestão universitária participativa em todas as instâncias, com ênfase na comunicação e mediação; g) Relações de trabalho harmônicas (mais líderes e menos chefes); h) Aumento das vagas para alunos de escola pública; i) Treinamento e capacitação para antigos funcionários promovendo mais igualdade e integração; j) Alimentação mais saudável e diversificada no restaurante da Unicamp; k) Vale alimentação para aposentados; l) Ampliação de vagas no HC, CAISM, CECOM; m) Maior democracia: voto direto e paritário nas eleições; n) Corredores de travessia para a fauna; o) Acessibilidade em todos espaços construídos nos campi; p) Maior valorização do indivíduo; q) Melhoria da segurança; r)

Criação – consolidação de um grupo de ações socioambientais que integre as diversas áreas e iniciativas; s) Otimização do transporte coletivo, através da redução do custo do fretado e ampliação dos números de linhas e melhoras nos pontos de espera dos ônibus; t) Viabilizar a isonomia entre os funcionários, através do salário e da forma de contratação; u) Criação dos fóruns de diálogo acerca de festas nos Campi, implantando durante a realização do evento alguns itens de estrutura básica, como por 4 exemplo, aumento do número de seguranças, instalação de uma base do SAMU. PRAZO DE 15 ANOS v) Fiação elétrica subterrânea. 3) Programa de Gestão de Resíduos Sólidos para o campus PRAZO 5 ANOS a) Lixeiras de áreas comuns revitalizadas; b) Criação de cooperativas gerando emprego e renda para pessoas da comunidade; c) Compostagem com 100% dos resíduos de poda e de alimentos gerados na universidade. PRAZO 10 ANOS a) Redução de copos descartáveis 70%; b) 100% de reaproveitamento dos resíduos com características reutilizáveis no campus; c) Cooperativa de reciclagem dentro do campus e de uma micro usina de processamento e beneficiamento de material reciclável; d) Minimização no descarte de resíduos comuns e perigosos, incluir política de não geração. PRAZO 15 ANOS e) Redução total de copos descartáveis. 4) Programa de gestão para uso eficiente de recursos, água e energia PRAZO 5 ANOS a) Redução do consumo interno de água em 30%; b) Eliminação de lâmpadas com utilização de mercúrio; c) Redução do uso de papel através da impressão frente e verso, uso de arquivos digitais e programas de educação; d) Ampliação do projeto existente na FEAGRI de apoio à reciclagem com os copos descartados no campus; 5 e) Redução e eliminação do desperdício de alimento através de uma metodologia mais eficiente de previsão de consumo (as sobras que ocorrem, em menor quantidade, deverão ser encaminhadas ao sistema de compostagem). PRAZO 15 ANOS f) Reaproveitamento e reuso total das águas em 15 anos; g) 100% de rea-

proveitamento da água de chuva no campus; h) Prédios com captação de água de chuva e utilização de energia fotovoltaica; i) Adoção de energias alternativas (solar, eólica, fotovoltaica). 5) Programa de Educação socioambiental no campus PRAZO 5 ANOS a) Projetos de sustentabilidade, educação e sensibilização contínuos; b) Conscientização na separação de resíduos (política adequada de resíduo sólidos – eletrônicos, químicos, coleta seletiva); c) Trabalhar mudança de paradigmas; d) Fórum semestral para diálogo sobre ações socioambientais (desde já); e) Senso de pertencimento na universidade; f) Programa de educação ambiental para crianças; g) Programa especial de educação alimentar no campus ; h) Utilização de containers educativos pelo campus; i) Metodologias alternativas na educação infantil. 6) Ensino, pesquisa e extensão PRAZO 5 ANOS a) Inclusão da disciplina de Educação Socioambiental em todos os cursos; b) Ampliar a quantidade de projetos de extensão em geral e de educação ambiental em particular; c) Ampliação da comissão de avaliação das pesquisas incluindo a comunidade não acadêmica. 7) Comunicação eficiente 6 a) Intensificação do fluxo de informações sobre ações socioambientais realizadas no campus; b) Criação de página na internet e intranet para compartilhamento e divulgação das ações ambientais; 8) UNICAMP integrada a) Integração sistêmica do ser humano no campus (com ele mesmo, com o outro e com a natureza); b) Integração das diversas áreas no planejamento estratégico visando a Integração das ações socioambientais; c) Criação de dias de convivência e ação; d) Reativação da horta comunitária; e) Valorização e fomento do coletivo de meio ambiente com representantes dos diferentes grupos de trabalho; f) Integrar a Universidade à sociedade sem cercas, portões, grades e guaritas; g) Integração das unidades de ensino, pesquisa e extensão, órgãos administrativos e de serviços; h) Feira de trocas na Universidade; i) Criação de espaços de convivência e diálogo; j) Desenvolvimento do senso de pertencimento com um programa de cui-

dado e gentileza no campus; k) Criação de espaços institucionalizados de participação e diálogo que promovam reflexões profundas; l) Melhoras nas relações interpessoais, através da criação de espaços de convívio e incentivo a ações culturais.

75. FACILITAÇÃO: Rachel Cavalcanti Stefanuto ASSINAM COMO PARTICIPANTES DO CAFÉ MUNDIAL: Adélia Maria Reggio Machado – DGRH Adriano G. Amarante – DMA Antônio Djalma Fagundes da Silva – DMA Carlos Henrique Rebollo – CENAPAD Clariza Casemiro – CGU Cristina Tanikawa – FCM Daniela Defavori Casatti – DMA Eliana Ribeiro da Silva - IE 7 Elizabeth Mariano de Godoy – Ellen Amaral Silva – IB Estela Dall Oca Tozetti – DGRH Fábio Vinicius Padilha – FOP Fernanda Pereira Pascotte – DMA Gislaine Ap. Moreira - GGA Hosana de Barros – DMA Isadora Conte Pereira – IA Janaina Camargo – IB Janaina de F. Fontebasso – DMA Jean Fabien - IFCH Jessica P. Trujillo Souza Jorge Bezerra – DMA Jose Antônio da Silva - Prefeitura Lânia Carla Splendor Costa – FCM Lauro dos Santos Arlindo de Mello – DMA Luciene Rodrigues Oliveira Borges – DGRH Maria Cristina de Oliveira Duque – GGBS Maria Gineusa de M. e Souza – GGA Maria José de Lima – FEA Maria Salette Mayer de Aquino – CEL Nilza Alzira Batista – FCM Paulo de Tarso – CEMA Paulo Ohana – Aluno IA Roberto Cesar Stahl – FCM Ronald Giarola – GGA Rosângela M. G. Martinhago – CIPA Sebastião Vital Martins – DEDIC Stella C M Costa – Casa do Lago Terezinha Lima Faria – DGRH 8 Valéria Bonfim – DGRH Vitor Yukio Kondo – FEEC Washington R. R. Silva – DGRH ASSINAM COMO MEMBROS DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SEMANA DO MEIO AMBIENTE: Adriano G. Amarante – DMA Antônio Marcos Moura – Casa do Lago Celso Almeida – PREAC Clariza Casemiro – CGU Cristina – GGBS Daniela B. de Oliveira – DEDIC Denilson F. Alves – IC Edson Cardoso Lins – GGBS Fábio Fadilha – FOP Fernanda P. Pascotte – DMA Francisco Assis Silva – DMA

Gislaine Ap. Moreira – GGA Hosana de Barros – DMA Janaina de Fátima Fontebasso – DMA José Braga – CGU Juliano Henrique D. Finelli – GGA Kátia Regina Di Federico - DEDIC Lânia C. S. Costa – FCM Luan F. C. Oliveira – Trote da Cidadania Adélia Maria Reggio Machado – DEDIC Maria Gineusa de Medeiros e Souza – GGA Marina de Almeida Sales Andrade – DGA Paulo de Tarso – DMA Rachel Stefanuto – IGE Rosângela M. G. Martinhago – CIPA 9 Rosé Clélia Grion Trevisani – Cecom Sandro Tonso – PREAC Sebastião Martins Vital – DEDIC Valéria Bonfim – DGRH

Assinam a presente tese que foi referenciada nos documentos da CUT:

Francisco Genézio Lima de Mesquita – IA – Diretor STU/Fasubra
Roberto Carlos de Souza (Fubá) - GGBS - Diretor STU
Conceição Aparecida da Silva - IB - Diretor STU
José Carlos de Lara - Prefeitura/Vigilância - Diretor STU
Aparecida do Carmo Miranda Campos (TIDA) - Hospital Dia
Roseli Aparecida Vicente (DLIE - Eng. Básica)
Celso Ribeiro de Almeida - CAC/PREAC
Robson José de Almeida - CIS/Guanabara
Ronaldo Luis de Almeida - CIS/Guanabara
Ana Maira de Souza - HC/Portaria

Tese 2

UNIDADE E LUTA! CONSTRUINDO O VAMOS À LUTA NACIONAL!

UNIFICAR AS LUTAS PARA ENFRENTAR A CRISE ECONÔMICA E OS ATAQUES AOS TRABALHADORES

As mudanças no mundo, tanto econômicas, como sociais e culturais, não trouxeram soluções aos problemas do povo, ao contrário retiraram direitos, oprimiram, trouxeram guerra, pobreza e misérias. Isto nos faz refletir sobre o modelo capitalista em que vivemos. No XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp convidamos tod@s @s companheir@s a ler a tese do coletivo UNIDADE E LUTA - VAL e a refletir conosco, buscando juntos ações e proposições que tragam respostas aos ataques dos governos e reitores de plantão, construindo um novo sistema social.

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

A crise econômica mundial tem efeitos catastróficos sobre o povo. A desaceleração chinesa, os conflitos no oriente médio e na África e a dificuldade de crescimento na Europa geram instabilidade no mundo todo. Mesmo a pequena recuperação dos EUA não é capaz de impulsionar um novo ciclo de crescimento econômico. A fórmula do capital para lidar com esse cenário e as crescentes tensões decorrentes dele é intervenção militar e ataque aos direitos sociais e democráticos, com impacto recessivo sobre a economia. Neste contexto ganha destaque a ofensiva militar imperialista ganha destaque, como as intervenções nos países árabes para controlar os processos insurrecionais e assegurar o controle sobre os recursos nacionais, a exigência de política de austeridade (redução de salários, supressão de empre-

gos e cortes de pensões), além da barbárie com as mortes dos refugiados em alto mar, impedindo-os de chegar aos países mais abastados da Europa.

É hora de pautarmos novamente o socialismo como modelo de superação das mazelas do povo!

O OCEANO AINDA É O CEMITÉRIO DOS OPRIMIDOS

Lamentavelmente, ainda assistimos as mortes e as atrocidades causadas pelos países mais ricos sobre os mais pobres. Após explorar as riquezas, promover guerras e dividir territórios colocando povos em guerras civis. Assistimos a um processo migratório no qual as pessoas são deixadas para morrer e países levantam muros, fechando fronteiras. Não existe uma política para resolver os conflitos territoriais porque isto não interessa ao capitalismo. Toda a comoção mundial com a morte de homens, mulheres e crianças, não é o suficiente para os líderes mundiais repensarem o modelo de exploração atual. Isto ocorre também na América, com a migração dos Haitianos, que sofrem a ausência de política para a solução da situação dramática daquele país, que além dos desastres naturais, também passou por governos ditadores e corruptos, intervenções militares estrangeiras e boicote dos países ricos desde sua independência.

O BRASIL NO OLHO DO FURACÃO

O segundo mandato do governo Dilma, já quase paralisado, traz a marca da corrupção e da ausência de condução política, fruto da combinação entre uma base política fisiológica e as podres regras do jogo institucional, baseado em

trocas de emendas, cargos e recursos públicos descaradamente privatizados, em nome de uma já sem sentido governabilidade. Mas o perfil político do Governo é definido, para além das privatizações de aeroportos e campos de petróleo, dos ataques à saúde pública com caminho aberto para a privatização dos hospitais universitários a partir da EBSEH/ Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, esse é um governo do ajuste fiscal e da repressão e criminalização dos que lutam por garantia de direitos.

O governo do PT entregou o comando da nação ao grande capital, aos banqueiros. Não por acaso a economia foi entregue à Levy, um voraz crítico do que restou do sistema de proteção trabalhista, traz enorme satisfação aos agiotas internacionais. Os ministérios de Dilma foram entregues a quem pagava mais, deixando a condução das políticas nacionais nas mãos dos grandes mercenários do país. O segundo mandato de Dilma já nasce em débito, seja pela falta de investimentos em infraestrutura, que se evidencia com a generalização da crise hídrica e energética, ou pelo aumento de impostos, para cobrir os rombos da Petrobrás e do superávit necessário para alegrar os especuladores. Esse não é um governo progressista. Trata-se do seu oposto! Sob o comando do PT/PMDB, o projeto para o Brasil nesta década é o aprofundamento de um Estado mínimo que retira os direitos sociais, ambientais, humanos, trabalhistas e democráticos, e cada vez mais atrelado aos interesses do grande capital. Dilma segue repassando serviços para a iniciativa privada, financiado pelo dinheiro público, na saúde, na educação e reduzindo ao máximo o tamanho dos aparelhos sócias do Estado.

Mesmo com todo o malabarismo político o governo não controla a crise econômica que cresce a cada dia, muito menos diminui as disputas rasteiras na câmara e no senado. A crise do palácio ocupa espaços nas ruas, conduzidos por setores conservadores do país. Neste marco, trabalhadores de diversas categorias resistem com greves! Enfrentar as políticas do governo é necessário, porém precisamos ter claro que não avançaremos fazendo coro com a direita e aqueles que sempre usurparam as riquezas do Brasil.

GOVERNO DILMA NO FIO DA NAVALHA

A política econômica dos governos PTistas, calcada na lógica do consumo se esgotou em 2014. O governo em frangalhos já assume que faltará de recursos para as políticas sociais em 2016. A população está cada vez mais endividada, enquanto empresários e banqueiros tem lucros recordes. A corrupção cresce financiada pela administração desastrosa na Petrobrás. A derrota deste modelo deve-se também as alianças feitas para garantir a vitória eleitoral. Hoje a crise no governo ultrapassa a questão econômica: é política. Dilma tenta salvar seu mandato e para isso vale tudo: política de austeridade, cortes dos salários dos servidores públicos, diminuição das políticas sociais e mais impostos sobre a população (a exemplo da tentativa de retorno da CPMF). No campo político a regra é fazer acordos com o presidente da câmara Eduardo Cunha que embora seja do partido da base do governo faz oposição sistemática a presidenta e, assim como este, vive um momento delicado com as denúncias de corrupção. E assim, segue a disputa pelo poder: o PSDB e seus aliados tentando fragilizar e derrubar Dilma para avançar na retirada de direitos e concluir as privatizações. Nenhum destes projetos serve para a classe trabalhadora. Temos que criar alternativas para a classe, unificar a luta dos trabalhadores, nos preparar para os embates que virão independente do governo de plantão. Não podemos recuar, pois a crise se aprofundará no próximo

período. Temos que estar preparados para enfrenta-la e superá-la.

EM SÃO PAULO, ALCKMIN: ÁGUA SÓ EM MARTE!

São Paulo vive há mais de 20 anos com a política de desmonte do PSDB. Neste último período a educação é a bola da vez! Massacra os professores, não dá reajuste, fecha salas de aula, e usa a PM como único instrumento de “diálogo” com os secundaristas e educadores. A juventude sofre com o governo que fecha escolas e abre cadeias, ficando vulnerável com o aumento da violência e a manutenção da política de genocídio da juventude negra. A crise hídrica é outro fator preocupante. O governo sabia, há mais de 5 anos, que atravessaríamos um período de seca e nada fez para enfrentá-lo. A falta d’água trará consequências graves, com o desabastecimento nas casas e pânico na população. No mercado de trabalho empresas começam a desacelerar a produção, aumentando as demissões e a queda na arrecadação. Este governo também está mergulhado em uma onda de denúncias de corrupção, porém tem a maioria na Assembleia Legislativa o que torna difícil aprovar investigação de qualquer denúncia contra o Alckmin. Para enfrentá-lo propomos:

-Articular a criação de Fórum em Defesa da Educação

-Participar dos atos contra o fechamento das escolas com os estudantes secundaristas

-Realizar campanha “Fora Alckmin”

2.A UNICAMP E SUAS TRANSFORMAÇÕES: POR FORA BELA VIOLA, POR DENTRO...

A Unicamp aproxima-se de seus 50 anos e vive um momento contraditório. É reconhecida como uma das melhores universidades da América Latina e, em sua estrutura interna é autoritária e privilegia apenas um segmento da comunidade: os docentes, ignorando estudantes e os técnicos administrativos. A reitoria Tadeu mergulha em um período em que tem de apresentar respostas efetivas ao setor que o elegeu. Ao completar dois

anos de mandato, Tadeu não cumpriu as principais propostas de seu programa. A isonomia, carro chefe da campanha, não foi cumprida no tempo prometido, só avançando por conta da greve. A mudança de regime se encontra aguardando a decisão judicial, expondo os trabalhadores que optaram pela alteração a prejuízos e insegurança. O Sistema Educativo continua aguardando a certificação prometida para o primeiro ano da gestão, bem como as mudanças estruturais no PPP. Como se não bastasse tudo isso, as denúncias de supersalário vieram finalmente à tona, evidenciando desigualdades gritantes nos salários do conjunto de trabalhadores da universidade (ver:<https://unidadeeluta.wordpress.com/>). Isto mostra à categoria que não basta eleger um candidato menos pior, pois nenhuma conquista virá sem organização e luta! E hoje os trabalhadores conseguem ver que Tadeu só repete a política de seus antecessores: evitar a “fuga dos cérebros” e garantir privilégio aos docentes, ignorando a rotatividade dos técnicos e o avanço da terceirização.

Para que de fato tenhamos mudanças na universidade, temos que organizar a luta radical pela democracia na universidade: PARIDADE - trabalhadores com peso igual no voto para consulta de reitor, representatividade de igual peso nos fóruns decisórios da universidade como o CONSU e direito de votar e ser votado para Direção de Unidades e Reitoria. É fundamental, a organização e unidade dos trabalhadores e que o STU represente de fato a categoria na luta por um projeto que dispute de verdade o modelo de universidade voltada para a sociedade, dentro e fora da Unicamp!

O Plano de gestão de Tadeu que atraiu o voto da maioria dos trabalhadores técnicos administrativos está se desmanchando por falta de políticas concretas para ser efetivados ou erros na execução, mostrando a fragilidade daquela retórica eleitoral. A carreira repetiu ensaios de anos anteriores só que desta vez com toques de modernidade: as contribuições poderiam ser encaminhadas online, a partir de um GT criado pela reitoria, com

a presença de dois diretores do STU (Iuri e Kiko) – que infelizmente não informavam a categoria das propostas e disputas - e novamente não cumpriu o papel de mudanças reais no modelo de carreira na universidade.

2.1.ÁREA HOSPITALAR

Na Área de Saúde há problemas que vão desde questões salariais, condições de trabalho, assédio moral, acúmulos de tarefas, tripla jornada de trabalho e doenças ocupacionais. Com mudanças imperceptíveis aos olhos dos trabalhadores, as novas ferramentas de trabalho e a dinâmica de funcionamento mudou tanto as relações pessoais - devido à sobrecarga de trabalho, quanto o ambiente - devido às reformas para expansão do atendimento. Isto se deve a postura de sucessivas administrações que buscaram barrar a organização dos trabalhadores naquela área. A expectativa da aplicação das trinta horas trouxe avanços e problemas para os trabalhadores. Avanço por conta da vitória de um pleito histórico da luta. A implementação das trinta horas é, sem dúvida nenhuma, uma realização para aqueles que durante anos defenderam e acreditaram nesta bandeira. Porém, a forma com qual ela foi aplicada gerou transtornos: sobrecarga de trabalho, devido à falta de contratação de trabalhadores para completar o quadro; mudança de horários, falta de estrutura para atender aqueles que saem do trabalho e a incompreensão das chefias que exigem que os trabalhadores ainda façam a mesma quantidade de serviço de uma jornada de 40h. O STU tem que definir uma política de organização por local de trabalho e influenciar na eleição dos gestores da Área de Saúde construindo uma plataforma política que atenda à luta dos trabalhadores. A área de saúde deve ser entendida como um complexo hospitalar. Defendemos:

- Criação de plenárias com políticas permanentes mensais na área de saúde
- Criação de uma subcomissão do CR para a área de saúde
- Participação política no processo de escolha do superintendente do HC e di-

retor do Caism e FCM, construindo uma plataforma de reivindicação e debates

- Instalação imediata da sub sede do STU no HC ou nas imediações da área de saúde, com pontos de mídia digital “Out off home” (TV que passa notícia em tempo real) nos locais de acesso dos trabalhadores

- Luta contra o assédio moral
- Realização de seminários permanentes sobre sucateamento
- 30hs no Hospital de Sumaré
- Projeto político para a área de saúde
- Boletim eletrônico específico para área de saúde.

2.2.SISTEMA EDUCATIVO

O sistema educativo da Unicamp, hoje com o nome de DEdIC (Divisão de Educação Infantil e Complementar), sofre nos dias de hoje as consequências das últimas gestões da Universidade e da própria Divisão. A tentativa de desmonte criou um sentimento de desconfiança e abandono entre os funcionários lotados nessa unidade. Como o projeto anterior era um desmonte parcial (ficar apenas com os anos iniciais), não houve preocupação com o credenciamento das creches. Sendo assim, sem o credenciamento outras situações foram encadeadas, como abandono da estrutura física, não contratação de funcionários para repor os que foram aposentando ou saindo da unidade, entre outras. Nesta gestão o programa definido pelo reitor prevê um novo PPP Plano Político Pedagógico para a regulamentação do credenciamento e assim implementação de um terço da jornada de trabalho que será destinada para planejamento formação etc. Este era o principal eixo da proposta para este setor. Porém após dois anos de gestão o que avançou foi apenas o PPP e o credenciamento que está aguardando as deliberações legais por parte do estado. Nestes dois anos o setor já realizou algumas ações específicas dentro do período da data para reivindicar a sua pauta específica, Também ocorreram alguns embates internos devido a divergências com equipe da direção indicada pelo reitor. O STU reconhece a importância

do setor para as mobilizações de greve, e entende ser necessário maior atenção para que as pautas sejam atendidas urgentemente, pois o problema do sistema educativo na universidade já se tornou crônico, o que gera conflitos entre os trabalhadores. Também a falta de apoio e política definida pela administração central às chefias imediatas é outro motivo de tensão. O sindicato tem de criar uma política que dispute o PPP envolvendo as educadoras e pais. Propomos:

- STU promova um encontro sobre a educação infantil na UNICAMP
- Defesa da ampliação do sistema educativo com qualidade
- Realização de seminários permanentes em defesa da educação e do sistema educativo
- Participação ativa das educadoras no seminário Paulo Freire com a tarefa de debater a questão do sistema educativo da universidade
- Promover o encontro das educadoras da UNICAMP, USP e UNESP e Centro Paula Souza

3.SINDICATO É PARA A LUTA

O coletivo UNIDADE E LUTA DEFENDE O SINDICATO COMO UMA FERRAMENTA DE LUTA! O STU tem de ser uma frente dos trabalhadores que busque resolver os problemas da categoria sem perder de vista a luta mais ampla. Manter independência frente ao reitor, autonomia dos partidos e ter um diálogo permanente com a sua base. Defendemos que a proporcionalidade é um modelo que deve ser mantido, pois não se mede a eficácia deste modelo por um ano de gestão.

3.1.BALANÇO DE 1 ANO DE GESTÃO DA DIREÇÃO DO STU

A proporcionalidade já foi experimentada outras vezes no STU com muito sucesso, por isso, no último congresso, a categoria avaliou que deveria pôr fim ao sistema majoritário, onde só um grupo dirige o sindicato. Nessa nova experiência, a proporcionalidade aumentou a dinâmica do STU, mas também as limitações das correntes em dialogar entre si e

com a categoria construindo pautas mais unitárias. Frentes como assédio moral, educação infantil e terceirização subiram para um patamar mais sólido de construção junto à categoria, onde diversas correntes passaram a se inserir nos debates e disputar os espaços que essas pautas abriram. Mas o benefício da proporcionalidade não foi só visto nas pautas tidas como setoriais. A campanha salarial e demais lutas gerais da entidade passaram a ser tratadas com maior horizontalidade junto à categoria, que se tornou sujeito mais ativo e mais importante nas campanhas. Porém a atual dinâmica de alguns setores de não disputar a direção em suas instâncias, apostando no simples desgaste do modelo proporcional e da entidade, força um cenário de guerra política frente aos trabalhadores. Sem nenhuma mediação política das divergências e sem intenção de realmente assumir responsabilidades de direção, essa postura acaba por colocar a própria entidade em descrença, fragilizando a categoria e seu potencial de luta. Se o método de boicote sistemático à entidade não for superado, pode-se jogar por terra as potencialidades da proporcionalidade, mas pior que isso, joga toda a entidade e a luta da categoria na vala comum dos sindicatos burocratizados e descolados da base. Hoje o nosso maior desafio é resgatar a entidade como representação da categoria. A categoria precisa saber que o que for decidido coletivamente será executado, nem que para isso seja necessário que as correntes minoritárias passem a atuar com um papel de fiscalização. Sem essa confiança, por hora perdida, a categoria não sente nenhuma vontade de disputar e participar dos espaços da entidade, condenando o STU ao aparelhismo de quem o dirigir.

3.2. PROPORCIONALIDADE UM BREVE COMENTÁRIO

Esta proposta faz parte do DNA da entidade. Desde a ASSUC, em 1990 a oposição ganhou a direção da Associação com a montagem de uma chapa proporcional, aprovada em convenção (prévia). Já o sindicato viveu esta expe-

riência nas urnas na década de 90, com a participação de cinco chapas, na primeira experiência. Durante três gestões o sindicato foi coordenado por este modelo.

O QUE É PROPORCIONALIDADE DIRETA NA BASE? É uma forma de organização sindical, onde todas as correntes políticas de pensamento reconhecidos na categoria irão compor a direção, de forma proporcional ao número de votos obtida em uma eleição, única e plural. É a forma mais democrática de escolha de direções. Esta gestão é regida pela proporcionalidade qualificada na base, que coloca uma linha de corte de 10%, quem não atinge fica de fora da direção. Entendemos que esta proposta embora ainda não seja a ideal é um avanço na atual conjuntura. A proporcionalidade não pode ser o limitante para a construção da luta, o sindicato deve ser uma FRENTE DE TRABALHADORES e não uma correia de transmissão de um grupo. Defendemos que a proporcionalidade seja referendada neste congresso, pois garante a representação democrática dos trabalhadores da Unicamp dentro da instância que os representa. Este é um caminho para estabelecer o equilíbrio dentro da direção do STU, não tendo como principal objetivo a disputa política pelo poder, mas sim a defesa de todos os trabalhadores.

3.3. AS MOBILIZAÇÕES DE 2015 NA UNICAMP: REFLEXO DE 2014

A campanha salarial de 2014, iniciada em seguida a antecipação das eleições do STU, expôs fragilidades na condução do movimento, pois não houve qualquer definição estratégica da luta. Após cem dias de greve, havia uma estafa na maioria dos grevistas. A reitoria da USP blindou-se, com a conivência dos outros reitores, submetendo a deliberação de reajuste ao CONSU e judicializando a greve. O fato de não haver linha política em nossa greve, possibilitou que parte da direção insistisse na manutenção de uma greve de vanguarda, aguardando o resultado da justiça, enquanto a outra grande corrente da entidade optou por

abrir mão da direção da greve, ambas táticas que criaram grande divisão na base. Já em 2015 não houve centralidade na campanha salarial. O F6 mobilizava contra os cortes do Alekmin, indicando mobilização na ALESP, e o STU apontava para a ISONOMIA. O índice salarial, neste cenário, foi secundarizado. Com a retirada da proposta de cortes de verbas, a campanha salarial conjunta perdeu o fôlego para a deflagração de greve pelo reajuste, e assim o CRUESP impôs a política de reajuste parcelado. Frente a isso, nossa assembleia acatou o acordo que avançava timidamente na concretização da ISONOMIA. A divulgação dos salários da UNICAMP, imposta pela Justiça, causou indignação na categoria, insuficiente para uma grande mobilização. Mesmo pequena, a greve durou uma semana e cumpriu o papel de expor os privilégios de alguns setores. Sem adesão da categoria, o que ocorreu foi um movimento espontaneísta e vanguardista, dividindo a base e isolando o sindicato - mais um erro metodológico, visto que desgastou ainda mais a entidade, banalizando seu maior instrumento de luta, que é a greve. Tadeu ainda mantém certa hegemonia sobre parte da categoria, expressa na política de um setor do STU.

Apontamos aqui alguns eixos de luta e atuação:

-STU é oposição à reitoria

-Criação de uma frente de trabalhadores composta pelos técnicos administrativos da UNICAMP, USP, UNESP e CENTRO PAULA SOUZA

-Criação de um Projeto de carreira único para os trabalhadores das universidades estaduais paulistas, com piso e teto salarial isonômico

-Criação de um projeto único das Instituições de educação do ensino superior. Campanha de denúncia de desmonte da educação no estado de SP com as universidades e os professores secundarista.

4. ASSÉDIO MORAL: UMA VITÓRIA DA CATEGORIA.

A luta contra o assédio moral sempre esteve presente nas reivindicações do STU. Em 2009 houve um ápice nesta

queda de braços contra a reitoria, onde o sindicato moveu uma ação junto ao Ministério Público do Trabalho – MPT, e este obrigou a UNICAMP a reconhecer o assédio e ter medidas concretas para acabar com ele. Como pouco avançou de lá para cá, este ano a universidade teve uma de suas maiores derrotas em relação ao assédio moral. Novas denúncias no MPT fez com que a universidade fosse chamada a assinar o Termo Ajustamento de Conduta/TAC, com a presença do STU e a ADUNICAMP. O TAC é um conjunto de medidas que visa regulamentar as relações entre chefias e subordinados. Este fato colocou a reitoria contra a parede, pois o não cumprimento do TAC leva a universidade a pagar multa de R\$50mil. Além deste fato, os subordinados poderão avaliar suas chefias e o STU poderá encaminhar todas as denúncias de assédio ao órgão competente da universidade, que terá de seguir e respeitar os itens da assinatura do acordo, dando maior confiança para quem denuncia e maior poder ao sindicato. Vitórias dos trabalhadores!

5. CONSELHO DE REPRESENTANTES/CR

O Conselho de Representantes – CR do STU é a expressão da busca da participação ativa da base no sindicato. Infelizmente, nos últimos anos este espaço está carente de política e de participação. Precisamos resgatar o CR como um fórum que contribui para vida ativa da nossa entidade, delegando a ele as tarefas políticas que aproximem a direção do STU da categoria. É necessário definir um novo calendário de eleição para o CR e uma ampla campanha, mostrando a importância da sua existência. Com a realidade que a UNICAMP atravessa, propomos a articulação, dentro do CR, dos representantes da área de saúde, com calendário próprio intercalado com as reuniões ordinárias do CR, para articular as lutas específicas daquela área com suas especificidades.

6. UMA NOVA DINÂMICA PARA O CONGRESSO DO STU

O Congresso do STU, sem dúvida, tem uma dinâmica bem diferente de vários sindicatos no Brasil, na tentativa de realizar o debate com todos os trabalhadores independentemente de ser filiado ou não à entidade. Porém o congresso dos trabalhadores da UNICAMP é a instância máxima do STU, onde se altera a vida do sindicato, votando alterações estatutárias, questões financeiras etc. Sendo o congresso a instância soberana do STU, define o rumo político da nossa entidade, propomos uma alteração na forma de realização do congresso, de forma que possibilite a participação apenas dos sócios da entidade, tornando-os inclusive delegados natos ao congresso. Esta mudança fará com que os sócios tomem em suas mãos os rumos da entidade, não só no processo eleitoral, mas também nas decisões políticas e estruturais da entidade. Também fará com que os militantes busquem novas filiações e conheçam os sócios da entidade de verdade. Para não excluir a participação dos não filiados, propomos que participem do congresso como observadores, com direito a voz, sem direito a voto, bem como a realização de plenárias preparatórias abertas a todos os trabalhadores sócios e não sócios para debater previamente os temas, ao longo de um ano antes do congresso.

7. FUNCIONAMENTO DO COMANDO DE GREVE/CG

Nas últimas greves temos assistido debates de como deve se comportar o CG: deve ser aberto ou ter representantes indicados das unidades em greve? O Comando tem papel fundamental na greve, desde pensar a política até sua estrutura, mas também tem o papel de enraizar a greve dentro da universidade. Por isso defendemos que o CG regulamentado seja uma instância estatutária do STU e constituído por representante indicado das unidades, aplicando-se proporção referente ao tamanho da unidade. Os aposentados poderão indicar seus representantes pela Assembleia Geral (AG) dos aposentados convocada para este fim. Isto garantirá que não haja distorção na hora de votar decisões po-

lêmicas referentes à greve, com unidade de menor número tendo o mesmo peso de uma unidade três vezes maior. Isto garantirá a responsabilidade política do comando, onde tanto a direção sindical quanto os trabalhadores da base saberão quem são os representantes no comando e qual a sua tarefa ali. O representante da unidade tem a tarefa de organizar a unidade no intuito de debater a greve, propor formas de construir o movimento, trazer informes de sua unidade para as reuniões do CG, levar a deliberações da reunião do CG para unidade e votar nas reuniões do CG de acordo com as propostas debatidas nas suas unidades. É saudável que a unidade aplicar a rotatividade de seus representantes na reunião ou substituí-lo se necessário. O número de delegados do CG na unidade acompanhará o seguinte critério: Unidade 0 a 20 = 1 delegado. De 20 a 50 = 02, de 50 a 80 = 03 etc, unidades sem greve terão direito a 1 delegado, mas assim como nas unidades em greve o delegado tem que ser eleito na reunião da unidade chamada para esse fim.

8. O STU E CONSU

A eleição do conselho universitário na universidade é organizada pela própria instituição, com candidaturas individuais, o que faz com que sejam eleitos sem nenhum debate efetivo com a categoria ou programa. Tal forma de eleição permite que o representante a não assuma nenhum compromisso coletivo, votando muitas vezes contra os trabalhadores e a favor do reitor. Grupos que servem de base da reitoria conseguem o maior número de cadeiras, prometendo aos trabalhadores, por estar perto do reitor, resolver seus problemas, o que na prática não ocorre! Eles sequer retornam para dizer o que e como estão votando nas reuniões. O CONSU é o órgão máximo da universidade e os trabalhadores tem um número reduzido de representantes. Na nossa avaliação o STU deveria de ter uma atuação mais ativa ao processo. Organizando uma chapa, através de uma assembleia, onde tenha um programa previamente definido constru-

ido junto com a categoria. Desta forma o representante terá o compromisso de cumprir o programa e prestar conta à categoria que elegeu. Também teria a estrutura do sindicato para ajudá-lo em sua campanha e mandato. Isto significaria ter uma bancada verdadeiramente comprometida com os trabalhadores, deixando de fora aqueles que se elegem para defender o patrão.

9. APOSENTADOS

Nos Governos de Lula e Dilma os ataques aos servidores ativos, aposentados e pensionistas foram aprofundados. Ainda que carregassem como bandeira a defesa dos direitos desses setores, tanto Lula como Dilma atuaram na lógica de desmonte da previdência e do funcionalismo públicos.

Desde a Reforma da Previdência em 2003 os governo do PT estão fazendo coro com seu antecessor, FHC, reafirmando que “os aposentados são um grande problema para o Brasil”. Sob a falácia da falência do INSS os governos PTistas intensificaram o arrocho aos direitos dos trabalhadores focando especialmente nos aposentados e pensionistas, que erguerem esse país e agora se veem abandonados pelo Estado e com seus parques direitos ameaçados. Os projetos de lei e medidas provisórias que aumentam a idade mínima para aposentar, restringem o acesso à pensão e que desvinculam a aposentadoria e pensão do salário mínimo são alguns dos ataques que o governo disferiu sobre esse setor mais vulnerável da população.

A Unicamp, nos próximos 5 anos terá um número expressivo de trabalhadores se aposentando. Por isso, cada vez mais, a Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria deve gerar política para o setor. Neste sentido atuamos de forma a garantir aposentados os mesmos direitos dos trabalhadores da ativa e criar políticas socioculturais. O STU, no próximo período, deverá ter um olhar mais atento a este setor, pois ele terá um crescimento grande e teremos que construir um diálogo necessário para responder as especificidades de quem já não terá uma

participação cotidiana em nossa universidade. É importante dizer que, para uma parte da diretoria, este segmento da categoria não tem a menor importância, mas para nós do Unidade e Luta, é fundamental para existência do STU. Deste modo, propomos:

- Extensão do auxílio alimentação aos aposentados
- Luta pela recomposição do poder aquisitivo do aposentado CLT
- Ampliação a relação sociocultural dos aposentados com o STU
- Fortalecimento da Coordenação de Aposentados do STU
- Promover o encontro de aposentados da Unicamp
- Política de acolhimento aos aposentados
- Melhoria de contatos com os aposentados
- Participação ativa nos fóruns e espaços políticos correspondentes a este setor

10. UNIDADES EXTERNAS

Neste último período o STU deu um grande salto nas unidades externas: Limeira, Piracicaba, COTUCA, CPQBA e CIS Guanabara – mas entendemos que ainda não conseguimos gerar políticas permanentes nestes locais. O exemplo disto é a distância que ainda temos no Hospital de Sumaré, que tem uma nova forma de contratação.b

A gestão passada ampliou o atendimento jurídico a estas unidades, realizou atividades, porém ainda não temos um espaço permanente em todas estas unidades. Já avançamos em Limeira e Piracicaba com este debate e com local permanente, mais ainda é insuficiente, pois temos que criar uma política cotidiana e real para estes companheiros. Ainda falta o STU se fazer mais presente no COTUCA e CPQBA. Mas ter espaço sem uma política consistente e contínua não dá conta de integrar esses trabalhadores, por isso propomos que o STU aproxime o campus de Barão Geraldo para os demais Campis de forma que a realidade discutida aqui seja a mesma nos demais locais em tempo real. Sendo assim, de-

fendemos:

- Criação da figura do diretor itinerante
- Parceria com as associações de Limeira e Piracicaba
- Realização de seminário para definir políticas e ações junto aos campi externos
- Plenárias mensais e permanentes nas unidades externas
- Boletim eletrônico específico para estes campi
- Pontos de mídia digital nos locais de acesso dos trabalhadores

11. FUNCAMP

Precisamos separar o debate sobre a FUNCAMP e os Trabalhadores da Funcamp. Entendemos que os trabalhadores FUNCAMP são da Unicamp! Desde 1999 a luta dos trabalhadores da Funcamp tem sido uma pedra no sapato dos gestores e da reitoria. As reivindicações têm se dado através de denúncias, ações trabalhistas, criação de comissões de negociação, mobilizações e greves, tudo isto seguindo as instruções do STU, mesmo estando ligados formalmente ao SEAAC.

Em diversos momentos os trabalhadores FUNCAMP participaram da luta de forma conjunta, foi assim na greve de 2000, e nas mobilizações nos anos seguintes. Aguardamos o desfecho deste processo sobre a representatividade sindical, entretanto, o STU já tem o reconhecimento político dos trabalhadores da Funcamp e os acolhe em seu estatuto, desde direito ao voto em todas as instâncias de deliberação até a participação na diretoria. Hoje a situação dos companheiros da Funcamp é mais alarmante. Com a expansão do atendimento da Unicamp, ampliou-se o quadro de trabalhadores, principalmente na área de saúde, mas recebem salários e benefícios diferenciados, além de sofrerem assédio moral e serem vítimas de demissões arbitrárias. Para que possamos ter êxito na nossa luta, é preciso derrotar o SEAAC política e juridicamente, pressionar a reitoria para acabar com as fundações e absorver em seu quadro os trabalhadores

Funcamp.

Acreditamos que é o momento de mudar de tática, pois podemos não ter êxito na luta jurídica. É necessário criar uma mobilização para que os trabalhadores façam o desmembramento do SEAAC, criando um Sindicato dos Trabalhadores FUNCAMP e Terceirizados. O STU tem de ser protagonista desta ação oferecendo toda a estrutura e sendo o sindicato coirmão para uma posterior fusão. Nossas propostas:

-Organizar a comissão de trabalhadores da Funcamp, garantindo representatividade por local de trabalho rumo a criação do sindicato dos trabalhadores da FUNCAMP e Terceirizados

-Dar status de direção junto ao STU à comissão

-Cobrar a lei de acesso à informação em relação aos contratos da fundação

-Realizar um encontro dos trabalhadores da Funcamp, com a finalidade de definir uma política de enfrentamento e criação de um sindicato

-Unificar a data-base da Funcamp-
-Unicamp

-Lutar pela ISONOMIA de tratamento com os trabalhadores da Unicamp

-Fazer uma campanha contra o assédio moral

-Lutar pela participação dos trabalhadores nos espaços decisórios da universidade

12. PLANO DE LUTAS

-Lutar pela desmilitarização da PM

-O STU em conjunto com FASUBRA realizem ações de formação sindical, para refletir sobre o histórico do movimento sindical, visando o debate sobre a importância de se construir o sindicato e ações coletivas em defesa da Universidade Pública, valorização da carreira e demais pautas

-Fora as tropas Brasileiras do Haiti

-Organizar os trabalhadores das universidades públicas junto com a FASUBRA

-Repudiar a intervenção militar dos países desenvolvidos no norte da África e no oriente

-O STU deve apoiar participar e pro-

por de iniciativas de agenda de mobilizações dos trabalhadores em 2016 em defesa da universidade pública e dos trabalhadores em geral contra a retirada de direitos

-STU deve lutarem conjunto com os movimentos populares em defesa da reforma agrária

-STU deve lutar em defesa do meio ambiente em defesa da água

-STU deve manter sua autonomia e independência frente à reitoria e oposição à atual reitoria TADEU/ÁLVARO

-STU deve ser oposição aos governos Jonas Donizetti, Alckmin e Dilma que atacam aos direitos dos trabalhadores.

Assinam a presente tese:

Os Diretores do STU

Marina Rebelo (AEL),

Oswaldo (RU)

Sandra Ramos (CDC);

Trabalhadores da Base:

Maria Edith (CAISM);

Toninho Alves (PRG - FASUBRA);

Josué (IA);

Ana Paula (IA);

Evandro (IA);

Henrique (DGA-Gráfica),

Danilo Negretti (CDC);

Teresinha (CDC);

Pinheiro (aposentado);

Dayse (aposentada);

Odete (aposentada)

Rose (IQ);

Antônio Carlos (RU);

Mike (FE);

Klélia (IB);

Bianca (IB);

Fernanda (BC);

Rose (BC);

Rosana Aranha (CECI);

Tati (CECI);

Marli (CAS);

Civaldo (HC);

Jamilson (FCM);

Valeria (IEL);

Roberta (IEL);

Renata (IEL);

Dorinha (FOP);

Antônio Carlos (Limeira)

Thiago (FEM);

Santão (IFCH);

Orlando (CPQBA);

Gilberto (DGA);

Antônio Augusto Ferreira (CMU);

Nuri (CDC);

Mario Jorge (Aposentado);

Gonzaga (FEF),

Vivien (IB).

Tese 3

VAMOS À LUTA!

Tese do coletivo sindical Vamos à Luta ao XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

“Não se deixar cooptar, não se deixar esmagar. Lutar sempre.

Conquistar, na luta, vitórias reais com o povo”

Florestan Fernandes

O Congresso dos Trabalhadores da Unicamp é o momento em que o movimento sindical pode resolver-se acerca da conjuntura histórica em que se encontra, criticar-se e reorientar-se, a fim de fazer valer a máxima de Florestan Fernandes, que este texto traz no topo. É por isso que, diferentemente dos momentos de luta, em que o Vamos à Luta agita e organiza o enfrentamento frente aos nossos inimigos e nossas dificuldades, aproveitamos este momento para discutir e qualificar nossas diferenças. A partir de uma análise do nosso momento e dos resultados a que levaram nossas últimas decisões, propomos a retomada do formato majoritário de eleição da direção sindical. Sem principismos sobre qual o formato ideal, acreditamos ser este um recurso para conferir maior transparência à atuação e aos objetivos da nossa entidade e facilitar o caminho para que o STU dê o exemplo de combatividade no movimento sindical. Este fenômeno de retomada da combatividade animou o movimento popular, que em junho de 2013 inaugurou uma conjuntura política de renovada ousadia e radicalidade das lutas sociais. O movimento sindical, atrasado, ainda precisa livrar-se das amarras do sindicalismo articulado no processo de ascensão do PT e construir um novo momento, onde o objetivo seja, acima de tudo, conquistar vitórias reais com o povo.

No mundo todo, e por todo o tempo, a fome de lucro dos negócios leva a centralização das riquezas, rebaixamento dos salários, retiradas dos direitos sociais, falta de perspectivas à juventude e desequilíbrios ambientais. Mas, mais uma vez, o discurso unificado das elites leva as massas populares, que vivem

exclusivamente de seu trabalho, a questionar os rumos e a lógica do sistema capitalista mundial - sem necessariamente haver plena consciência, entretanto, de um programa de mudanças que nos oriente a agir objetivamente na construção das soluções necessárias. A sociedade ainda luta para conseguir empregar todas as capacidades da humanidade no bem-estar produtivo das pessoas comuns e não consegue se livrar das escusas intenções de lucro privado, que hoje é o elemento estruturante do funcionamento da economia e da política.

No Brasil, assim como nas greves gerais, nas ocupações e nas mobilizações de massa que sacudiram muitos países em todos os continentes, as mobilizações de junho de 2013 questionaram a ordem vigente e atingiram o objetivo de livrar o senso comum do conto de fadas, patrocinado principalmente pelos instrumentos de influência ligados ao partido do governo federal, PT, que pregavam um Brasil Potência, quando nosso povo ainda sequer acessa pleno direito à educação, saúde, transporte, moradia, lazer, sexualidade, etc. Este novo cenário das lutas sociais não é catastrófico como avaliam os poderosos meios de comunicação do país. Ele carrega a possibilidade de implementar mudanças mais profundas, pois conta com força social independente dos esquemas econômicos e políticos da ordem. A ousadia de mudar abre caminho para uma real inserção dos trabalhadores (negros e mulheres que somos) na política e na divisão das riquezas. Os conflitos entre explorados e exploradores, opressores e oprimidos que ocorrem diariamente demandam o resgate de bandeiras históricas para consolidar um programa positi-

vo de garantia dos direitos sociais. Mas para estas possibilidades se tornarem realidade, temos que começar com a independência política frente aos esquemas de cooptação da ordem, e exercer nossa ousadia programática para atacar as raízes dos problemas. É preciso levar a outro patamar as expectativas das massas indignadas.

Como os negócios pioram quando os pobres resolvem que também merecem comer, morar e viver, as dificuldades da “ordem” mundial trazem incertezas econômicas que dificultam a manutenção das riquezas no país e reforçam o caráter colonial do Brasil exportador de matérias primas e com baixo custo do trabalho social. Equivale a dizer que as dificuldades políticas do mundo tendem a trazer miséria econômica e mais miséria para o Brasil, posto que ocupamos um papel periférico no sistema, sendo explorados e espoliados em favor dos centros capitalistas mundiais que não tomam suas decisões baseados na conquista da dignidade e produtividade da vida dos trabalhadores.

Para garantir o dinheiro dos investidores, os governos brasileiros fazem nítidas sinalizações de sua lealdade aos poderosos do mundo. Cortam investimentos sociais, ampliam a repressão aos movimentos sociais, privatizam, terceirizam, controlam os meios de comunicação. Esta é a tônica tanto do bloco do PT, no comando do governo federal, quanto do bloco do PSDB, que comanda as decisões do estado de São Paulo. Todos estes governos agem contra o povo, e enganaram a opinião pública, como sempre fizeram, aliás, no processo eleitoral. Mesmo sem promover o debate sobre impedimento dos

governos, devemos entender que eles são nós centrais que articulam a exploração dos trabalhadores. Não podemos vacilar no objetivo de derrotar Dilma e Alckmin para construir um novo momento das lutas sociais que coloque no centro do país as demandas dos movimentos sociais!

Na Unicamp, a reitoria Tadeu se eleger com muitas promessas. No entanto, passado já metade de seu mandato, o reitor se esconde atrás do discurso da crise para não garantir nada para os trabalhadores: a isonomia, carro chefe de sua campanha, virou apenas um punhado de intenções; o vale-alimentação está congelado desde o começo de sua gestão; as 30h na saúde não chegam nem perto das expectativas das trabalhadoras. Por outro lado, parece não haver crise quando se trata do pagamento dos supersalários e da dupla remuneração para a alta cúpula da universidade. Aliada a essa esquizofrenia, a gestão Tadeu ainda será lembrada como capaz de “feitos históricos” como a compra da Fazenda Argentina (que posteriormente foi arrendada para plantação de cana, dada a falta de projeto para a área) e a atabalhoada mudança de regime, que colocou insegurança na vida de quase 2000 servidores.

E O SINDICATO NO MEIO DISSO TUDO?

O sindicalismo brasileiro, que não esteve neutro no processo de estabelecimento da atual ordem das coisas, também enfrenta sua crise. Após anos amaciando os conflitos que poderiam pressionar os governos, os pelegos percebem que a solução apresentada pelo sistema mundial ao caso brasileiro não incluem sequer as lideranças cooptadas. No salve-se quem puder da crise, o governo abraça o que os pelegos sempre denominaram de “velha direita” e se veem com dificuldades de conseguir até mesmo as pequenas migalhas que costumavam garantir suas posições de liderança e os privilégios da burocracia. Enquanto a juventude se transforma em classe trabalhadora, o dito “sindicalismo de resultados” não tem resultados para oferecer e mergulha numa crise que só

será resolvida com a movimentação ousada e independente dos trabalhadores no sentido de construir um sindicalismo que não se deixará cooptar, nem aceitará ser enrolado nos esquemas de trocas de favores que não resolvem os problemas sociais dos trabalhadores.

CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CGT, CGTB, e as outras centrais sindicais cooptadas, apesar de não poderem mais exaltar um suposto caráter progressista do governo, são incapazes de alinhar seus instrumentos de pressão para denunciar e subverter a ordem dos poderosos e não fazem frente aos governos. Limitam-se a agitar pequenos atos de demarcação contra medidas pontuais. Mesmo a Conlutas, central sindical que se propõe a fazer um contraponto à atual estrutura sindical, mostra-se incapaz de conduzir uma unificação e mobilização tenaz e independente da burocracia sindical.

O cenário das lutas sindicais no Brasil, portanto, é diferente das lutas populares. Contida ainda numa estratégia que se baseia nas “possibilidades concretas” ditadas pelos governos e patrões, a agitação dos sindicalistas ainda não se concentra no tenaz trabalho de opinião, que denuncie o atual estado das coisas ao mesmo tempo que consolida um efetivo programa de mudanças. Como consequência, não consegue gerar expectativas reais de mudanças mesmo quando as pessoas estão indignadas com a situação. Enquanto os trabalhadores desconfiam da independência de suas lideranças, elas se apressam para dizer que conseguiram algum resultado das “negociações” com os patrões, quando, na verdade, os rumos políticos não mudam em nada. As alardeadas vitórias não conseguem mostrar que a luta muda a vida e não provocam o real exercício de força dos trabalhadores que é a mobilização massiva e politicamente obstinada.

A concepção sindical que vislumbramos como solução dos impasses atuais do sindicalismo é calcada no sindicato como agitador político. A entidade deve promover informações e exemplos de

luta, sem trocar favores e conciliar interesses com aqueles que se beneficiam das nossas dificuldades. Chamamos este modelo de Sindicalismo Combativo, porque ele parte do pressuposto de que há interesses divergentes entre o patrão e os empregados. Ao invés de instrumento de negociação, em busca de uma conciliação de classes, o sindicato é visto como instrumento de combate, pois quando os de baixo sabem o que querem e não aceitam as enganações da chefia, quem pede negociação são os de cima. Nas negociações de hoje, sem força de mobilização para pressionar, os trabalhadores e o sindicato são sempre enrolados.

Na Unicamp hoje, o Vamos à Luta é o único coletivo que trabalha sob esta concepção. Daí decorre a conformação de dois blocos políticos completamente distintos: de um lado, queremos agitar a mobilização dos trabalhadores e não nos deixamos enrolar pela reitoria. De outro, quatro ou cinco grupos, que se dizem diferentes uns dos outros, respondem por 70% da diretoria do STU e encontram acordo principalmente nos momentos decisivos. De forma que terminam criando uma blindagem política em favor da reitoria. Foi assim na campanha salarial de 2014, em que a greve só continuou por força da categoria e do Vamos à Luta, contra o acordo da maioria da diretoria. Foi assim na luta pela efetivação da isonomia e na campanha salarial de 2015 em que o bloco pelego venceu, a categoria apostou nas negociações e até agora não houve nenhuma negociação de fato. O que estas forças que compõem o bloco do sindicalismo de resultados ganham com isso é uma pergunta que nunca será respondida com franqueza. Fora dos momentos decisivos, da mesma maneira, o sindicato segue dócil frente à reitoria sem cumprir sequer a deliberação recente de assembleia de ampliar a agitação de denúncia dos supersalários.

MAS COMO FOI DEFINIDA ESTA DIREÇÃO TÃO VACILANTE?

A eleição da diretoria do STU ocor-

reu em abril de 2014 e, pela primeira vez em muito tempo, não seria a chapa com maior número de votos que assumiria a direção. Cada chapa nomearia uma parte correspondente ao percentual de votos obtido na eleição. Uma chapa que obtivesse 20% dos votos, por exemplo, egeria 20% dos diretores e assim por diante. Vamos retomar o cenário desde a última eleição para apontar como a proporcionalidade permitiu despolitizar e confundir o debate político, para qualificar a proposta de retomada das eleições majoritárias.

Vale lembrar que a gestão majoritária encabeçada pelo Vamos à Luta, que assumiu em 2011, foi formalmente dividida na campanha salarial 2013. Até este momento, e não sem dificuldades, a gestão anterior soube demonstrar independência política e isso resultou numa ampliação da capacidade de mobilização da categoria. Como exemplo, a greve do segundo semestre de 2011, que reivindicava Isonomia Já. Agindo sem se deixar enrolar pela reitoria e denunciando seus autoritarismos divergentes do interesse social, o STU conseguiu pautar a sucessão de reitores, nosso vale alimentação triplicou, alcançamos uma legitimidade política para a isonomia e para o retorno à jornada de 30h na área de saúde, que até então parecia impossível pelo tom das “negociações” que orientavam a atuação da gestão Fernando Costa.

Logo após Tadeu assumir o cargo de reitor, o grupo representado pela tese 2, ao invés de propor a unidade acima das diferenças (como hoje dizem agir) e encaminhar um enfrentamento pela efetivação imediata da isonomia, agitou o descrédito contra a entidade, utilizando-se inclusive de calúnias que constam escritas na tese que apresentaram ao XII congresso e que, apesar de graves, nunca puderam ser provadas ou encaminhadas de qualquer maneira responsável. A partir deste momento, a gestão passada não conseguiu mais tomar deliberações que permitissem encaminhar a campanha salarial e, por este motivo, foi proposta a antecipação do pleito 2014 para

antes da campanha salarial daquele ano. A proporcionalidade não foi proposta como solução de uma crise, que existia justamente pela divisão e perda de objetivo político comum da gestão. A proporcionalidade foi defendida pelos grupos como forma de garantir a presença de cada grupo no aparelho sindical, sem qualquer preocupação política com os rumos tomados pela entidade. Naquele momento, a divisão e falta de unidade política já se mostrava então prejudicial à ação firme da reitoria, mas neste XIII congresso, os grupos alegam que a divisão da reitoria quando da posse de Tadeu prova que o formato de composição majoritário não ajuda a luta da categoria. Além de se tratar de um simples exemplo, que não determina fatalmente nenhuma falibilidade da majoritariedade, trata-se de uma inversão, pois a divisão política tão prejudicial é pressuposto na proporcionalidade, apesar de ter surgido, em 2013, intencionalmente, dentro de uma gestão majoritária.

No processo eleitoral, enquanto o Vamos à Luta chamava a atenção para a necessidade de denunciar e mobilizar para garantir vitórias contra a reitoria Tadeu, os grupos que atualmente formam o colchão de amortecimento das lutas contra a reitoria se disseram aliados dos trabalhadores, e a única campanha que efetivamente fizeram foi contra nossa chapa. Foram utilizados métodos espúrios que, infelizmente, são tradição no sindicalismo que não se orienta pelos enfrentamentos de classe: mentiras, desinformação, manobras burocráticas com as listas de votantes e coisas do tipo. Ou seja, não receberam voto propondo os caminhos de vitória da categoria. Grupos francamente apoiados pela reitoria, outros apoiadores da reitoria, de forma mais ou menos velada, garantiram, cada um, um pedaço na composição da direção e, desta forma a política que hoje orienta o sindicato não esteve expressa em nenhuma campanha eleitoral. Cada um elegeu dizendo coisas mais ou menos abstratas, e contando com votos de rejeição de outras chapas, de relações de gratidão e retribuição

despolitizada de favores ou mesmo enganados pelas mentiras do vale-tudo eleitoral. Depois de eleita, a gestão é composta por 70% de amigos da reitoria interessados em cargos e recursos da máquina sindical e 30% pelo Vamos à Luta, cujas iniciativas são sistematicamente vigiadas e sabotadas pelos 70% que provam a todo o momento alta lealdade à reitoria. Quem está perdendo é a isonomia, as 30h, o reajuste salarial e do vale alimentação, a redução dos custos do transporte fretado, o combate à terceirização, etc.

MAS A CATEGORIA QUER LUTAR CONTRA TADEU? O SINDICATO NÃO DEVERIA AGIR COMO A BASE?

Ao longo das assembleias setoriais da construção de nosso congresso, muito se disse que a eleição proporcional da direção é mais democrática, pois permite que o sindicato funcione a partir da representação das mais diferentes posições políticas que existem na categoria. Apesar de parecer bem intencionada, esta noção reflete uma compreensão abstrata de democracia e retira da entidade o que para nós é fundamental: a sua capacidade de organizar os enfrentamentos e de dar referência política na luta pelos nossos direitos.

Primeiro, no caso da Unicamp, não é apenas a partir de representação na reitoria do sindicato que os grupos se expressam e disputam os rumos do movimento. O movimento sindical da Unicamp possui diversas instâncias democráticas, como as assembleias e o congresso, que são superiores às deliberações da reitoria.

Segundo, nem toda expressão da categoria é interessante para a intransigente luta dos trabalhadores em favor de seus direitos e reivindicações históricas. Os grupos aliados da reitoria compram votos com favores, que deveriam ser tratados como direitos, e agem completamente desalinhados com as deliberações democráticas da categoria na busca de seus objetivos. Ou seja, nem todas as vontades dos trabalhadores são interessantes de serem representadas

pelo movimento sindical. Os sonhos individualistas de ascensão submissa e despolitizada, que existem (e muito) na categoria, não devem ter lugar no instrumento de luta que é o sindicato.

Em terceiro lugar, chamamos a atenção para o fato de que proporcionalidade não significa que todas as forças podem agir na direção da entidade e nem majoritariedade significa que apenas um grupo coordena e hegemoniza o movimento. Na atual composição da diretoria, por exemplo, o Vamos à Luta, apesar de estar entre os mais votados na última eleição, não pode deliberar sobre a estrutura do sindicato. Mesmo a emissão de ofícios por parte dos diretores combativos é tutelada pela maioria que se formou sem anunciar publicamente os eixos de sua unidade. Propostas simples como a promoção do aprendizado de Língua Brasileira de Sinais por parte da diretoria ou o estabelecimento de uma bateria treinada para animar as mobilizações foram sumariamente barradas ou desencaminhadas pela atual diretoria.

Essencialmente, a majoritariedade determina que a composição vencedora terá todas as condições, no que tange a estrutura da entidade, para implementar sua política. Uma chapa eleita de forma majoritária pode até vir a se dividir, mas isso será contabilizado como falha da gestão. Ela não será dissolvida na confusão política e nas brigas de grupos, que se debatem na diretoria para encaminhar políticas divergentes. Os atuais defensores da proporcionalidade, por exemplo, poderiam montar uma chapa e agir em conjunto na diretoria, se ganhassem a eleição, sem precisar aturar a atuação do Vamos à Luta, que é tão criticada por eles. Da mesma forma, se o Vamos à Luta sai vitorioso das eleições, não sofreria o boicote e as sabotagens dos demais grupos, interessados em frustrar o enfrentamento politizado à reitoria e aos governos.

Por último, não é papel do sindicato viver refém da desmobilização da base, culpando-a pela piora das condições de trabalho, salário e contrato, como ocorre hoje em todas as assembleias. Quando

a categoria não está pronta para um enfrentamento necessário, é responsabilidade da entidade desenvolver esta preparação. É para isso que a direção teria sido eleita e assumido a gestão da estrutura sindical. Caso contrário, o sindicato só serve como modo de vida de supostas lideranças, que se empoleiram como negociadores profissionais e se distanciam cada vez mais das reivindicações e necessidades da categoria.

PARA QUE O STU PRECISA MUDAR? UM PLANO DE LUTAS PARA OS TRABALHADORES DA UNICAMP

Por toda falta de democracia nas decisões dos governos, repressão aos movimentos sociais e estrito controle dos meios de comunicação que abordamos na análise de conjuntura, sabemos que nossa luta deverá nadar contra a maré. Mídia, governos e seus lacaios se unificam para construir a ideia de que é necessário enxugar gastos com a educação e com a saúde, quando na verdade sabemos que o investimento público nestes setores é muito aquém do necessário.

Para que o movimento sindical da Unicamp aproveite a conjuntura de mudanças e apresente exemplos de luta para toda a sociedade é necessário garantir a independência política da diretoria, ou denunciar o peleguismo da direção. Neste sentido a eleição majoritária da direção é fundamental.

É necessário desenvolver instrumentos de opinião: boletins, jornais, revistas, livros, site e redes sociais qualificados, que desconstruam os argumentos da reitoria ao invés de reproduzi-los. Dentro destas perspectivas, a denúncia dos supersalários e da dupla remuneração que continuam vigorando na Unicamp é importante. Devemos apresentar para a sociedade as debilidades de atendimento e ensino ocasionadas pela falta de profissionais, cujas contratações estão barradas pela GR02/2015. É necessário explicitar a falta de uma carreira que estimule a qualificação dos trabalhadores e sua permanência no quadro funcional da universidade. É fundamental denunciar

o racismo e machismo institucionais, numa universidade em que negras e negros ocupam os cargos mais precários, que são cada vez mais comuns frente à política de terceirização da reitoria e do governo. Alardear a sub-representação do povo negro e das mulheres nas funções de docência, administração e gestão, e tantas outras campanhas que, com vontade política séria, podemos fazer.

Esta é a base necessária para conseguir a tal preparação para os enfrentamentos de reivindicação intransigente da isonomia dos pisos, do espalhamento dos trabalhadores na carreira, das políticas de cotas nas atividades de ensino, nos postos de trabalho e nos cargos de direção da universidade.

O fim das terceirizações e a valorização do serviço e do servidor público serão consequência de um movimento contínuo de denúncia e pressão sobre os lacaios do governo que organizam a universidade hoje apenas para garantir sua perpetuação no poder político. As recentes demissões de trabalhadores da Funcamp e da Centro mostram que são as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados os primeiros a sofrerem na carne as consequências do modelo de trabalho que a Unicamp (e o serviço público como um todo) adota. Dessa forma, o STU deve impulsionar a organização e luta conjunta de todos os trabalhadores, independente de sua forma de contratação, uma vez que os sindicatos que representam legalmente essas categorias não se dispõem a enfrentar as políticas nefastas dos governos e da reitoria.

POR UM MUNDO ONDE SEJAMOS SOCIALMENTE IGUAIS! COMBATER AS DIVERSAS FORMAS DE OPRESSÃO DEVE SER NOSSA LUTA COTIDIANA

Na sociedade em que vivemos, as diferenças, transformadas em relações desiguais, têm garantido por centenas de anos uma maior exploração de alguns setores. Todos os dias negros, mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais sofrem com a falta da garantia plena de seus direitos.

A naturalização dessas desigualdades é o que coloca o importante desafio de debatermos e lutarmos contra as opressões manifestas através do racismo, do machismo e da homo\lesbo\transfobia.

BASTA DE VIOLÊNCIA!

Diferentemente de alguns países em que existe uma evidente segregação entre negros e brancos, o discurso oficial adotado no Brasil é o da existência de uma suposta democracia racial, que garante iguais direitos e oportunidades a todas e todos. Porém os pobres e negros são as maiores vítimas da violência no país.

A chance de homicídios contra jovens negros é duas vezes maior que contra os brancos, de acordo com o Índice de Homicídio na Adolescência. 60% dos carcerários do país são negros e a proposta de redução da maioria penal culpabiliza justamente as maiores vítimas da violência e dos assassinatos no nosso país.

A violência contra a mulher, assim como a violência racista, é também um fato cotidiano, apesar de ser considerada “politicamente incorreta”. No Brasil, a cada uma hora e meia morre uma mulher vítima de violência machista. A violência no Brasil tem cor, gênero e orientação sexual, 61% das mulheres assassinadas no Brasil são negras. No ano de 2014, a cada 10 minutos uma mulher foi vítima de violência machista no Estado de São Paulo. A violência contra a mulher, a violência racista e LGBTfóbica são fatos cotidianos que precisam ser combatidos.

A Lei Maria da Penha, ainda hoje, 10 anos depois de sua publicação, não tem as condições mínimas de implementação para de fato proteger a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência. Falta de recursos para garantir equipamentos mínimos e formação de profissionais são evidentes em Campinas, pois há apenas uma delegacia da mulher na cidade, que funciona somente em horário comercial, e uma casa abrigo com menos de 30 vagas.

É preciso lutar pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, não deixando de denunciar a inviabilidade da aplicação da lei visto os sucessivos cortes nos orçamentos dos órgãos responsáveis por políticas específicas às questões das mulheres, impedindo, por exemplo, a criação de casas de abrigo, educação sexual, contratação de médicos e psicólogos para atender as demandas das mulheres

A divisão social dos papéis do homem e da mulher legitima a violência contra as mulheres quando há qualquer tipo de resistência ao cumprimento destes. A cultura do estupro tenta o tempo todo ensinar às mulheres como não serem estupradas e não aos homens a não estuprar, deixando claro como a sociedade justifica a violência sexual.

Alarmanes também são os números de casos de violência motivados por homo\lesbo\transfobia. Hoje o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos à população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e são comuns, ainda, crimes de estupro corretivo a lésbicas e bissexuais femininas, o que mostra a violência da discriminação quanto à diversidade sexual.

Aqueles que se identificam num padrão de sexo/gênero diferente do dominante sofrem ainda mais. As travestis e transexuais, devido ao enorme preconceito, são marginalizadas e enfrentam situações ainda mais perversas de violência.

Para agravar ainda mais essa situação, está em discussão no congresso nacional a aprovação do Estatuto da Família, que reconhece como família apenas a união entre homem e mulher, excluindo diversas configurações familiares, por exemplo, as famílias homoafetivas.

FRENTE A ESTA DURA REALIDADE, PROPOMOS:

- Que o STU apoie o Projeto de Lei 643/2015 que prevê a abertura das Delegacias de Defesa da Mulher 24h por dia e aos finais de semana.

- Que o STU se posicione contra o Estatuto da Família

- Que o STU apoie o PL 5.002/2013 e lute pelo reconhecimento do “nome social” de transexuais como nome oficial.

- Que o STU apoie e construa com outras entidades e movimentos iniciativas de luta pelos direitos das mulheres, respeitando a auto-organização;

- Que o STU promova uma campanha de combate à violência contra as mulheres e de conscientização sobre os direitos das mulheres;

- Que o STU atue no combate à criminalização e ao genocídio da juventude negra. Contra a redução da maioria penal. Pela desmilitarização das polícias!;

- Articulação com as demais entidades dos campi de espaços sobre a Diversidade Sexual no sentido de ampliar esta discussão na nossa categoria e na sociedade.

AS DESIGUALDADES NO MUNDO DO TRABALHO

Apesar do crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres ainda são mais da metade da população desempregada e, mesmo com maior escolaridade, recebem salários mais baixos e assumem os piores postos de trabalho. Com as responsabilidades domésticas, as mulheres possuem uma jornada de trabalho dupla ou tripla, somando-se ainda o fato de possuírem com frequência mais de um emprego formal.

A taxa de desemprego também é pior entre negros (12,2%) do que entre brancos e amarelos (9,6%). Além disso, os rendimentos mensais dos brancos (R\$ 1.538) é quase o dobro dos pretos (R\$ 834) e dos pardos (R\$ 845).

As travestis e transexuais, em sua esmagadora maioria, acabam por abandonar a escola muito cedo devido à violência e ao preconceito. A baixa escolaridade faz com que tenham mais dificuldade em ingressar no serviço público, onde garante-se o princípio da impessoalidade, e o forte preconceito as exclui do trabalho no setor privado, restando, então, a prostituição e a marginalidade.

A terceirização dos postos de trabalho, cada vez mais profunda no serviço público, representa o maior grau de precarização do emprego: direitos trabalhistas flexíveis, salários e benefícios menores, assédio moral são constantes dentro e fora da Unicamp, além de ser o canal mais fácil de exclusão dos LGBTT. É justamente neste tipo de emprego que ocorre maioria de mulheres, negros e negras. Basta olhar ao redor dentro da Unicamp para perceber que as mulheres negras são maioria nos serviços de limpeza e portaria.

Dessa forma, a luta contra a terceirização e pela ampliação do serviço público se torna uma importante batalha contra o racismo, o machismo e a homo\lesbo\transfobia. É fundamental que o STU tenha isso como prioridade.

- Que o STU encampe a luta contra a terceirização e para que a única forma de ingresso laboral na Universidade seja através de concurso público, como forma de garantir que os setores oprimidos ingressem com igualdade de direitos e sem discriminação contra sua orientação sexual, identidade de gênero ou cor.

- Que o STU lute pela isonomia de salários e direitos entre todos que trabalham na universidade. Pelo direito à creche de qualidade para todos, ao atendimento de qualidade no CECOM e pela jornada de 30 horas para todos os profissionais da área da saúde.

Assinam a presente tese:

Alessandra Cristina de Santana (HC / Centro Cirúrgico),
Amarildo Stabile Júnior (FCM),
Antonio Carlos Rocha (IEL),
Cristiane Alves Tiburcio (HC / Pediatria),
Daniel Batista (FEC),
Danielle Consolino (CEB),
Diego Machado de Assis (IQ),
Elisabete de Jesus Reimão (HC / Pediatria),
Geane Lopes Monteiro (DGA),
Gemerson Braz Santos (DAC),
Iuriatan Felipe Muniz (CECOM),
Karina Tieme Taguchi (DGA),
Marcio Massamitsu Ota (FEEC),
Miguel Luis Leite (FEC),
Miriam Camila Garcia de Lima (FEA),
Paulo Eduardo de Lima Gouveia (CLE),
Reginaldo Alves do Nascimento (IFCH),
Reginaldo César Gomes (HC / Serviço Social),
Ricardo Vieira Cioldin (IFCH),
Rivaldo de Souza Oliveira (CEMIB),
Rosane Pereira Navarro (CECOM),
Rosemar Sant'Anna dos Santos (FEA),
Teófilo de Souza Carmo Reis (IFCH),
Thiago Mendes Carsoso (DGA) e
Valério Freire Paiva (ASCOM).

Tese 4

BASE DE LUTA

O COLETIVO BASE é formado por trabalhadores de várias universidades públicas que comungam concepções de movimento sindical. Nosso objetivo é organizar as lutas pela base para melhorar as condições de vida dos trabalhadores para fazer da FASUBRA e dos sindicatos filiados instrumentos da mudança social. Sonhamos com uma sociedade justa e igualitária que divida o pão e que amplie os direitos democráticos!

NÓS NÃO VAMOS PAGAR PELA CRISE

O modelo neoliberal instituído mundialmente nos anos 80 tem se mostrado, de forma mais evidente desde 2008 com a eclosão da crise financeira, não ser uma boa alternativa a seguir. Desde então, a economia mundial ficou mais instável e vulnerável a crises, as desigualdades entre países e classes têm aumentado e a concentração de renda e riqueza tem se aprofundado: em breve os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão tudo o que os demais 99% possuem.

A Grande Recessão de 2008 desestabilizou a economia mundial, causou grandes perdas, privações e retirou direitos dos trabalhadores. Direitos que foram conquistados através de muitas lutas em décadas passadas e que agora são fragilizados, e até infringidos, a favor da manutenção desse sistema que só continua beneficiando os já historicamente beneficiados. Na Europa, especialmente na Grécia, Espanha e Portugal, a Troika (FMI, BCE e Comissão Europeia) tem imposto planos de ajuste que, além da retirada de direitos, tem causado aumento do desemprego, pobreza e exclusão social.

Para sair da crise estrutural do capitalismo, as burguesias nacionais e o imperialismo continuam atacando os direitos históricos e os padrões de vida da classe trabalhadora e dos povos. Esse ataque é feito através de duríssimos “planos de austeridade” ditados pelo imperialismo e que são aplicados por governos capitalistas.

A esta realidade soma-se a instabilidade crescente (econômica e política)

que começa a se expressar na América Latina, onde, depois de vários anos, reaparecem as enormes manifestações populares e greves gerais (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Paraguai). Muitas dessas manifestações enfrentando governos de colaboração de classes, que apresentam em sua aparência uma estética social de esquerda com migalhas para a maioria do povo, mas em essência aplicam um programa que beneficia o sistema financeiro, a grande indústria e o agronegócio.

Da mesma forma como acontece no mundo, o governo federal (Dilma-PT/Temer-PMDB), os governos estaduais e municipais e todo o Congresso Nacional utilizam-se de um discurso falacioso de responsabilidade orçamentária e, para garantir o pagamento da dívida e lucros dos grandes empresários, todos governos jogam o peso da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Apoiado pela imprensa burguesa, os governos alegam que o problema está na pequena fatia do orçamento que é destinada às políticas sociais e aos investimentos. Esta política de ataque ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, representa o aprofundamento das políticas neoliberais de Estado mínimo.

Nos últimos 10 anos houve crescimento econômico, mas não houve uma repartição igualitária do bolo. Os empresários levaram muito mais que a classe trabalhadora e não houve nenhuma mudança estrutural nas causas da desigualdade social no país.

O governo Dilma, por sua vez, para garantir a reeleição, escolheu fazer alianças políticas ainda mais conser-

vadoras, se aliando a partidos como PMDB e entregou, já no início do mandato, ministérios importantes como o Ministério da Agricultura à Kátia Abreu (representante dos latifundiários no país) e a Joaquim Levy (representando os banqueiros) o Ministério da Fazenda. Ao longo dos seus últimos mandatos, o PT optou por adotar o mesmo discurso de manutenção do Estado neoliberal e, com o acirramento da crise econômica e política, vem retirando direitos e aplicando cortes bilionários no orçamento, principalmente de programas sociais, enquanto continua a destinar quase metade dos recursos do país ao pagamento dos juros da dívida pública (R\$978 bilhões, 47% do PIB, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida), beneficiando as grandes corporações e os rentistas. Dessa forma, o governo se coloca ao lado dos banqueiros, das multinacionais e da imprensa, abandonando a classe trabalhadora com leis e decretos que arrancam nossos direitos, diminuem os empregos e aumentam a inflação.

Mas, assim como o povo grego, que tem se colocado nas ruas em repúdio às políticas adotadas, no Brasil temos presenciado o aumento das lutas dos trabalhadores que não aceitam pagar pela crise. No primeiro semestre, vimos lutas como as dos metalúrgicos de São José dos Campos que, em uma greve vitoriosa, conseguiram pôr fim ao plano de demissões das montadoras automotivas. No funcionalismo público de todo o país - em especial os setores da educação - tivemos importantes greves como os professores do Paraná e de São Paulo, que lutaram contra os

ataques dos governadores Beto Richa (PSDB/PR) e Alckmin (PSDB/SP); o funcionalismo público no Rio Grande do Sul, que repudiou os ataques de Sartori (PMDB); e muitas outras greves estaduais.

As lutas seguiram e outros setores se incorporaram. As universidades federais fizeram uma greve histórica, com mais de 120 dias em luta, assim como o INSS, o Poder Judiciário Federal e vários outros setores do funcionalismo que lutaram de maneira unificada contra os ajustes fiscais. Depois foi a greve dos correios, agora a greve dos bancários, além das mobilizações dos petroleiros.

As greves, por mais que tenham em seus eixos suas pautas específicas e lutem por melhores salários e melhores condições de trabalho, estão todas conectadas às políticas econômicas de ajuste fiscal. Com os planos de ajuste apresentado pelo governo, houve um aumento do desemprego, aumento da inflação, redução de direitos, cortes nas aposentadorias e pensões, redução de salários. Associados aos cortes nos orçamentos de saúde, educação e as demais áreas sociais, a classe trabalhadora enfrenta a crise econômica com mais dificuldade. Isso faz com que os trabalhadores necessitem cada vez mais de uma mudança, uma mudança que só será possível nas ruas e nas lutas.

Na Unicamp, o ajuste é implementado com a retirada de direitos e cortes que atingem os trabalhadores. A GR02 do início do ano cortou contratações, reduziu verbas de investimento e Tadeu não garantiu sua promessa de campanha de isonomia aos trabalhadores.

Para que nós possamos também lutar contra todos esses cortes, precisamos que o STU entre em sintonia com os movimentos nacionais e as diversas lutas que estão acontecendo, exercendo o papel de aglutinador da categoria e condutor dos enfrentamentos. Precisamos avançar a fim de que as lutas que enfrentam se unifiquem, garantindo que o movimento lute para além dos problemas locais, enfrentando os ata-

ques que atingem todos os trabalhadores. Por isso, a greve geral no Brasil, assim como tem sido em diversos países no mundo, é a nossa ferramenta para unificar as lutas contra o ajuste fiscal.

Para tanto, é necessário que o STU assuma o caminho da construção de uma entidade fortalecida e próxima da realidade dos trabalhadores que representa.

POR UMA ESQUERDA PLURAL E UNIDA

O diagnóstico universal que escutamos por aí é que a direita sabe se unir, enquanto a esquerda se dispersa facilmente. A direita é capaz de se unir pragmaticamente em torno de um objetivo comum, enquanto o que faltaria à esquerda é um certo “pacto de unidade” capaz de conduzi-la na luta contra o inimigo comum: o capital e a burguesia.

Essa lamentação não dura mais de 100 anos a toa. Ela se repete e não se soluciona porque, em partes, está errada. Precisamos sim de uma esquerda mais unida, porém que não seja mais UMA ESQUERDA, e sim uma ESQUERDA MÚLTIPLA. A lógica centralizadora, como tem sido buscada pela esquerda brasileira até hoje, é um dos nossos piores defeitos e a busca da unidade homogênea é exatamente nosso ponto fraco.

O que a direita sabe, ao contrário do que o conhecido jargão prega, é não que precisa da unidade. A direita pode conviver com liberais e conservadores, simpatizantes dos direitos humanos e fascistas, tudo ao mesmo tempo. Ela não demanda a unidade, pura e crua. E é isso que a esquerda precisa aprender: A CONVIVER COM O MÚLTIPLA.

Devemos buscar incorporar às lutas sociais todos que o capitalismo descarta. Devemos reconhecer que existem variações possíveis em pauta e que elas não precisam convergir em UM COLETIVO, UM PARTIDO, UMA ESQUERDA. Para isso, precisamos deixar de eliminar possíveis alianças que

poderiam consolidar um novo campo político capaz de efetivamente enfrentar nossos inimigos, contando com boa parte dos trabalhadores, que se veriam contemplados na multiplicidade para dar conta da tarefa.

Sendo assim, fazemos um chamado especial a todos os setores de esquerda, aos companheiros e companheiras, independentes ou organizados em correntes combativas, para se somarem às lutas que fortaleçam a classe trabalhadora, passando por cima de bandeiras partidárias e diferenças táticas em prol de um sindicato mais representativo e agregador, capaz de ser combativo e de gerar conquistas efetivas à categoria. Que seja, de fato, independente de governos e Reitorias e que lute sempre em defesa de melhores condições de vida para os trabalhadores.

Os trabalhadores não podem pagar pela crise! Queremos um sindicato de luta contra os que exploram os trabalhadores! Pela unificação da esquerda da Unicamp!

A UNIFICAÇÃO DA ESQUERDA E AS CENTRAIS SINDICAIS

As Centrais Sindicais são ferramentas que unem os trabalhadores para fortalecer seus movimentos. Hoje no Brasil, existem diversas Centrais, mas nem todas estão do lado das lutas. É o caso da CUT e CTB que preferem mascarar a crise, isentando a responsabilidade do governo Dilma sobre os planos de ajuste fiscal, dizendo que existe um “golpe” em curso e por isso nós precisamos “apoiar” esse governo.

Pior do que isso, essas Centrais têm assinado acordos com o governo que retiram direitos dos trabalhadores, como é o caso do PPE (Plano de Proteção ao Emprego) onde o empregador poderá reduzir em até 30% o salário dos trabalhadores. Medidas como essa são inaceitáveis!

A CUT, que no passado unificou várias lutas e colocou milhares de trabalhadores nas ruas em choque com os governos, agora se cala para fazer a defesa do PT. A independência aos

governos e patrões e a autonomia em relação aos partidos deixou de ser uma bandeira defendida por essas Centrais que hoje se colocam como governistas.

Para nós, a unidade da classe trabalhadora deve se dar em todos os movimentos, aproximando os movimentos sociais, os movimentos populares e os movimentos sindicais, sempre com independência e levando as bandeiras classistas de construção de uma nova sociedade sem exploração, como é o caso da CSP-Conlutas.

Na Unicamp, poucos trabalhadores conhecem as diversas Centrais, o que nos coloca a necessidade de um amplo debate a respeito com a categoria. Entretanto, neste Congresso do STU irá aparecer a proposta de filiação em uma Central Sindical. Entendemos que não podemos fazer uma filiação “forçada”, sem o amplo debate com os trabalhadores.

Por isso, defendemos a manutenção da resolução do último Congresso do STU, que garante a participação e a experiência da categoria com as diversas Centrais que atuam no movimento sindical da Unicamp. Com o intuito de ampliar o debate, de garantir a unidade da classe trabalhadora e de se colocar ao lado das lutas, também fazemos um chamado aos companheiros da CUT e da CTB que rompem com o governo e, na Unicamp, que rompem com o apoio (implícito ou explícito) ao Tadeu e que se unam às lutas.

EM 2015 CAIU DE VEZ A MÁSCARA DE TADEU

A realidade do ajuste fiscal e da crise econômica sentida pela classe trabalhadora também nos atinge. Na Unicamp temos salários arroxados e dissídios menores que a inflação, ficamos sem reajuste nos benefícios, ou seja, sentimos diariamente o peso da crise. A Reitoria, por sua vez, pratica salários para a alta cúpula da Universidade fora da realidade de um país em crise e, além de tudo, declarados ilegais pela Constituição de 1988.

Também estamos sofrendo com o

excesso de trabalho e a ausência de perspectivas de ascensão na carreira devido à aplicação da GR-02 que impõe cortes e impede contratações de servidores técnico-administrativos.

Cansados dessa situação, realizamos uma greve com o objetivo de denunciar à sociedade a realidade da Universidade. No entanto a resposta de Tadeu foi a mesma que a dos governos e patrões: ao invés de atender as reivindicações dos trabalhadores, tentou reprimir a mobilização preparando a judicialização da greve.

Caiu a máscara do REItor. Com dinheiro em caixa, não cumpriu a promessa da isonomia, impôs contingenciamento para os trabalhadores e provou que não prioriza os funcionários da Unicamp.

Infelizmente nós não conseguimos a unidade necessária para enfrentar esses ataques. A campanha salarial foi marcada pela desmobilização da categoria: a maioria da direção do STU não se jogou para construir essa luta e houve a “ressaca da categoria” pela longa e vitoriosa greve de 2014. A campanha salarial foi enterrada: “isonomia já” afundou em “isonomia se” e o reajuste ficou condicionado à arrecadação de ICMS num cenário de crise econômica, desemprego, inflação alta e ajuste fiscal.

No 2º semestre, frente às denúncias de supersalários da cúpula dirigente da universidade, a categoria respondeu votando greve pelo corte imediato dos pagamentos acima do teto constitucional e da dupla matrícula propondo que esses recursos sejam revertidos na isonomia. Tadeu não atendeu a pauta da greve e intimidou os trabalhadores que lutam. Com isso, toda a tentativa da REItoria de manter uma imagem de gestão do diálogo caiu e se consolidou a prática de perseguição ao ativismo.

Isso ressalta ainda mais a necessidade de nos unirmos contra os ataques. Precisamos que o movimento sindical seja independente da Reitoria. Os trabalhadores que hoje atuam no movimento sindical e fazem a defesa,

direta ou indireta de Tadeu, precisam definitivamente escolher o lado que estão: ou estão do lado de Tadeu ou estão do lado dos trabalhadores.

O STU precisa reafirmar sua independência e oposição à Reitoria. Nosso sindicato tem que ser declaradamente oposição ao Tadeu e a todos que atacam nossos direitos. E, neste momento onde o estatuto da Universidade está em discussão, é fundamental que o STU assuma para si a tarefa de mobilizar os trabalhadores na defesa de uma universidade para a classe trabalhadora. Esta defesa, sem dúvida, passa pela necessidade de se garantir a paridade em todos os espaços deliberativos da Unicamp, por isso, precisamos impulsionar a nossa luta pela paridade.

PARIDADE EM TODOS OS ESPAÇOS DELIBERATIVOS DA UNICAMP

A luta pela autonomia Universitária é a prova que uma educação de excelência precisa de investimentos massivos e que deve acompanhar a demanda social. Esse é um primeiro paradoxo da Universidade Pública: sendo um mecanismo de repasse de valor à sociedade, o é de maneira seletiva. Através de suas estruturas e organização política-administrativa se mostra a desigualdade entre alunos, servidores e professores. No Consu – órgão deliberativo supremo da Universidade, temos 7 trabalhadores, 9 estudantes e mais de 40 docentes (sendo 20 estatutários do Corpo docente mais os diretores de Institutos e faculdades). Sem falar no número absoluto de estudantes e funcionários que é muito maior em relação aos docentes

Os conselhos interdepartamentais, normatizado pelo artigo 136 do regimento geral da Unicamp, não prevê representação de servidores, deixando a cargo da Congregação a escolha. A Constituição da Congregação, logo em seu parágrafo único já deixa claro a desproporcionalidade e o corporativismo quando afirma “Parágrafo Único. O número de membros docentes corresponderá, no mínimo, a 70% do total dos

membros da Congregação”. (Regimento Geral da Unicamp).

Nesse sentido, os direcionamentos dos representantes vão se distanciando da base da nossa categoria, uma vez que não estamos paritariamente sendo representados nos órgãos deliberativos e assim perdermos força na pactuação e negociação coletiva da nossa Universidade.

Precisamos abrir, via STU, espaços de encontro e incentivo à grupos de estudo, comissões e projetos e programas que envolvam todas as unidades em uma coordenação por interesses. Esses trabalhos precisam ser vistos como emancipatórios e devem ser reconhecidos regimental e institucionalmente pela Unicamp.

Propomos a formação de um grupo de trabalho para fazer um levantamento de todas as instâncias deliberativas, conselhos etc, em que os servidores estão ou não sendo representados, espaços que deveriam ou não serem criados de forma integrada, entre os órgãos e faculdades ou mais independente, temática, funcional, etc.

Defendemos um Cursinho Popular do STU, preparatório para o vestibular e para o ingresso na serviço público, em especial, na Unicamp. Que seja o instrumento objetivo que possa unificar a demanda social, a crítica a uma Extensão (um dos pilares da autonomia universitária) à sociedade e a oferta de cursos pagos e caros, absurdo quando nosso referencial é o público, gratuito e de qualidade.

Temos a certeza de que os servidores da Unicamp tem a motivação e a capacidade para prosseguir com esse projeto, e o STU deve institucionalizar essa política junto à Reitoria, com acordos e mudanças regimentais para que os que se dedicarem a essa atividade possam ser reconhecidos e valorizados, abrindo uma nova perspectiva de integração e de escolhas dos servidores em desenvolverem a docência e a participação política e social com a população carente de Campinas. Temos diversas salas de aula, pessoas qualificadas e vontade

de sair da mesmice, em um projeto que pode incluir a população, a Unicamp e o STU.

POR UM SINDICATO INDEPENDENTE E AUTÔNOMO

Defendemos a independência e autonomia do sindicato, que não pode ser atrelado a governos, reitorias ou partidos. Respeitamos a liberdade dos trabalhadores terem seus partidos, mas acreditamos que o movimento sindical deve seguir sendo orientado pela base dos trabalhadores.

Para isso, precisamos que as estruturas democráticas do STU aconteçam e o nosso sindicato seja instrumento de debate político com a categoria. Foi nesse sentido que defendemos a posição na assembleia do STU de que nosso sindicato não devia apoiar o ato de 16/08, que representava os movimentos pró Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Cunha (PMDB), nem ir às manifestações como o ato do dia 20/08, que defendeu o Governo Dilma que retira direitos dos trabalhadores.

Tanto as manifestações puxadas pela direita quanto às puxadas pelo governo vêm para atender às necessidades dos grandes empresários e retirar direitos dos trabalhadores. Em nosso país, a burguesia e o imperialismo estão unidos para garantir seus lucros. A disputa entre PSDB e PT é por quem vai aplicar o ajuste fiscal contra os trabalhadores. Por isso NÃO VAI TER GOLPE no Brasil. Nós precisamos construir nas lutas uma alternativa para a classe trabalhadora que enfrente os ataques que estão vindo, sejam eles de Dilma, Temer, Cunha, Aécio ou Alckmin.

Para isso é urgente que todas as instâncias democráticas do STU aconteçam de fato. Precisamos que o CR volte a se reunir. Precisamos de mais assembleias e reuniões de unidade. Temos que ter a política no centro do debate com as bases e a base do STU precisa ser a impulsionadora do sindicato.

Com a proporcionalidade, alguns trabalhadores têm sentido que o STU teria se perdido das lutas. A cobrança da

categoria é legítima, porém isso não é responsabilidade da proporcionalidade.

Quando o STU era majoritário, os mecanismos democráticos como assembleias e o Conselho de Representantes também seguiam enfraquecidos. Isso tem se dado porque foi construído ao longo dos anos um distanciamento entre a “direção” do STU e a “base”, como se o nosso Sindicato fosse apenas composto pela “direção” que teria a tarefa de “representar” o conjunto da categoria.

Não. Nosso sindicato não pode ser um sindicato de “representação”, onde os trabalhadores simplesmente delegam ou “terceirizam” para a direção as decisões. Ao contrário, o sindicato é um instrumento de luta da classe trabalhadora e, para que isso aconteça, a base precisa ser a tônica que manda no sindicato, que dá as diretrizes. A direção apenas vai garantir que as decisões do conjunto da categoria sejam praticadas.

Precisamos de um sindicato que seja construído, ao contrário do que é a estrutura da nossa sociedade, que tem uma hierarquia onde os “dirigentes” estão acima de todo o resto. Esta definição é prevista em nosso estatuto, que é amplamente democrático. Nosso estatuto é fruto do rico debate que houve no final dos anos 80 e início dos anos 90 de democratização dos sindicatos, fruto do ascenso das lutas dos trabalhadores e impulsionado pela legalização dos sindicatos nos serviços públicos.

Entretanto, com o passar dos anos muitos dos eixos democráticos ficaram apenas no papel. Isso é o que precisamos retomar: o protagonismo das bases. E para que as bases possam voltar a ser protagonistas no nosso sindicato, para que possam tomar as melhores decisões e conhecer as diferenças de pensamento que existem dentro da Universidade representadas pelos diversos coletivos, a proporcionalidade é um bom instrumento.

Garantir a proporcionalidade no STU é democrático no sentido que garante que as diversas forças que atuam na Unicamp possam participar da nossa entidade, mas, mais importante do que

isso, significa abrir um diálogo maior com o conjunto dos trabalhadores. É comum que muitos trabalhadores digam que querem que a direção do sindicato “mostre o caminho”, que a direção “aponte” para onde vamos. Estão corretos, afinal é papel das direções sinalizar os caminhos. Porém, existem diversos caminhos que podemos trilhar e essa decisão cabe à base, ao conjunto dos trabalhadores. E é justamente nesse sentido que é importante para os trabalhadores conhecerem os diversos pensamentos que poderão tomar uma melhor decisão.

Em uma diretoria proporcional, as assembleias ficam mais disputadas, a política assume um papel fundamental porque é o eixo condutor da tomada de decisões. Nós conseguimos romper com o mito de “só existe uma verdade” e o conjunto dos trabalhadores é levado permanentemente à reflexão.

A democracia que nós defendemos e que, inclusive sempre esteve pautada no movimento sindical da Unicamp, é a de amplo debate na base, onde todos os trabalhadores podem expressar suas opiniões livremente e, a síntese disso é o processo de votação. Aí, a decisão da maioria deve ser aplicada por todos. Ou seja, sindicato democrático é o sindicato onde há amplo espaço para o debate e unidade na ação. O que garante a combatividade e as nossas lutas é a unidade na ação. O pensamento deve ser livre e múltiplo para ser rico. A ação deve ser unificada para ser forte e expressiva.

Este é o modelo de sindicato que queremos retomar. Um sindicato que expresse a nossa unidade nas ações depois de ter sido amplamente debatido com o conjunto da categoria. Aqueles que se opuseram ou foram contra não podem simplesmente abandonar o barco porque perderam a votação. Ao contrário, devem construir a luta de maneira unificada para garantir a decisão da maioria. E, como já é nosso costume, ao final do processo voltamos e fazemos o balanço. Toda a experiência do que deu certo e do que não deu será o nosso ponto de apoio para as futuras

lutas que virão. Este é o sindicato democrático que queremos retomar!

NO CONGRESSO DO STU: UNIFICAR A ESQUERDA PARA LUTAR

O STU deve impulsionar a luta da categoria com a unidade dos lutadores contra os ataques de Tadeu, Alckmin e Dilma e contra as correntes sindicais que os sustentam. A resposta para trazer o STU de volta às lutas não irá se resolver com mudanças estatutárias. O STU deve continuar proporcional e fazermos grandes lutas, com a unidade da esquerda para lutar!

Para isso precisamos garantir algumas regras da proporcionalidade que ficaram frágeis no último Congresso como, por exemplo, a distribuição dos cargos e das liberações, garantindo que tanto aquelas chapas que tiveram grande número de votação como as que tiveram menos possam efetivamente participar da estrutura do sindicato de maneira igual e proporcional.

Além disso, precisamos definir regras que não engessem a proporcionalidade como a garantia de que as chapas possam se inscrever com menos candidatos do que hoje é estabelecido.

NOSSA LUTA CONTRA AS OPRESSÕES É TODO DIA

As opressões colocam os trabalhadores em situação de desvantagem. Negros e negras, mulheres, LGBTs têm os piores empregos e recebem os menores salários. Parte da facilidade das opressões se disseminarem é sua naturalização. Sempre ouvimos piadas, gritos, ofensas e humilhações simplesmente porque somos negros, mulheres ou LGBT.

Reproduzir esse pensamento somente nos afasta da luta cotidiana que deveria ser unida. Essa divisão interessa somente para nos enfraquecer. Por isso, para nós o debate de opressões é fundamental. Mas sabemos que não tem como acabar com a opressão sem acabar com a exploração. E, por se tratar de um debate que nossa categoria tem acumulado, queremos sempre ressaltar

a necessidade de se lutar diariamente contra as opressões.

Neste sentido, no Congresso queremos fazer um balanço duro de como nós fomos perdendo o debate de opressões e queremos resgatar o acúmulo, por isso reivindicamos que todas as resoluções do último Congresso sejam aplicadas para que voltemos a ter um sindicato que é pioneiro e referência no debate de opressões.

E neste ano em que temos vivenciado um aumento da imigração, precisamos compreender também que todos esses trabalhadores precisam ser respeitados no Brasil. Não podemos aceitar condições desiguais para os refugiados sírios ou haitianos. Somos todos trabalhadores e precisamos nos unir!

MULHERES

A violência contra a mulher é um problema social. A opressão é vivenciada pelas mulheres no lazer, trabalho ou em casa. A maior incidência é no âmbito doméstico, e não pode ser confundida com um problema privado. O Mapa da Violência aponta que a taxa de ocorrência no ambiente doméstico é 71,8%, enquanto em vias públicas é de 15,6%. A ideologia machista serve para naturalizar a opressão e para aumentar a exploração de um gênero sobre o outro. A violência machista mata 10 mulheres por dia no Brasil, segundo o Mapa da Violência. Homicídio de Mulheres no Brasil ocupa a 7ª posição entre 84 países em relação aos índices de feminicídio (assassinato decorrente de conflito de gênero). De acordo com as estatísticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), uma mulher é estuprada a cada 12 segundos no Brasil e a cada 2 minutos, cinco mulheres são espancadas. Mais de 60% das mulheres que sofrem violência são trabalhadoras negras.

Ter uma presidente mulher não mudou nossa realidade, é o que comprova os dados oficiais. São estatísticas lamentáveis num país dirigido por uma mulher. É urgente que se cumpra e amplie a Lei Maria da Penha e que se invista re-

cursos na sua aplicação. Punir os agressores e garantir às mulheres condições para uma vida digna são formas concretas de combater o machismo e a violência contra as mulheres. Acreditamos que governar para a mulher trabalhadora é investir em saúde, educação, transporte, moradia e no combate à violência.

Por acreditar que sem orçamento não é possível concretizar ações e dar resposta a essa realidade cruel que sofrem milhares de mulheres todos os dias, o Movimento Mulheres em Luta (MML) iniciou uma campanha em 2014 para que o governo federal destine 1% do PIB para o combate à violência contra as mulheres. É preciso que todas as mulheres participem desta campanha, cobrando do Governo Dilma repostas para nossas reivindicações.

NEGROS E NEGRAS

O governo Dilma vende a ideia de que o Brasil combate o racismo através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (um órgão que se quer tem verba), do ProUni (que joga a população negra e carente em universidades privadas de baixa qualidade) e da proposta de cotas (inserida no projeto de Reforma Universitária que visa privatizar o ensino).

Na Unicamp, o racismo é evidente: os negros ocupam os piores postos de trabalho. Entre a década de 80 e 90, quando a Unicamp contratava servidores de nível fundamental, os negros ocupavam estes postos de trabalho e eram os mais combativos da categoria. Com a terceirização, a maioria dos negros é submetida a relações de trabalho precarizadas e perdem seu direito de lutar.

O ingresso de servidores negros via concurso público é ínfimo, pois a seleção não é isonômica: a maioria dos negros está sujeita aos piores sistemas educacionais. Por este motivo, uma política anti-racista é o sistema de cotas raciais para ingresso no serviço público.

O combate ao racismo pela atual gestão do STU está se perdendo a cada ano que passa. Em 2014, no mês da

Consciência Negra, a Diretoria promoveu debates sobre os negros e o racismo, porém não jogou o peso necessário e as atividades foram esvaziadas. Neste ano, nós do coletivo Base propomos que fosse realizada a abertura do mês da consciência negra no primeiro dia do Congresso, como forma de dar destaque à atividade, porém, perdemos a votação na assembleia e agora a abertura oficial será ao final do Congresso. Isto poderá levar a uma atividade esvaziada. Não podemos admitir que isto ocorra novamente. Devemos incorporar o combate ao racismo no nosso calendário de lutas.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

A discriminação e o preconceito são constantes nos locais de trabalho, nos discursos e práticas religiosas, nas relações sociais, nos meios de comunicação etc. São constantes os casos de agressões e mortes de LGBTs.

Lamentavelmente, a LGBTfobia é prática no nosso cotidiano de trabalho. A violência física, moral ou psicológica atinge centenas diariamente. Piadas e posturas preconceituosas são cotidianas. Isto faz com que milhares de trabalhadores não se expressem livremente, com medo de constrangimentos, retaliações, agressões e até demissões.

Aqui na Unicamp não temos nenhum espaço que discuta sobre o tema. O STU deve promover este debate amplamente e participar de todas as lutas contra a LGBTfobia e por direitos.

PLANO DE LUTAS

- Nem governo do PT, nem os pica-retas do PMDB e PSDB;
- Não vamos pagar pela crise. Abaixo o ajuste fiscal e a Agenda (anti) Brasil!
- Ajuste nos banqueiros. Os ricos que paguem pela crise
- Estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução salarial
- Fim da farra das privatizações e da corrupção
- Contra a redução da maioridade penal
- Demarcação das terras indígenas e

em defesa dos quilombolas

- Fim da violência e da criminalização dos ativistas e do povo pobre
- Isonomia já! Fim da avaliação de desempenho que divide a categoria
- Carreira unificada das estaduais paulistas
- Fim do estágio probatório
- 30h já
- Contra a autarquia do HC
- Paridade nos órgãos decisórios, retirada dos entulhos da ditadura militar dos regimentos e diretas para Reitor. Por uma universidade pública para a classe trabalhadora. Grupo de estudos no STU sobre esse tema.
- Cursinho popular no STU
- Diretoria do STU Proporcional
- Pelo direito à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho
- Desmilitarização das polícias
- Reforma agrária, fim do latifúndio e do agronegócio, políticas públicas de amparo ao pequeno produtor
- Contra as privatizações dos aeroportos, estradas e dos campos de petróleo Reestatização, sem indenização, das estatais e estádios
- Punição aos assassinos e torturadores do regime militar
- Estabilidade no emprego e fim da informalidade do trabalho
- Salário mínimo conforme o cálculo do DIEESE
- Contra a terceirização
- Defesa dos direitos trabalhistas e sociais
- Reajuste das aposentadorias igual ao do salário mínimo; fim do fator previdenciário, anular a reforma da previdência comprada com dinheiro do mensalão
- 10% do PIB já para educação pública e 10% do PIB para a saúde pública
- Não pagamento das dívidas
- Redução e congelamento dos preços, tarifas e aluguéis
- Por um plano econômico dos trabalhadores, aumento geral de salários e garantia de recomposição automática evitando perdas salariais
- Estatização do sistema financeiro
- Pela unidade internacional dos trabalhadores

- Fora as tropas brasileiras do Haiti e pela autodeterminação dos povos
- O STU deve ser um ponto de apoio jurídico e de organização para os haitianos.
- Por um governo dos trabalhadores e uma sociedade socialista
- Defesa da semana da consciência negra.
- Exigir dos governos Dilma e Alckmin que 20 de novembro seja feriado nacional e estadual em memória de Zumbi dos Palmares
- Cotas para ingresso de trabalhadores negros na Unicamp
- Abaixo à violência policial contra os jovens negros
- Abaixo o machismo, o racismo e a LGBTfobia
- Salário igual para trabalho igual
- Ampliação de vagas na DEDIC e contratação de professores
- Campanha de sindicalização de mulheres
- Creche em todas as atividades do STU, greves e congressos
- Levantamento sobre a realidade funcional dos setores oprimidos na Unicamp, considerando salário, evolução funcional, cargos, assédio sexual e moral
- Realização de Encontros bienais da luta contra as opressões
- Cursos de formação que discutam as opressões
- Publicações mensais sobre opressões
- Pela criminalização da LGBTfobia
- Manutenção da resolução do último Congresso do STU garantindo a participação da categoria nas diversas Centrais que atuam no movimento sindical da Unicamp.

A SITUAÇÃO DOS HAITIANOS NO BRASIL

Após 2010, milhares de haitianos imigraram para o Brasil quando o terremoto deixou mais de 250 mil mortos e 1 milhão de desabrigados. Em busca de melhores condições de vida e estimulados pelo governo brasileiro, estes trabalhadores, após serem vítimas de

coiotes que os obrigam a pagar para entrar no Brasil, encontram uma série de dificuldades para sobreviver de maneira digna. Esta discriminação é reforçada pelos governos, pois seus documentos não são legalizados e os haitianos ficam sem acesso a direitos que os cidadãos brasileiros legalmente têm. São cerca de 70 mil haitianos no Brasil sofrendo violência nas ruas e descaso dos governos. Só na região de Campinas são mais de 900 haitianos vivendo com péssimas condições. Os haitianos devem ter direito a abrigo, liberdade de organização, emprego, saúde, moradia, educação e reconhecimento de seus diplomas. O STU deve ser um ponto de apoio jurídico e de organização para os haitianos.

11 anos da ocupação militar no Haiti

A ONU renovou a ocupação militar no Haiti. Desde 2004, a chamada “Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti” (Minustah) é liderada pelo governo e os militares brasileiros a partir do mandato Lula. São inúmeras as denúncias às tropas: assassinatos, invasões de bairros, repressão a greves, estupros e contaminação do país pela cólera. O governo brasileiro cumpre um vergonhoso papel à frente dessa Missão de controle e repressão. Fora as tropas que ocupam o Haiti. Fim da Minustah para que o povo haitiano exerça sua soberania!

Assinam a presente tese:

Adriana Stella
Diego Alencar
Raphaela Alencar
Taigor Martino
Zago

Tese 5

TESE ALERTA UNICAMP COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES

O STU E A PROPORCIONALIDADE

O ALERTA UNICAMP retornou ao sindicato na última eleição. O XII Congresso aprovou o retorno da proporcionalidade no sindicato desta vez qualificada, exigindo um mínimo de 10% dos votos da categoria para chapa eleger diretores.

A eleição do Sindicato se deu após dificuldades da gestão Vamos à Luta, que levou a antecipação da eleição do sindicato. Foi a primeira vez desde a fundação do STU que uma diretoria não consegue completar o mandato.

A atual gestão do sindicato tem tocado as lutas dos trabalhadores da Unicamp. Assumi e já teve que encaminhar a greve de 112 dias em 2014, que impôs uma derrota ao CRUESP ao garantir a reposição da inflação. Encaminhou as demandas da campanha salarial desse ano, garantindo a negociação da referência para todos, caso se atinja R\$92, 2 bi na arrecadação, com objetivo de avançar na isonomia. Tocou a greve de oito dias que tinha como objetivo denunciar os supersalários e a dupla matrícula, apontando para a prioridade da isonomia, mesmo tendo a maioria da diretoria, inclusive o ALERTA UNICAMP, discordância com o encaminhamento aprovado na assembleia.

A atual gestão também repôs a rotina de reuniões ordinárias da diretoria como instrumento de organização da categoria e realizou todas as assembleias quando a conjuntura ou o estatuto do sindicato exigiu. O sindicato segue seu curso democrático e agora realizará o XIII Congresso.

Na condução da gestão a diretoria aprovou o retorno do escritório do Dr Cremasco para tocar o jurídico do

STU. O ALERTA UNICAMP considera que houve um prejuízo para categoria, quando se trocou um jurídico que foi aprovado em assembleia. O atual jurídico tem feito vários encaminhamentos importantes, respondendo as demandas da categoria. Considera também equivocado o fim do Fundo Jurídico, criado na gestão Alerta, que possibilitava recursos para ser aplicado nas contratações de Peritos, sucumbências etc. Vamos reapresentar essa proposta no Congresso com vistas a retomar o Fundo Jurídico.

É preciso considerar que o sindicato recuperou a capacidade de tocar projetos que haviam sido construídos na gestão do ALERTA UNICAMP. O atual Termo de Ajuste de Conduta sobre Assédio Moral é uma vitória da categoria. Estamos retomando outro acordo que trata das condições de trabalho e também os projetos de construção da sede do STU.

Essas são questões que mostram acertos, mas também muitas dificuldades na diretoria. São poucos avanços organizativos. O Conselho de Representantes ainda não emplacou e continuam as dificuldades na organização.

Diante do atual quadro de dificuldades uma avaliação que surge é que as dificuldades existem em decorrência da proporcionalidade. Hoje são quatro chapas que atuam no sindicato: ALERTA UNICAMP – 9 diretores, Vamos à Luta – 8 diretores, Grupo Apesar 5 diretores, Lutar pra Valer 5 diretores. O ALERTA UNICAMP já apoiou e foi crítico desse modelo de eleição. Nesse momento entendemos como equivocado atribuir à proporcionalidade os problemas do STU.

Eles são decorrentes das dificuldades conjunturais do movimento sindical que sofre os efeitos do neoliberalismo e do individualismo, mas também tem influência de concepções que atuam no STU com visões voluntaristas, que não valorizam a construção organizativa da categoria. Esse é um debate que o Congresso vai aprofundar e que já esteve presente na crise da diretoria na gestão Vamos à Luta. Ele será resolvido no debate político e não adianta artificializá-lo na forma da organização. Portanto, a tese ALERTA UNICAMP defende que a proporcionalidade seja mantida como uma experiência de organização sindical, conforme aprovado no último Congresso.

- O XIII Congresso deve manter a proporcionalidade conforme consta no Estatuto do sindicato;

- O STU deve dar ampla divulgação sobre o acordo que gerou o TAC do Assédio Moral, aprofundando a discussão sobre ações comuns com DCE e Adunicamp, além de aprofundar a troca de experiência com outras categorias. Devemos ter como meta a realização de um seminário anual para balanço do Termo de Acordo;

- O STU deve fortalecer o Departamento de aposentados, aprimorando a política de comunicação e realização de atividades e eventos que mantenham os aposentados conectados com o sindicato. Deve ainda, apoiar e cobrar iniciativas feitas pela universidade como as que criaram a universidade da Terceira Idade;

- O STU deve incorporar a proposta de pauta do Depto de Aposentados, apresentada na forma de Contribuição ao XIII Congresso;

- O STU deve recolocar nas suas metas para o 1º semestre de 2016 o fortalecimento e reorganização do Conselho de Representantes; bem como investir nas Organização por Local de Trabalho (OLT);

- O STU deve aprofundar a relação com a CIPA com vistas a apoiar e participar de atividades que tratam da defesa da saúde do trabalhador e segurança do trabalho;

- O STU deve retomar o trabalho de Comissões específicas que possam discutir, formular e encaminhar políticas de temas como Carreira, saúde do trabalhador, Esporte, Cultura, Educação, racial, gênero, LGBTT etc. As coordenações das respectivas áreas, com apoio da diretoria, devem impulsionar esse modelo de organização;

- O STU deve adequar projeto de construção da sede do sindicato com vistas a viabilizar a ocupação do terreno do sindicato que fica ao lado da Adunicamp;

- O STU deve retomar projeto jurídico que prevê que das causas ganhas no judiciário, através do jurídico do STU, 5% seja destinado para o STU com vistas a arcar com sucumbências, perícias, pagamento escritório etc.

AVANÇAR NAS LUTAS E CONQUISTAS NA UNICAMP

Nossa pauta de reivindicações tem conquistado avanços ao longo dos anos. Conquistas como o auxílio alimentação, sexta parte, mudança de regime, programas educativos, isonomia, 30 h na saúde, exigiram sempre muita luta. O reitor Tadeu, na consulta pra reitor, incorporou no seu programa vários itens da pauta dos trabalhadores. Esses compromissos garantiram a sua eleição, principalmente pelo forte apoio dos funcionários. Houve avanços na medida em que se eliminaram entulhos autoritários da gestão anterior que deixou um legado de punições e descontos para os trabalhadores que fizeram a greve de 2011. Além disso, tratou de regulamentar o estágio probatório, tirando seu caráter

autoritário que excluía os funcionários do direito de votar e ser votado. Sob alegação de crise ou equívocos de interpretações jurídicas, propostas como a isonomia e mudança de regime, ainda não se concretizaram. Mesmo discussões como as 30h, deixaram de fora setores que o Sindicato entende que deveriam ser contemplados. Nesse momento, com auxílio alimentação congelado e carreira congelada, os trabalhadores amargam prejuízos. Mesmo nos programas educativos onde os professores cobram oficialmente esse reconhecimento, ele ainda não aconteceu. Há na diretoria do STU um debate de concepção dos mesmos “voluntaristas” que entendem que o centro da ação sindical na Unicamp é desmoralizar e derrotar o atual reitor, sem apresentar nenhum debate alternativo de projeto de universidade. A discussão se reduz a um debate sectário e divisionista. Chegaram mesmo a soltar materiais na categoria caracterizando todos os demais grupos da diretoria do STU como “pelegos”. Para o ALERTA UNICAMP a luta sindical exige responsabilidade e compromisso com os trabalhadores. Temos larga experiência em mobilização e lutas na Unicamp pra saber que não adianta só falar mal do reitor e fazer o discurso da negação - é preciso enfrentar o debate ideológico e organizativo para ter os trabalhadores conosco na luta. Na história das nossas lutas quando isso aconteceu tivemos vitórias, acumulamos força, reforçamos a unidade e fortalecemos a universidade pública.

Nosso congresso deve reafirmar o compromisso com nossa pauta e reafirmar caminhos de luta e mobilização para avançar nas conquistas. Deve ainda, exigir mais transparência da universidade para acabar com o supersalários, as duplas matrículas e outros privilégios usurpados da universidade pública. Também a luta pela democracia. É de um enorme prejuízo a Unicamp fazer um debate formal de reforma dos Estatutos, limitando a discussão ao Consu, sem um amplo

debate com a comunidade. O ALERTA UNICAMP tem pautado a diretoria do STU e seu representante no Consu tem encaminhado às formulações na discussão dos Estatutos que apontam para democratização da Universidade, mas para esse processo avançar é preciso força e pressão da comunidade. Por isso, o STU deve aprofundar o debate sobre qual universidade queremos, para que os processos como esse da reforma dos estatutos ou de escolha de reitor, não se limite a discutir pauta de reivindicações, mas democracia e compromissos com a universidade pública e a inclusão social.

- O XIII congresso reafirma a defesa da pauta de reivindicação dos trabalhadores, exigindo a negociação com a entidade de seus itens;

- O XII Congresso exige da Unicamp mecanismos de transparência e cumprimento da lei para por fim aos supersalários, dupla matrícula e outros privilégios usurpados da universidade pública;

- Reafirmar nossa luta pela democracia: paridade, eleições diretas e estatuinte paritária para reforma dos estatutos e políticas de inclusão;

- O STU deve promover debates e formulações dos trabalhadores a cerca de qual universidade queremos.

A ÁREA DE SAÚDE DA UNICAMP

Essa é a principal ponte entre a Unicamp e a comunidade. Os hospitais da Unicamp são peças chaves na estruturação do SUS na nossa região e também fora dela. Para o STU a luta é para que a área de Saúde continue vinculada à Unicamp, produzindo ensino pesquisa e extensão, atendendo exclusivamente pelo SUS. Mas não podemos fechar os olhos diante das dificuldades dos trabalhadores que sofrem com a falta de condições de trabalho, pressão, assédios etc. Recentemente retomamos às 30h na saúde. Essa é uma conquista histórica dos trabalhadores, fruto de muitas lutas e greves, retiradas durante a gestão Tadeu em 2006. Ainda há setores que precisam avançar nas 30h.

- O STU deve retomar um acompanhamento contínuo das condições de trabalho na área, retomando o acordo que tratou das condições de trabalho;

- Deve organizar uma Comissão de Saúde do HC e Caism, buscando construir essa organização com os cipeiros das respectivas áreas;

- O STU deve efetivar a contratação de profissional, capaz de contribuir na organização e debate das condições de trabalho e produzir laudos sobre condições de trabalho, visando negociações internas e eventuais processos judiciais;

- O STU deve retomar gestões para que tenha espaço físico para sede do STU na área de saúde, enquanto não tem a sede encaminhar como tarefa dos liberados plantão semanal na área.

A TERCEIRIZAÇÃO NA UNICAMP

A Unicamp é um laboratório e modelo de terceirização na área pública. Faz isso desde o início dos anos noventa, quando decidiu substituir vagas permanentes, por vagas terceirizadas. Utiliza a FUNCAMP e empresas terceirizadas para isso. Os trabalhadores terceirizados sofrem com a precarização: tem menos direitos, salários menores e ainda tem a pulverização da representação sindical. O Sindicato luta contra a terceirização na Unicamp e já o fez denunciando a terceirização judicialmente, mobilizando os trabalhadores por direitos e transformando o STU numa frente de todos os trabalhadores, inclusive os terceirizados.

Atualmente tem a crise com os “contratos de gestão” com a FUNCAMP. Impedida de contratar pela FUNCAMP com recurso orçamentário, a Unicamp passou a utilizar essa modalidade de contrato para expandir a terceirização, colocando essa estrutura, inclusive, a serviço das AMES na nossa região. Recentemente vários trabalhadores foram demitidos na área de manutenção porque o MPT entendeu que a FUNCAMP como instituição de direito privado não poderia ter a prerrogativa da gestão de serviços e áreas que tem concorrência no mer-

cado. Foi obrigada a fazer processo de licitação e perdeu. Além de demitir trabalhadores com experiência, a perspectiva é que a empresa que entre vai piorar ainda mais as condições de trabalho. Essa é a mesma relação das empresas terceirizadas. Cada vez que acaba um contrato, as principais vítimas são os trabalhadores.

- O STU deve retomar e fortalecer o apoio à organização da Comissão de Trabalhadores da FUNCAMP (CTF), como instrumento de organização dos trabalhadores FUNCAMP. O objetivo é a legitimação da Comissão como instrumento de representação para que a Unicamp/FUNCAMP não continuem utilizando a legalidade da representação sindical como instrumento de divisão dos trabalhadores;

- O STU deve continuar a luta contra terceirização, organizando e dando todo apoio a esses trabalhadores. Denunciando e responsabilizando a Reitoria pela precarização do trabalho na Unicamp;

- Deve continuar somando forças na mobilização das Centrais Sindicais na luta contra o PL 4330/2004, que virou PLC 30/15, que propõe expandir a terceirização para todas as atividades.

FORTALECER A UNIDADE E DEFENDER A INCLUSÃO

A unidade de professores, funcionários e estudantes nos trouxe até aqui, garantindo a autonomia da USP, Unicamp e UNESP e a defesa da Universidade Pública e gratuita. Fortalecer as ações conjuntas, através do Fórum das Seis é a garantia de enfrentar os ataques, sejam do governo do Estado ou das reitorias. Mas nossa luta tem ficado mais difícil. É preciso avançar na discussão de políticas inclusivas. As universidades públicas paulistas têm que estar comprometidas com políticas de expansão que visam incluir alunos de escolas públicas, estabelecendo uma conexão de sistema público de ensino, prevendo a entrada de negros e indígenas. É preciso debater e romper com o caráter elitista e meri-

tocrático das universidades paulistas.

- O STU deve pautar o Fórum das Seis para que discuta na Unicamp, USP e UNESP políticas de inclusão que garanta maioria das vagas nas universidades públicas paulista para egressos da escola pública, preservando a cota de negros e indígena, de acordo com dados do IBGE. Deve também discutir políticas de acesso que rompa com a forma meritocracia e elitizada imposta pelo atual vestibular;

- O STU deve promover campanhas pela democratização do acesso a Unicamp, reafirmando que o sistema de ensino superior público deve estar conectado com o Ensino Médio público, garantindo a esse a prioridade na maioria das vagas da Unicamp, com políticas de cotas para negros e indígenas;

- O STU deve promover ações que tencionem o debate da inclusão, estabelecendo com movimentos estudantil e sociais projetos, campanhas e mobilizações que reforcem a luta pela inclusão;

- O STU deve incorporar na sua pauta campanha para que a APEO-ESP e a UPES componha o Consu da Unicamp, estabelecendo dessa forma a conexão com os estudantes secundaristas e os professores da rede pública.

UNIFICAR OS SINDICATOS DA UNICAMP, USP E UNESP

Na organização sindical, frente às tentativas de enfraquecer os técnico administrativos com os processos de terceirização, quebra da isonomia, dentre outros; é urgente começar a articular a unificação dos sindicatos da Unicamp, USP, UNESP, numa única base com vistas a resistir e fortalecer a nossa luta. Diferente dos docentes que se unificam em torno de uma carreira única e uma relação de poder mais privilegiada nas universidades os técnico administrativos são a vítima principal dos processos de ajustes e precarização.

- O STU deve tomar iniciativas de

discutir com as direções do Sintusp e Sintunesp a proposta de unificação dos sindicatos, visando abrir o debate da unificação nas três categorias e a definição de um calendário;

NOSSA RELAÇÃO COM AS CENTRAIS SINDICAIS

O STU surgiu já filiado à CUT, cujo processo se deu ainda na gestão da ASSUC. Foram muitas as discussões, críticas e debates ao longo dos nossos Congressos sobre o papel da CUT. No IX Congresso realizado em 2007 foi aprovada a desfiliação da CUT e, por mais dos 2/3 dos delegados presentes, a participação do STU na criação da CTB com indicação de filiação.

A CUT por mais de duas décadas foi um veio articulador do movimento sindical progressista no Brasil. As posições aparelhistas e antidemocráticas e as concepções conciliadoras da corrente majoritária, foi ao longo dos anos afastando correntes e concepções que viam na CUT o espaço de unidade. Dessa forma a CUT que aglutinou, devido às posturas de seus dirigentes, passou a ser a razão da pulverização e divisão do movimento sindical progressista.

A CTB surge em 2007 com a tarefa de unir todos os sindicalistas comprometidos com os trabalhadores e com visão classistas. A Central vem cumprindo esse papel, sendo a Central que mais cresceu no país nesse curto espaço de tempo. Consideramos importante o STU retomar a filiação a CTB e contribuir para o fortalecimento de uma articulação nacional na defesa do sindicalismo classista e unitário.

• O STU deve discutir a sua refiliação à CTB. Contudo é importante que se aprofunde o debate sobre as várias concepções que permeiam o debate das centrais. Devemos reafirmar deliberação do STU que aprovou a representação dos trabalhadores da Unicamp, de forma proporcional a votação da direção do STU, nos Congressos das Centrais, como forma de

aprofundar esse debate, avançando para discussão da filiação no próximo congresso do STU.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O século XX foi marcado pela continuidade da política colonial, mas também pela experiência da chegada dos trabalhadores ao poder com a vitória na Revolução Russa de 1917. As duas grandes guerras mundiais definiram uma nova geografia e dois blocos de influência hegemônicos pelos EUA e a URSS. O fim da URSS no início dos anos 1990 do século passado, deixou os EUA, como potência imperialista única e comprometida com a expansão de uma globalização neoliberal, sob controle do sistema financeiro. Nos nossos Congressos tivemos a oportunidade de aprofundar esses debates. Nesse XIII Congresso é preciso atualizar essa leitura do que está acontecendo no mundo.

Se tem uma vitória do imperialismo americano é o fato de ter conseguido ao longo das décadas do pós-guerra, ter fincado a ideia de que era portador da democracia e das liberdades. A antítese dessa tese era construída em cima da derrota do comunismo, tido como autoritário e antidemocrático. Apesar dessa construção ideológica, na real as intervenções dos EUA desde a guerra da Coreia, passando pelo Vietnã, pelos golpes militares na América Latina, Afeganistão, Iraque e mais recentemente na Síria, tiveram o papel de reprimir povos e sua soberania e garantir a influência militar e econômica dos EUA e seus aliados. Apesar de enfraquecido do ponto de vista ideológico, a lógica do imperialismo americano continua a mesma.

Atualmente as disputas se dão em torno de um mundo mais multipolar, onde um conjunto de nações possam influenciar, inclusive mudando a correlação de forças em estruturas criadas após a Segunda Guerra Mundial, como na ONU, por exemplo, onde cinco países tem o poder de veto. Nesse sentido a movimentação de países

como China, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, é emblemática, pois, além de possuir cerca de 40% da população do planeta e deter cerca de 20% da economia mundial, criaram um bloco para ações mais comuns (BRICS), que tende a influenciar a economia e a política internacional.

Para o ALERTA UNICAMP nosso papel é continuar denunciando e mobilizando contra as ações do imperialismo americano e seus aliados, que continua produzindo golpes, guerras e intervenções. A barbárie provocada por essas ações imperialistas alimentam o fundamentalismo religioso, a miséria e produz situações como temos assistido dos refugiados tentando entrar na Europa.

O capitalismo continua sendo um sistema que cada vez mais produz crises que vão se tornando mais sistêmicas. Ainda estamos sob efeito da crise de 2008 (subprime) que teve origem nos EUA e afetou boa parte da economia do planeta. A lógica que continua se impondo é a da financeirização da economia, com os interesses dos bancos se sobrepondo a tudo. A lógica dessa política financeira é a investida dos especuladores sobre a soberania dos países (enfraquecer para privatizar), especulação e concentração da riqueza. A vítima mais recente dessa política foi à Grécia que vive uma profunda crise financeira e política, sendo chantageada pelo sistema financeiro, sob a batuta do governo Alemão que serve aos interesses dos bancos da União Europeia.

A China continua sendo um contraponto importante ao imperialismo americano. Embora sua economia seja de complementariedade a economia dos EUA, continua mantendo índices de crescimento que vão permitir que logo seja a principal economia do mundo. A China adotou uma política que preservou sua soberania e ao mesmo tempo permitiu em poucos anos se transformar numa potência econômica, tecnológica, logrando investir num processo de mobilidade

planejada nunca visto no mundo, já que lá vive cerca de 1/5 da população do mundo (1,3 bi), sendo que metade ainda vive no campo. A China, além de uma potência econômica, vai procurando buscar seu papel na geopolítica mundial, apostando em alternativas como os BRICS, bloco que junta emergentes como Brasil, Rússia, China, África do Sul, Índia, G-20, além de fortalecer blocos regionais e promover investimentos externos pautados nas relações mutuas de interesses nacionais.

Cabe destacar ainda o papel da Rússia no cenário internacional que apesar da influência política que perdeu após o fim da URSS, ainda é uma potência militar capaz de fazer frente ao imperialismo americano e exerce uma importante influência no seu entorno.

Na América Latina, forças populares utilizaram o caminho institucional para chegar aos governos e construíram entre meados dos anos 1990 e 2010 políticas antineoliberais importantes, com inclusão social e respeito à soberania. Atualmente a maioria desses países amargam retrocessos com a crise econômica, tendo a pressão das elites locais e do imperialismo para retroceder nas conquistas e retomar o caminho da submissão e do neoliberalismo. Podemos dizer que essas são situações bastante evidentes em países como Brasil, Argentina, Venezuela e Equador. No Paraguai e Honduras avançaram para um modelo de golpe “branco”, construído a partir de uma política de desestabilização política, econômica e moral, alimentado por guerra midiática. Esse modelo de golpe é exportado na tentativa de fazer o mesmo nos demais países.

A pressão é para derrotar as políticas que visam integrar a América do Sul, como o MERCOSUL e a Alba e fazer prevalecer políticas de subordinação aos interesses dos EUA. A luta ganha contornos de resistência e enfrentamento permanentes. Num ambiente econômico desfavorável, com

especulação financeira e desestabilização política, só a força dos movimentos sociais será capaz de preservar conquistas e avançar em mudanças estruturais no nosso continente, capaz de aproximar os trabalhadores e derrotar os interesses do imperialismo e da elite entreguista.

AS CONQUISTAS SOCIAIS DA REVOLUÇÃO CUBANA E A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

É emblemático para os povos da América Latina o esforço do povo cubano que enfrentaram toda forma de pressão e privação para manter sua soberania e as conquistas sociais da revolução, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Cuba tem uma economia sem muitos recursos, mas solidária. Tem também uma ação solidária em relação aos demais povos. É reconhecido o papel de Cuba que coloca seus conhecimentos na área da medicina para ajudar outros povos. A recente decisão do governo dos EUA de acabar com o bloqueio econômico e reatar relações diplomáticas com Cuba se devem ao fato de avaliar que o embargo não conseguiu derrotar o heroico povo cubano. Além disso, o apoio político e econômico e a solidariedade dos demais países da América Latina foram importantes para resistência de Cuba. Os EUA idealizam utilizar sua influência econômica para difundir a lógica do individualismo e consumo e assim enfraquecer a solidariedade e as conquistas sociais. Ao povo cubano e seus dirigentes caberá à reafirmação das conquistas e utilizar o potencial político, econômico e social do seu povo para desenvolver Cuba, dentro da lógica da solidariedade.

- Pela autodeterminação dos povos. Contra a intervenção imperialista que tem provocado guerras, conflitos e fundamentalismo religioso, destruindo povos e nações;

- Solidariedade e apoio ao povo cubano e a defesa das conquistas da revolução;

- Apoio à revolução bolivariana, iniciada por Hugo Chaves, que tem por objetivo a soberania e integração dos povos latino-americanos visando a emancipação dos povos e a construção do novo socialismo;

- Em defesa do povo palestino que se defende como podem projeto sionista do Estado de Israel, que invade terras, destrói moradias e constroem muros, deixando um rastro de sangue e injustiças pelo caminho;

- Defesa e solidariedade aos Líbios, Sírios e Iraquianos, em defesa de sua autodeterminação, soberania; repúdio à construção de muros transformando povos em povos sem pátria.

- Defesa e solidariedade à luta dos povos latino-americanos, que lutam por soberania, respeito à cultura e defesa das conquistas;

- STU deve retomar a participação em Fóruns de discussão e mobilização, visando à luta contra o neoliberalismo e o imperialismo e a solidariedade entre os povos;

DEFENDER A DEMOCRACIA E AVANÇOS NAS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES COMO SAÍDA PARA CRISE

Recentemente o país vem se deparando com um conjunto de manifestações de rua. De um lado estão público majoritário de classe média que protestam contra o governo, mas vão para as ruas com uma pauta moralista e conservadora, que incorpora a luta contra corrupção. Misturados nesta manifestação estão segmentos reacionários, que evocam, inclusive, o retorno da ditadura militar. Nesta pauta esta embutida também impeachment da presidente Dilma. Esse movimento vem acompanhado de forte apoio da mídia monopolista e de partidos de oposição, principalmente o PSDB que protagonizou a implantação do neoliberalismo no Brasil durante o governo de FHC.

Do outro lado das manifestações estão movimentos sociais organizados que reconhecem as conquistas

dos 13 anos de governo Lula/Dilma que promoveram mobilidade social e reduziram significativamente a fome e a miséria. Defendem a democracia e são contra o golpe, querem a continuidade de políticas como Bolsa Família e valorização do salário mínimo, mas cobram do governo medidas para retomar o emprego, avanços na reforma agrária e o fim do ajuste fiscal. Querem o fim da corrupção e do financiamento privado nas campanhas políticas. Defendem que ao invés de golpe, temos que aprofundar a democracia, criando mais espaços de participação popular nas decisões.

Defendem, ainda, mais impostos para os ricos que praticamente não pagam impostos no Brasil. Dados da receita federal dão conta que 1% da população detém 30% da renda nacional. Dados do SINPROFAZ apontam que desde o início de 2015 a sonegação já atingiu R\$ 420 bilhões. Nos últimos 12 meses o governo brasileiro gastou R\$ 484 bilhões com pagamento de juros da dívida, que hoje já chegou a valor estratosférico de 14,25%. Esse sim é o maior programa de transferência de renda do Estado para o bolso dos ricos, já que o programa Bolsa Família gasta R\$ 28 bi, quantia irrisória perto do pagamento dos juros.

O neoliberalismo na América Latina produziu ataque à soberania com as privatizações do patrimônio público, trouxe desemprego, aumento da violência, arrocho salarial e descaso com as políticas públicas. Quando países importantes da América Latina veem emergir das eleições governos apoiados por forças populares, conduzindo projetos soberanos, democráticos e inclusivos, se abrem novas perspectivas de futuro.

Foi esse movimento que iniciou no Brasil com a eleição de Lula em 2002. Uma alternativa popular, com a perspectiva de aprofundar a democracia, a soberania nacional e promover justiça social. É reconhecido internacionalmente a mobilidade que ocorreu no Brasil tirando milhões da pobreza,

também as políticas de valorização do salário mínimo e inclusão social, da valorização dos salários e da geração de empregos. Quando teve a crise econômica de 2008 o governo Lula ao invés do ajuste apontou para uma política de crescimento da economia com base no consumo.

Não estamos falando de uma economia qualquer, o Brasil é a sétima economia do mundo. Aqui as contradições são grandes e a elite dominante é conservadora e historicamente sempre resistiu a apostar num projeto nacional de desenvolvimento. Os governos Lula e Dilma promoveram o crescimento com base no investimento público. Quando reduziu a capacidade do país em ter saldos comerciais, principalmente quando diminui as importações pela China a produtos brasileiros, as dificuldades apareceram. As elites avaliavam que as dificuldades econômicas levariam à derrota de Dilma nas eleições de 2014 e já traçavam as estratégias de retomada do projeto neoliberal e a desconstrução do legado dos governos Lula e Dilma. Foi exatamente esse legado que garantiu a reeleição de Dilma com 52 milhões de votos, frustrando o projeto das elites, que trabalharam pela eleição de Aécio Neves/PSDB. Ao não aceitar o resultado da eleição a elite utilizando os meios de comunicação, os erros cometidos pelo PT, as estruturas de Estado, as fragilidades do governo no congresso, criou um ambiente de crise política com mobilização predominante da classe média para derrubar a presidente.

Dilma eleita não teve habilidade e força política para reafirmar um projeto de mudanças com inclusão, apesar de fazê-lo na retórica. Optou por um ajuste fiscal que promove recessão, desemprego e transfere bilhões para a banca financeira. Falta recurso para manter os programas sociais, a educação a saúde, mas sobra para pagar juros. Com a “faca no pescoço” Dilma se vê diante da pressão do golpe dos que querem retirar o mandato popular

e manter uma política econômica que beneficiam os ricos e os trabalhadores e os movimentos sociais que não aceitam o ajuste e querem empregos e investimentos nas políticas públicas e serviços públicos.

- O STU é contra o golpe na forma de impeachment. Defende o mandato popular da presidente. Reitera sua posição contra o ajuste fiscal do governo e todas as medidas que representam retrocessos para os trabalhadores;

- O STU reafirma que um projeto de mudanças precisa de reformas estruturais como a tributária, das comunicações, agrária e urbana, capazes de dotar o país de estruturas democráticas e sociais fundamentais para solidificar um processo de mudanças sociais;

- Reafirma seu compromisso para que a saúde e educação tenham centralidade no investimento público;

- O STU apoia os projetos que tratam de incluir na política tributária o imposto sobre as grandes fortunas, imposto sobre heranças e sobre transações financeiras.

20 ANOS DE GOVERNOS DO PSDB EM SÃO PAULO

Quando o governador Mario Covas/PSDB foi eleito em 1995 a principal proposta dele era o choque de gestão. Em São Paulo já são 20 anos que o PSDB vem fazendo choque de gestão, mas o resultado desse choque foi a piora dos serviços públicos e a privatização da estrutura pública.

Restaram poucas empresas públicas no Estado. Dentre elas, a Sabesp, que é responsável pelo fornecimento de água para capital e boa parte do Estado. Nos últimos anos, já sabendo da ameaça da seca, ao invés do governo, principal acionista, investir na empresa garantindo obras que reduzisse as perdas na distribuição e melhoria na coleta, ampliando os reservatórios e a interligação, ele optou por repartir os lucros com os acionistas. Os preços dos pedágios em São Paulo são vergonhosos. Não se vê justificativa

um pedágio tão caro. Segundo informação do portal M com o reajuste de junho São Paulo passa a ter o pedágio mais caro do mundo. Quem anda pelas estradas de São Paulo, que foram construídas com dinheiro público, sabe que o que se cobra é muito mais do que vale, além de encarecer o custo de vida no Estado.

Na área de saúde a expansão hospitalar foi terceirizada, passando a gestão dos hospitais para fundações ou Organizações Sociais. Na educação, São Paulo sendo o Estado mais rico do país, paga mal seus professores. O piso salarial dos professores do Estado, segundo a APEOESP, é o 11º do país, ficando atrás de estados mais pobres como Maranhão, Acre e Rondônia. Além disso, a marca do governo e de truculência e desrespeito com os movimentos sociais. Vimos isso novamente na greve dos professores desse ano. O governo não negociou, reprimiu e ainda descontou os dias dos professores (processo só revertido por decisão judicial). Para agravar o governo agora tem a política de fechar escolas.

As universidades públicas paulistas são tratadas com descaso pelo governador. Diante do argumento da autonomia o governo se desobrigou de investir e apresentar alternativas para que o ensino superior possa ampliar e ser mais inclusivo.

A segurança é outro problema crônico no Estado. O governo ampliou a construção de presídios, mas continua com uma polícia militar violenta e matadora. Segundo dados do Núcleo de Estudos da Violência (USP) 40% dos distritos de São Paulo têm taxas de homicídios acima de 10 por 100 mil habitantes. A morte tem idade e cor. A juventude negra é a principal vítima dos homicídios. A lógica continua sendo: oprime os negros e os pobres para proteger o patrimônio dos ricos. Negros e pobres nas grandes cidades, principalmente na capital, sofrem um apartheid social e cultural, sendo segregados nas periferias. A política de

segurança com base no confronto faz suas vítimas, enquanto o crime organizado continua agindo por dentro dos presídios recrutando jovens para o crime e quando libertos são obrigados a arcar com mensalidades em torno de R\$ 1 mil, para sustentar a organização, criando um ciclo vicioso para a juventude.

São Paulo retrocedeu nos 20 anos de governo do PSDB. Apesar disso, o governo segue com força, tem amplo apoio na assembleia legislativa. É blindado pela mídia e reflete e articula o pensamento conservador da elite paulista, sustentado pela importância econômica do Estado que detém cerca de 33% do PIB nacional. Esse número vem caindo: a indústria, que representava 33,5% da economia paulista em 1995, passou para apenas 25% em 2012. Já o setor de serviços, saltou de 64,9% em 1995 para 73,1% em 2012. A perda do “motor” da economia paulista está evidente.

Não há na política de ajuste dos tucanos caminhos para retomar um desenvolvimento no Estado comprometido com políticas sociais.

- O STU deve articular um conjunto de discussões e debates com vistas a construir uma alternativa política que busque na defesa das políticas públicas, do emprego e da democracia, para mudar os rumos de São Paulo, contribuindo dessa forma para a derrota das políticas conservadoras e neoliberais.

**AS DISCUSSÕES SOBRE
OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO
QUE ENVOLVEM AS QUESTÕES
DE GÊNERO, RACIAL E LGBTQI+,
QUE NÃO FORAM TRATADAS NA
TESE, SERÃO OBJETOS DE UM
DOCUMENTO ESPECÍFICO QUE O
ALERTA UNICAMP
APRESENTARÁ NO XIII
CONGRESSO.**

Convidamos você a ler a tese do ALERTA UNICAMP e participar do XIII Congresso dos trabalhadores da Unicamp.

Assinam a presente tese:

João Raimundo (Kiko) FE
Margarida – Caism
Marcílio – CCS
Cido – Ciarq
Beth – IB
Silvia – Dedic
Dora – HC
Luiz Manoel – FT Limeira
Beerth - FEF

CONTRIBUIÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS PARA XIII CONGRESSO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

A Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do STU/ UNICAMP, elaborarão um documento que será entregue a Comissão Organizadora deste Congresso com as seguintes contribuições.

1. Propomos que os aposentados da UNICAMP, tenham direito a vagas no Conselho Universitário. E possam votar em todas as instâncias da UNIVERSIDADE, inclusive na escolha de Reitor. Visto que isto pode potencializar nossa capacidade de pressão pelos direitos dos Aposentados.

2. Propomos para o STU, políticas de incentivo para que o funcionário Ativo seja envolvido na luta pelo Auxílio Alimentação para os aposentados. Pois eles serão os aposentados de amanhã.

3. Que o STU mantenha a Luta pela aprovação da PEC 555/2006 que acaba com a cobrança de contribuição sobre os proventos dos servidores público, aposentados e pensionistas.

4. Que o STU encaminhe à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo um documento solicitando que os deputados aprove o projeto de lei 399/2015 que assegura o pagamento de auxílio alimentação aos aposentados e pensionistas das Universidades Paulista Estaduais.

5. Que o STU encaminhe a Luta para garantir da paridade entre os ativos e Aposentados e Pensionistas

6. Que o STU dê estrutura para o departamento organizar encontros dos Aposentados das três Universidades Paulistas.

7. Que o STU lute pela rejeição da PEC 139/2015 que pede o Fim do Abono permanência, na forma do texto proposto

8. Que o STU crie um link na página do sindicato para assuntos e aposentadoria

9. Que seja obrigatório que todas as chapas concorrente do STU mantenha um aposentado e que ele esteja entre os cinco primeiros da lista para que seja garantido a participação do aposentado na direção do STU.

10. Que o STU lute e visibilize para que o Estatuto do Idoso seja respeitado.

11. Que o STU proporcione (custeie), as atividades políticas e de lazer dos aposentados

CONTRIBUIÇÕES

30 HORAS SEMANAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS! UMA REIVINDICAÇÃO IMPORTANTE, NECESSÁRIA E JUSTA!

Contribuição à tese 02 Unidade e Luta Construindo o Vamos à Luta Nacional

Desde o surgimento do capitalismo, as classes trabalhadoras desempenharam diversas lutas em prol da redução da jornada de trabalho. Essa luta é histórica na sociedade contemporânea permeada pelas contradições nas relações antagônicas e inconciliáveis entre capital e trabalho, em que o capital busca de forma incessante, conseguir o maior lucro, pagando a menor remuneração por hora de trabalho ou fazendo com que o trabalhador produza mais num mesmo período de tempo. No Brasil hoje, as centrais sindicais lutam pela redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais para os trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada.

As Universidades hoje, que instituem para os trabalhadores e trabalhadoras que nelas trabalham jornada de trabalho de 40 horas semanais, não estão isoladas e, portanto, não estão imunes às pressões de diversas ordens do capital. A luta pela instituição da jornada de trabalho de 30 horas semanais nas Universidades tem características peculiares. Se por um lado, a luta dos Técnico-Administrativos em Educação pela redução da jornada de trabalho visa buscar diminuir a intensidade da precarização das condições de trabalho nas Universidades, e conseqüentemente por melhores condições de vida; por outro lado, essa luta visa ampliar o caráter público e social das Universidades garantindo o seu funcionamento diário de pelo menos 12 horas ininterruptas de atendimento, ampliando o acesso da população aos serviços administrativos e as atividades do ensino, pesquisa e extensão. Pois, a jornada de 30 horas semanais com o funcionamento diário

da Universidade de pelo menos 12 horas, será estruturada de forma que os trabalhadores e trabalhadoras, que fazem 8 horas diárias, realizarão em escalas contínuas, em turnos contínuos, jornada de trabalho de 6 horas diárias, algo já previsto em lei federal.

Nessa luta, a FASUBRA enfrenta a resistência do Governo Dilma, que não avança para garantir a jornada de trabalho semanal de 30 horas semanais para todos e todas, conforme o Decreto 4836/2003 (que altera o Decreto 1590/1995) estabelece legalmente. Além disso, o Governo Dilma, desrespeita algumas leis e pressiona (via orientações normativas) para que as categorias que já possuem por lei redução da jornada semanal de trabalho semanal, cumpram 40 horas dentro das Universidades. Além disso, a FASUBRA enfrenta uma grande resistência por parte de diversos reitores que compõe a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que ignoram o perfil da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação e ignoram os dispostos da Lei 11091/2005.

Hoje, diversas Universidades já instituíram os turnos contínuos com a jornada de trabalho semanal de 30 horas, como por exemplo a UFBA, Unila, UNIFAP. Em diversas outras, a instituição da jornada de trabalho de 30 horas semanais está em processo de implementação. A luta está em curso, e teremos que nos mobilizar para avançar nessa conquista nas Universidades Públicas que são ambientes que sofrem pressão das contradições da relação capital X trabalho.

Nesse sentido, se essa luta avança

no ambiente das Universidades Federais, cabe a STU em conjunto com a FASUBRA formular a proposta para subsidiar os trabalhadores e as trabalhadoras da Unicamp na luta pela instituição da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, visando manter a Unicamp aberta diariamente ao atendimento ao público, por pelo menos 12 horas e melhorar a qualidade de vida no trabalho da nossa categoria.

Defendemos que o STU inicie um debate junto a categoria referente a extensão das trinta horas e uma ampla campanha junto a categoria desta bandeira. Precisamos, disputar o conceito de trabalho com as novas ferramentas e tecnologia de trabalho a necessidade da implementação das 30 horas para todos os trabalhadores da UNICAMP! 30 horas já para todos! Por uma Unicamp 365 dias por ano aberta à população! VAMOS À LUTA!

CONTRIBUIÇÕES

CULTURA E ESPORTE

Contribuição à tese 02 Unidade e Luta Construindo o Vamos à Luta Nacional

O STU já foi bastante atuante na questão de cultura e esporte. Hoje infelizmente estas duas frentes estão quase imperceptíveis na nossa entidade. Não tem uma política definida, fazendo apenas ações pontuais em datas comemorativas como 20 de novembro (torneio Zumbi dos Palmares) ou a festa de final de ano. A falta de compreensão de que cultura e esporte faz parte da vida de uma entidade e que ela contribui para socialização dos trabalhadores faz com que o sindicato perca associado e se concentre apenas na luta política imediata. É necessário que o STU entenda que através da cultura e do esporte é possível fazer muita política, e que estas coordenações trarão certo gasto,

mas trarão ganhos políticos entidade. Neste sentido defendemos a ampliação dessa Coordenação com a criação de departamentos para ampliar a participação da categoria e também pensar políticas para atrair os trabalhadores. A política para estes setores tem que levar em consideração a nova composição da categoria, bem como a sua diversidade de sexo, idade dentre outros fatores. Também acreditamos ser necessária a realização de plenárias e seminários para definir políticas de longo prazo, que não fique presa a uma gestão, mas que ultrapasse diversas gestões se arraigando na cultura sindical da entidade. Propomos:

- Realização de plenárias e seminá-

rios de construção de política de esporte e cultura;

- Criação de grupos permanentes de dança, teatro, coral, maracatu, samba e bloco carnavalesco;

- Utilização de espaços na UNICAMP para criação de um cine clube;

- Um time permanente de futebol do sindicato;

- Retomada das olimpíadas do STU e torneios esportivos para além de futebol;

- Prática de esportes de salão;

- Parceria com clubes em Campinas;

- Criação de academia para aposentados e aposentadas;

- Política de esporte para mulheres;

CONTRIBUIÇÕES

NOSSA CLASSE TEM COR E NOSSA COR É DE LUTA

Contribuição à tese 02 Unidade e Luta

Construindo o Vamos à Luta Nacional

A GLOBALIZAÇÃO E A COR DA EXCLUSÃO

Em oposição a um projeto da classe trabalhadora, desrespeitando a diversidade etnocultural existente no Brasil, nos defrontamos com um projeto das elites na questão étnica-racial, projeto esse mantenedor da segregação social existente na sociedade e no Estado brasileiro. Por isso propomos a discussão étnica-racial-cultural combinando raça e classe. A ideologia que impõe a invisibilidade da cultura negra e afirma a existência de igualdade racial, dificulta o acesso e a reflexão sobre a dados que denunciam a desigualdade normalizada, minimizando suas manifestações no cotidiano: ruas, locais de trabalho, mídia, universidades etc.

A combinação do racismo com a exploração capitalista faz da situação de negr@s algo particularmente terrível. Citamos a pesquisa Relação Anual de Informação Social (Ministério do Trabalho/2009) em que a média salarial das mulheres negras é R\$790, a dos homens brancos chega a R\$1.671. A razão desta enorme diferença é simples: mulheres negras tem menos escolaridade, são obrigadas a assumir os piores postos de trabalho desde muito novas e são submetidas à precarização, informalidade e terceirização (principalmente nos chamados serviços domésticos, onde calcula-se que das 8mi trabalhadoras, apenas 2mi sejam formalizadas). Cabe lembrar que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008) demonstrou que, no passo em que estamos, seriam precisos 32 anos para que os salários de brancos e negros fossem iguados. Até lá, espera-se que negros continuem sendo 80% dos mais empobrecidos e os brancos 80% dos mais ricos. Na Unicamp tal desigual-

dade se repete. Os dados obtidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão/SIC (12/2014) mostram que a universidade possui 3278 cargos de direção e chefia e os negros e negras ocupam menos de 12% desses cargos.

Dados do Dieese demonstram que nas principais regiões metropolitanas do país a maior parte dos desempregados são negr@s, e essa relação só tende a piorar com o agravamento da crise econômica, informalização dos postos de trabalho e aumento do nível de exploração da mão-de-obra. Atualmente negr@s representam cerca de 2/3 dos pobres e indigentes no Brasil. No que se refere a corte de direitos, mais uma vez, a situação é particularmente grave para negr@s, marcados historicamente pela escravidão e a falta de políticas que visassem sua inserção na sociedade. Os processos de privatização serviços públicos agravam a situação na medida em que o quesito “aparência”, que não pode haver no setor público, aparece sempre no setor privado, por diversas

vezes de forma explícita. Se compararmos o percentual de negros em instituições bancárias públicas e privadas, constata-se a brutal disparidade, que reflete em diversos segmentos. Quantos médicos, professores universitários e juizes negros você conhece?

EDUCAÇÃO

A trágica situação do ensino também merece ser observada sob a ótica do racismo. Se a comparação do nível de escolaridade entre brasileiros, argentinos, chilenos e sul-coreanos já é alarmante, ela se torna escabrosa quando vista sob um corte de raça.

A precarização do ensino público e as diferenças socioeconômicas entre negros e brancos resultam na maior dificuldade de os negros se manterem por um longo período na escola. Todavia, quando conseguem permanecer, o fazem sob maiores dificuldades, como os escassos recursos didáticos e ausência de políticas de permanência. Essa desigualdade tem significativos impac-

Escolaridade	Total	Negros	Brancos
1-Fundamental	432	35,65%	63,66%
2-Médio	3051	28,42%	70,34%
3-Superior	3010	15,85%	81,00%
4-Especialização	830	9,16%	87,95%
5-Mestrado	413	6,54%	89,59%
6-Doutorado	304	3,95%	91,78%
7-Maior que Doutorado	3	0,00%	100,00%
8-Fundamental Incompleto	185	49,73%	50,27%
Total	8228	20,72%	76,98%

tos tanto no rendimento escolar, quanto nas taxas de evasão dos estabelecimentos de ensino. Esta situação evidentemente se estende à universidade. Exemplo extremado da elitização do ensino superior no Brasil, a USP tem menos de 1% de negros e negras entre os seus mais de 50 mil alunos e denúncias de racismo que nunca são apuradas. Contudo, a USP, do ponto de vista racial, está longe de ser uma exceção do sistema. Mesmo nas universidades federais as marcas do racismo se fazem muitíssimo presentes. Em primeiro lugar, devemos lembrar que além de *negr@s* formarem apenas cerca de 2% da população universitária brasileira, em sua grande maioria estão localizados nas escolas particulares, as quais, diga-se de passagem, geralmente apresentam uma qualidade de ensino muito inferior às instituições públicas, o que perpetua o abismo social entre negros e brancos. Na Unicamp a escolaridade de seus funcionários evidencia esta questão, dados oficiais mostram grande disparidade nas condições de acesso e permanência aos bancos escolares entre os *negr@s* e os *branc@s*. Condição que se agrava conforme eleva-se os níveis de escolaridade.

Ainda com foco nas universidades temos que apontar alguns aspectos: os negros estão localizados principalmente em cursos que, por fundamentais que sejam do ponto de vista da formação intelectual e humana, muito provavelmente não farão com que sua entrada no mercado de trabalho mude significativamente o quadro das diferenças salariais e sociais. Da mesma forma, as estruturas curriculares na graduação não se voltam para as necessidades do povo negro, sequer no atendimento da lei 10639, tampouco as linhas de pesquisa da pós-graduação.

IGUALDADE SALARIAL

- Cotas raciais, conforme dados IBGE, para Graduação, Pós-Graduação e Especialização pelos trabalhadores
- Cotas raciais, conforme dados IBGE, para cargos de direção e chefia

na universidade

AÇÕES AFIRMATIVAS

- Realização de censo sobre a composição racial e étnica dos trabalhadores
- Atenção à proporção de afrodescendentes na destinação de vagas em creches, moradias estudantis ou funcionais, bolsas, estágios etc
- Cotas raciais nos concursos, conforme dados IBGE
- Em caso de empate em processo seletivo interno, mulheres e *negr@s* terão acrescidos 2 pontos ao total obtido na avaliação
- Cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de órgãos colegiados na Universidade.

UNIVERSIDADE

- Reforma curricular nas licenciaturas para aplicação Da lei 10639/03
- Cotas sociais e raciais para Graduação, Pós-Graduação e Especialização, conforme dados IBGE
- Incentivo a linhas de pesquisa que contemplem as especificidades da população negra
- Realização de exames médicos periódicos atuando na prevenção de doenças de maior incidência na raça negra: hipertensão arterial, diabetes, anemia falciforme etc.

VIOLÊNCIA

Sabemos que no Brasil a violência tem classe e região: as maiores vítimas são os trabalhadores pobres das regiões periféricas, ameaçados pela criminalidade e também pela ação policial, como vimos no episódio do Pinheirinho, em SP. Também sabemos que esta violência tem cor, o que explica a taxa de mortalidade de negros por tiros ser quase 3x o índice em brancos. A juventude negra da periferia sofre com a violência da PM sob alegação dos autos de infração, ou seja, ao reagir a ação policial, muitas vezes abusivas, é exterminada sem direito a defesa. Grande parte desses casos são mascarados pela elite. Os principais veículos de comunicação

de massa forjam uma igualdade inexistente (algo que só tem sido atenuado nos últimos anos a partir da atuação dos movimentos negros) e a discriminação estende-se até à demonização da cultura religiosa afro-brasileira (nos últimos dias vimos o aumento do nº de registros de agressões aos membros de religiões de matrizes africanas).

COMBATE AO RACISMO

- Tratamento adequado às questões saúde negra, particularmente anemia falciforme, hipertensão, leucopenia e miomatoses
- Lutar contra todas as expressões de racismos e discriminação racial, denunciando e exigindo severa punição daqueles a pratiquem
- O STU não permitirá a existência de racismo em suas fileiras. Qualquer denúncia neste sentido será imediatamente conduzida à comissão de ética. Afastamento do infrator, caso integre a direção, para apuração
- Denunciar todo aquele que obstrua a entrada de negros no mercado de trabalho, dificulte sua ascensão e promoção profissional, estabeleça critérios de remuneração diferenciada ou se omita diante de manifestações racistas dentro das universidades
- Lutar por uma estrutura educacional brasileira que vise eliminação de todos os traços racistas, discriminatórios e estereotipados em relação à população negra. Realização de um amplo debate com a comunidade universitária para definir as melhores formas de ação imediata

CONSTRUINDO CLÁUSULAS PARA DEFENDER NA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Ainda vivemos um período em que, mesmo com os avanços que acumulamos na discussão racial, as medidas concretas ficam restritas a pequenos grupos, isso quando temos GTs ou espaços similares para essa discussão. É preciso ir além, compreender a importância da luta contra a discriminação racial significa incorporá-la em múlti-

plos aspectos enquanto tarefa do conjunto dos militantes sindicais. Assim, refletindo o debate que estamos desenvolvendo com diversos militantes, e buscando uma construção coletiva no STU para intensificar iniciativas, apresentamos um conjunto de pautas que coloca concretamente a importância da luta contra a discriminação racial.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

- Igualdade de oportunidades no acesso à relação de emprego e sua manutenção
- Igualdade de condições de trabalho e progressão funcional
- Campanhas de conscientização e orientação a gerentes e chefias no sentido de prevenir práticas discriminatórias
- Apuração dos casos de discriminação racial denunciados no STU, ocorridos no seu âmbito ou que tenham sido praticados contra os servidores no cumprimento das suas atividades
- Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de comissões como saúde do trabalhador, ou de ética no serviço público
- Preservação da autonomia de conselho que apure casos de discriminação no ambiente de trabalho

CONTRIBUIÇÕES

PARA ALÉM DAS GRADES DA UNICAMP: A GREVE NAS FEDERAIS E DOS DEMAIS SETORES PÚBLICOS NO BRASIL

Contribuição à tese 02 Unidade e Luta Construindo o Vamos à Luta Nacional

GREVE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 133 DIAS

A nova direção da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas – FASUBRA empossada em maio deste ano teve um grande desafio, a greve das universidades que iniciou em seguida da posse da direção e durou 133 dias. A maior greve da história da federação combateu o ajuste fiscal do Governo Dilma, alcançando praticamente todas as universidades federais e diversos institutos, e gerando forte repercussão na mídia. Pouquíssimas categorias conseguiram sustentar uma greve tão longa num país continental, de forma unificada, para seguirmos na luta contra o arrocho salarial, a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Essa greve encontrou um imenso desafio: o governo se encontra mergulhado na forte crise econômica que alimenta uma crise social, criando uma forte crise política. Ainda que exista uma enorme disputa pelo poder entre frações da base de sustentação do governo e da burguesia, em relação a aplicação do ajuste fiscal, na lógica de cortar gastos e investimentos, atacando os direitos dos trabalhadores, há um grande acordo entre os governos federal e estaduais. Todas as greves do funcionalismo público estadual que ocorrem ou que estão acontecendo nesse ano, mesmo sendo grandes e resistentes aos ataques dos governos, apenas reduziram danos, não arrancaram significativas conquistas econômicas. Foi assim em de São Paulo (reajuste parcelado em duas vezes), Paraná (reajuste em dois anos), Bahia (reajuste em dois anos) e

Rio Grande do Sul (corte de salários), além do pacote anunciado para o Distrito Federal e Rio de Janeiro. O marco tem sido de arrocho com parcelamento do reajuste, cortes de direitos e repressão policial. Os governos estão bancando o desgaste político com o funcionalismo para aplicar o ajuste fiscal e garantir os compromissos feitos com as elites. A greve da FASUBRA fez parte dessa resistência ao Ajuste Fiscal. Começaram a greve específica no dia 28 de maio, com uma pauta geral com o conjunto do funcionalismo com a reivindicação de um índice de reajuste de 27%, e uma pauta específica. O governo apresentou a contraproposta de 21,3% parcelado em 4 anos (cerca de 5% ao ano), sem nenhuma perspectiva de majoração nos benefícios e com pouquíssima disposição para avançar na pauta específica. A greve cresceu, parou pontos nevrálgicos nas universidades, ganhou espaço nas mídias locais e nacional e passou a fazer parte da conjuntura política. A determinação em buscar unidade com outros setores do funcionalismo e movimentos sociais, permitiu acumular forças suficiente para derrotar a proposta de reajuste em 4 anos do governo, onde haveria possibilidade de fazer uma nova greve somente em 2019, após o fim do mandato da Dilma/PT.

O governo recuou de sua proposta original e apresentou uma contraproposta de reajuste de 10,8% em 2 anos. O pacote econômico do reajuste ainda contou com correção nos benefícios, com o auxílio pré-escolar recebendo a majoração mais significativa, bem como os demais benefícios tendo atualização da inflação desde o último re-

ajuste. Em relação ao novo período do reajuste, em comparação aos dois últimos acordos que a FASUBRA assinou (2007 e 2012), houve um avanço, pois tinham vigência de 3 anos.

Em relação ao índice, foi mantida a isonomia com os aposentados e pensionistas, mas infelizmente não houve avanços significativos nos percentuais, o governo seguiu negando as perdas sem considerar sequer a inflação de 2015, e os índices que foi possível alcançar nessa greve cumprem o papel de evitar que as perdas se acumulem até a próxima discussão salarial. Mas é preciso destacar que diferentemente de outras categorias, conseguiu-se uma pequena majoração nos níveis da carreira (3,9% em 2017) ampliando um pouco o poder aquisitivo da categoria através de elementos da carreira. Complementam o resultado da greve nacional, as 2000 vagas de graduação e 2000 vagas de especialização para os Técnicos Administrativos em educação em 2016, o debate de itens de carreira até maio de 2016, o aproveitamento de disciplinas, a não absorção do vencimento básico complementar VBC, o início da discussão de negociação coletiva, o dimensionamento de pessoal, o seminário nacional sobre assédio moral nas Instituições Federais Ensino - IFEs, as tratativas para a democratização, e o agendamento da discussão da pauta dos trabalhadores que se encontram cedidos, formal ou informalmente, à Empresa Brasileira de serviços Hospitalares -Ebserh. Finalmente, o acordo no termo de reposição, de colocar em dia o serviço represado pela greve, sem necessidade de compensar em dias ou horas o período paralisado, foi também

uma vitória sobre o governo que queria a reposição integral dos dias parados. Num desfecho de greve em que a grande mídia atacou sistematicamente as greves da Educação e do INSS, com reportagens para jogar a opinião pública contra as greves e reforçar a retirada de direitos, e tendo esgotado as possibilidades de manter uma ofensiva conjunta do funcionalismo, ou mesmo um processo superior (como a greve geral), a correlação de forças se mostrou sem possibilidade de seguir avançando a proposta que estava apresentada na mesa de negociações, e a categoria considerou adequado o recuo estratégico, arregimentando forças para a continuidade da luta em outro momento. É importante manter a unidade política do movimento, pois o quadro conjuntural sinaliza para ataques ainda mais duros em breve, que demandarão do funcionalismo capacidade de iniciativa e resistência.

A saída da greve, portanto, se apresenta com novos desafios e tarefas, desde exigir o rigoroso cumprimento das cláusulas do termo de acordo e de seus prazos, a debater na categoria e com a comunidade os novos desafios para impedir que a conta da crise recaia sobre a saúde, a educação e sobre os trabalhadores, e buscar laços e iniciativas comuns com outras entidades sindicais e movimentos populares, reposicionando a FASUBRA para as lutas que em nesse próximo período serão uma necessidade histórica.

CONTRIBUIÇÕES

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, A BOMBA CONTINUA ARMADA! Contribuição à tese 02 Unidade e Luta Construindo o Vamos à Luta Nacional

A situação dos restaurantes RU, RA e RS e do HC continua a mesma. Já denunciávamos no último congresso do STU e de lá pra cá o desrespeito persiste, vai da ausência de funcionários, maquinário obsoleto, condições degradantes de trabalho etc.

Em 2011, o STU fechou o RU num ato de repúdio porque as trabalhadoras lavavam as bandejas nas mãos. Os casos de assédio aos trabalhadores são constantes, a exemplo do disparate da chefia da FUNCAMP impor a cor das roupas íntimas das trabalhadoras, em 2014. Descarte irregular de alimentos e casos de ratos nas dispensas também compõem a lista de denúncias que fizemos no último período. Isto tudo é encarado com naturalidade pela reitoria que, de quando em quando, faz reformas para “inglês ver”, na tentativa de esconder a realidade da comunidade e da fiscalização. Porém para quem está lá no dia a dia, a realidade é bem outra.

Tadeu prometeu a construção de um novo restaurante, melhoria nos alimentos etc, porém, assim como as principais promessas dele, ficou no campo da intenção. É necessário uma mudança radical para melhoria deste serviços, apontamos abaixo algumas das situações encontradas nos restaurantes:

DA ESTRUTURA:

A estrutura predial do bandeirão (UR), ainda apresenta graves deficiências, não obstante terem sido feitas reformas. A cobertura do complexo precisa ser refeita com urgência, pois a mesma apresenta infiltrações e vazamentos, por ocasião das chuvas. O escoamento de líquidos e águas prove-

nientes de limpeza e outros corre em canaletas e ralos a céu aberto contribuindo para a proliferação de insetos e animais pestilentos, como ratos e baratas. Os ralos e canaletas existentes dentro da cozinha não tem gradil apropriado, são velhos, enferrujados ou provocam acidentes, quando existem, permitindo assim o acesso de insetos e animais pestilentos dentro da cozinha e dispensa do restaurante. A eletricidade ainda é precária e deficiente, foram arrumadas algumas luminárias e alguns quadros de força: um dos principais quadros de disjuntores que fica na frente da sala de RH é obsoleto e irregular, contrariando o que determina a NR 10.

DA SALAS DE CALDEIRAS:

A sala de apoio é inadequada e condenada pelo ministério público do trabalho por não ter ventilação adequada e nem rota de fuga. A bomba de óleo combustível que abastece as caldeiras esta em péssimas condições com vazamentos de combustível faz poças de óleo e infiltra no piso da sala escorre para as canaletas e ganha a galeria de águas pluviais. Além de esta bomba ser inadequada para este tipo de operação, a mesma é improvisada. A perícia por meio de laudo de segurança das caldeiras (inspeção) é feita aleatoriamente sem acompanhamento do operador e muitas vezes nem é feita, descumprindo o que determina a NR 13. O produto químico usado para o tratamento da água das caldeiras é manuseado sem os EPIs adequados. O funcionário que foi contratado via FUNCAMP para trabalhar na caldeira foi desviado de sua função, trabalhando em outro res-

taurante como repositor de alimentos e executando todo e qualquer tipo de serviços. O Boiler (Sistema de água quente) opera em péssimas condições, avariado, tomado de corrosão, com vários vazamentos e funcionando a pressão constante de aproximadamente 6 Kgf/cm com seus instrumentos de medição (manômetros, termostatos e termômetros) quebrados, correndo o risco de explodir a qualquer momento, colocando em risco eminente a vida do operador e de transeuntes.

DA OFICINA MECÂNICA:

A oficina funciona na prática como um almoxarifado de sucatas: máquinas obsoletas, falta de equipamentos e materiais para que se realize de forma adequada e eficiente a grande demanda de manutenção, uma vez que a equipe de manutenção é a mesma que dá suporte para os demais restaurantes do campus. Os painéis da cozinha também estão em péssimas condições e com o seu tempo de vida útil vencido. Essas painéis são remendadas com soldas elétricas inadequadas para o reparo nestes equipamentos, estão enferrujadas, corroídas, com muitos furos e os reparados são feitos com material provenientes de outras sucatas e readaptados. Isso coloca em risco eminente o cozinheiro e todo o pessoal que trabalha na cozinha, pois os painéis trabalham com uma pressão de um a dois quilos de vapor vivo, lembremos do grave acidente ocorrido no final do ano passado.

DOS CARRINHOS TÉRMICOS:

Os carrinhos térmicos que transportam os alimentos são uma vergo-

nha! Suas resistências elétricas são reparadas de forma irregular, ao invés de serem trocadas, ocasionando alta amperagem e levando várias vezes a incêndios, derretimento do material plástico que transporta a comida. As rodas dos carrinhos são velhas e travam, dificultando muito o manuseio do mesmo requerendo do funcionário grande esforço físico, ocasionando várias lesões nos mesmos de vários tipos. Os funcionários são obrigados a trabalhar com os carrinhos nestas condições. A condição de higiene dos carrinhos é lamentável, não são poucas as vezes que se encontram baratas nos mesmos, e o seu aspecto é nojento, amassado, remendado com massa plástica, material tóxico, que pode contaminar a comida.

DA MAQUINA DE LAVAR BANDEJAS:

É uma máquina de lavar pratos, adaptada e improvisada, a mesma não consegue lavar a contento as bandejas, que saem sujas com resíduos de alimentos. Como solução muitas vezes se aumenta a quantidade de produto para a limpeza das mesmas, o que deixa a mesma esbranquiçada e com resíduos dos produtos. A máquina também não consegue vencer a demanda de bandejas e as chefias obrigam os funcionários a lavarem/secarem as bandejas nas mãos para suprir essa demanda.

DOS CARDÁPIOS E ALIMENTOS:

O cardápio no RU há muito tempo é “do que tem não falta nada”, ou seja, faltam alimentos para compor muitas vezes o cardápio proposto pela nutrição. Então vai o que tem, inventando nomes para rerepresentar os mesmos cardápios. Os produtos comprados pelo RU são de baixíssima qualidade, os sucos são péssimos, cada vez se compra de um fornecedor mais barato e de menos qualidade e menor valor nutricional. Até o cafezinho servido é de péssima qualidade, e é preparado numa proporção de pó e água visando economizar o pó e a copeira é expressamente avisada e advertida a não mudar a pro-

porção, sendo passível de severa punição. O resultado é que o café nem pode ser comparado a “água de batatas” de tão ruim.

DA CONDIÇÃO DE TRABALHO EM GERAL E OS TRABALHADORES FUNCAMP:

A condição de trabalho nos restaurantes da Unicamp é muito ruim: o assédio moral é corrente, a falta de equipamentos de proteção individual expõe terrivelmente os trabalhadores etc. Falta sapatão e uniformes, que muitas vezes demoram a vir (chegando a 2 anos de espera!) e não se mantém no almoxarifado estoque mínimo. Para o trabalhador da FUNCAMP é pior ainda, não podem reclamar ou recusar qualquer ordem e nem mesmo questionar, pois são ameaçados e punidos severamente. Os trabalhadores Funcamp são obrigados trabalhar como “serviçais Bombril”, (mil e uma utilidades) fazem de tudo, mesmo que ocasione desvio de função ou que não estejam aptos ou preparados para realizar tal função. São remanejados aleatoriamente e autoritariamente, sem voz, sem vez e sem direitos e dão suportes aos restaurantes “cascas”, que não cozinham e apenas recebem os alimentos prontos do RU (RS e o RA).

A mesquinharia e o desperdício são marcas dos restaurantes do campus. A mistura e regimento contada e fiscalizada por um supervisor na hora de servir, apenas dois ou três pedacinhos de linguiça por exemplo. Depois é jogado fora toneladas de linguiças, salsichas, almondegas, carnes e outros, sorratamente direto da cozinha para ser misturada a lavagem e ninguém perceber, de preferência às sextas-feiras à tarde.

DAS TUBULAÇÕES:

A tubulação que conduz o vapor até a planta da cozinha está com o tempo de vida útil mais que vencido, precisando ser trocada urgentemente. São constantes os vazamentos e os contínuos remendos e gambiarras feitos na tentativa de amenizar a situação.

PARA UMA REAL E DEFINITIVA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DOS RESTAURANTES PROPOMOS:

- Discussão sobre um modelo de complexo de refeitórios para universidade;
- Abertura de concurso público para as funções permanentes dos restaurantes;
- Investimento real nos restaurantes;
- Reforma no RU;
- Construção de um novo restaurante, e não somente refeitórios;
- Aquisição de maquinário moderno e adequado para os restaurantes;
- Melhoria do ambiente para que este não fique a mercê de pragas, ratos, pombos etc;
- Fim do assédio moral às trabalhadoras funcamp e unicamp;
- Melhorias nos restaurantes das unidades externas;
- Adequar a oficina mantendo um estoque de peças para reposição apropriado à demanda dos restaurantes.

CONTRIBUIÇÕES

UM PROJETO DE COMUNICAÇÃO PARA O SINDICATO

Contribuição à tese 02 Unidade e Luta

Construindo o Vamos à Luta Nacional

A imprensa no sindicato é um órgão fundamental e estruturante. A comunicação com a categoria, divulgação das ações, explicações sobre as políticas, agitação para a luta e constituição de identidade política com a entidade perpassam à coordenação de imprensa. Neste sentido, para além de pensar as tarefas e frente a serem cobertas pela assessoria de imprensa, é fundamental pensar qual imprensa queremos no STU.

É necessário que o STU compreenda a comunicação como prioridade, como impulsionador da luta sindical e do enraizamento da entidade na base, sendo mais do que o conjunto de suas publicações. Precisamos de uma equipe de imprensa que esteja conectada com a categoria e seus anseios, se responsabilize por respondê-la e que seja a vitrine da entidade. A imprensa do STU precisa estar atenta à atividade cotidiana da direção sindical, em ocupação permanente com a formação política da categoria e com a organização sindical (visitas às bases e difusão dessas atividades de forma organizada e analítica – não apenas informativa –, divulgação de informações de interesse dos trabalhadores ainda que não diretamente relacionados com as questões sindicais específicas, geração de conteúdo diferenciado não só em termos de forma e acompanhamento das redes sociais).

Com a crescente informatização da vida temos que entender que a entidade, se não assumir o protagonismo imediato e in loco, da comunicação das atividades outros o farão, e de forma por vezes confusa e dispersa, afinal, nessa “era de informação digital” a produção de conteúdos não é exclusividade da grande mídia e nem das en-

tidades. Precisamos entender as mídias instantâneas como uma ferramenta de auxílio da luta sindical, e “sairmos na frente” na constituição dos conceitos e pautas coletivas que dizem respeito à categoria. Além de entender tais ferramentas como importantes aliados no estreitamento de laços entre a categoria e a direção, e entre o STU e demais movimentos de esquerda.

Mas não podemos esquecer que, assim como as redes sociais são importantes aliados na comunicação instantânea, elas também apresentam limitações. O perfil de tamanho dos textos e de caráter instantâneo não permitem grandes debates e um aprofundamento linear de discussão. Para estas demandas os instrumentos mais importantes continuam a ser o jornal e revista, onde se pode entrar em maiores detalhes e aprofundar as discussões, conectando debates e se abrindo para intervenções da categoria, não somente da direção da entidade.

O STU peca muito na utilização de suas ferramentas de comunicação. Seja por não compreender as diferentes formas de diálogos a que elas se propõem, seja pela falta de periodicidade delas (a exceção do boletim), que acarreta numa falta de credibilidade e baixa procura pela “visão” do sindicato sobre as demandas cotidianas do trabalhador.

Reverter tal situação pode não ser fácil, mas se tivermos clareza do que almejamos como comunicação da imprensa é possível.

A diversificação dos meios de comunicação do sindicato ajuda de imediato à propagação das atividades e políticas da entidade, pois amplia as pessoas que têm contato com o sindicato. Elaboração de vídeos, de campanhas midiáticas, elaboração de debates online, regulari-

zação do jornal bimestral com espaço para o trabalhador escrever/publicar, pontos de acesso a notícias e informação, facebook, revista semestral temática, boletim para as notícias de caráter mais imediato e agitativo, texto para publicação na grande mídia e nas mídias alternativas, agendamento de entrevistas, releases das atividades sindicais etc são exemplos de tarefas possíveis e que diversificam o alcance do sindicato.

São muitas tarefas necessárias para que o STU volte a ser a fonte principal de informação e formação da categoria. Para isso, portanto, é preciso pensar uma real equipe de imprensa, capaz de dividir tarefas, acompanhar e responder às demandas da categoria. Após a experiência da gestão anterior de contratar uma empresa para prestar o serviço de assessorar os trabalhos na imprensa e passado um ano da atual gestão, defendemos que é necessário buscar uma nova alternativa. Defendemos que o STU deve compor o seu próprio corpo de jornalistas, e desenvolver um novo projeto. É necessário que a equipe de imprensa seja integralmente contratada e responda a diretoria por igual, que exerça suas atividades in loco, para acompanhamento das reuniões e demais atividades e possam cobrir qualquer eventualidade que a dinâmica de trabalho da universidade impõem aos trabalhadores.

Mas tão importante como uma equipe comprometida trabalhando para os trabalhadores da Unicamp, é fundamental que o conjunto dos diretores responsáveis pela coordenação de imprensa assumam de uma vez por todas a tarefa de formar e informar a categoria, sem boicotes às ferramentas, sem lavar as mãos sobre suas responsabilidades, enfim, sendo dirigentes de fato.

PROPOMOS:

- Campanhas visuais com vídeos e cartazes,
- Elaboração de vídeos explicativos,
- Organização de debates online,
- Regularização do jornal bimestral com espaço para o trabalhador escrever/publicar,
- Revista temática semestral,
- Criação pontos de acesso a notícias e informação pelo campus,
- Facebook da entidade mais dinâmico,
- Boletim para as notícias de caráter mais imediato e agitativo,
- Publicação de textos na grande mídia e nas mídias alternativas,
- Agendamento de entrevistas,
- Elaboração de releases das atividades sindicais
- Divulgação de atividades políticas e culturais de interesse da categoria
- Criação de uma equipe in loco de ao menos 3 funcionários para a imprensa do STU.

CONTRIBUIÇÕES

DEPENDÊNCIA QUÍMICA E AS ESTRATÉGIAS PARA COMBATÊ-LA

A Unicamp convive com um conjunto de trabalhadores que sofrem as consequências das pressões sociais e são vítimas da dependência química e também do tabagismo. Esse é um problema que afeta a vida de muitos trabalhadores e seus familiares.

O Sindicato precisa ter uma ação mais propositiva em relação a essa situação, já que muitos trabalhadores perderam suas vidas com problemas de saúde agravados pela dependência. Mas também há muitos exemplos de superação.

A Unicamp, através do Cecom tem o programa “Viva Mais” que é uma importante iniciativa de caráter preventi-

vo e também na definição de políticas de combate aos vícios. É preciso uma participação mais efetiva do sindicato que tem acento nesse grupo. Como instituição que representa os funcionários e que tem o respeito da categoria o sindicato poderia dar grande contribuição participando da formulação de políticas e também promovendo campanhas.

Esses são problemas que em última instância acabam sempre repercutindo no Sindicato. Não é incomum trabalhadores com esse nível de problemas serem encaminhados para sindicâncias ou Comissão Processante, sob alegação de problemas comportamentais,

absenteísmo, etc.

Prevenir e identificar os problemas no início é a melhor saída.

XIII Congresso dos trabalhadores da Unicamp reafirma o compromisso do STU com a política de prevenção contra as drogas, álcool e tabaco, delegando a seus representantes participar dos Fóruns que trata da definição de políticas, bem como promover campanhas que atuem no sentido da prevenção.

Campinas, 23 de outubro de 2015

*Elizabeth Freitas Silva
Matrícula 170054*

CONTRIBUIÇÕES

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: Contribuição à tese 02 Unidade e Luta Construindo o Vamos à Luta Nacional

MULHERES NAS UNIVERSIDADES E NA LUTA SINDICAL

Nossa categoria é formada majoritariamente por mulheres, porém as mulheres têm proporcionalmente menos cargos administrativos que os homens. Além disso, são os postos de trabalho considerados femininos os menos prestigiados, os com menores salários e os primeiros a serem terceirizados. Um exemplo atual são os Hospitais Universitários e os postos terceirizados.

Os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo nesse último período, como aumento da idade mínima para aposentar, restrição de acesso às pensões, expansão da terceirização, fim dos concursos, arrocho nos direitos sociais, restrição das verbas para os programas assistenciais promovidos em grande medida pelo Ajuste fiscal de Dilma e pela pauta recessiva do Congresso Nacional atingem em cheio as mulheres trabalhadoras. Tal condição de superexploração, por si só, já coloca as mulheres como um eixo fundamental da luta sindical. Podemos lembrar também da luta por 30h e de como ela é importante para as mulheres, que com todas as responsabilidades que lhes são atribuídas, têm pouco tempo de se dedicarem aos estudos, cuidados pessoais, carreira, filhos e à própria luta sindical.

Mas o sindicalismo não pode fazer vistas grossas às pautas eminentemente femininas, sob risco de perderem a confiança política das companheiras. Questões como saúde preventiva e creche para atendimento d@s filh@s de trabalhadoras(es) são comumente tratadas como apêndices das reivindicações sindicais. O ingresso significativo de mulheres jovens na categoria torna mais do que necessário que o STU

se aproprie da demanda por creches na universidade e torne a luta por um Sistema Educativo de qualidade com status de Unidade de Ensino uma pauta central. O não respeito da educação infantil como um direito da criança, como a Unicamp faz atualmente (e infelizmente) é um fardo para a mãe e sua inexistência acaba por retirar parte do tempo que as companheiras dedicariam à luta sindical e feminista. Ter a criança estudando dentro da universidade dá a mãe tranquilidade, amparo e maiores condições de acompanhamento da vida escolar da criança, sem que com isso se prejudique no serviço por ausências prolongadas e frequentes.

Além de compartilhar todas as dificuldades do conjunto da classe (às vezes sofrendo-as de forma mais dramática), as mulheres enfrentam dificuldades junto aos próprios companheiros de luta e a estrutura sindical que deveria protegê-la. Não devemos, contudo, equiparar as divergências com opressão. Tão pouco as opressões que sofremos de nossos companheiros de luta como às que sofremos por parte de governos, patrões e do sistema. Aqueles que lutam pela emancipação da classe não podem ser lidos como inimigos, ainda que precisemos derrotar o machismo que eles reproduzem e que compreendamos que eles nem sempre se colocarão ao lado das lutas das mulheres quando as pautas feministas ferirem seus “privilégios de homens”. É essa triste constatação que impõe a demanda de cotas de participação das mulheres nas direções sindicais e a criação de GTs de mulheres, bem como a regularidade dos espaços de debate de gênero aberto a toda a base. São as mulheres as protagonistas naturais dessa luta e é necessário que o STU assumo

comprometimento com a viabilização da participação deste setor, tanto em termos de infraestrutura, por exemplo, creches em espaços políticos, mas também em termos políticos, dando peso às atividades e incentivando a criação destas políticas.

PROPOMOS:

- Defender o direito pleno à vida, à liberdade, à saúde, à educação, ao trabalho, e ao lazer;

- Combater qualquer forma de violência e/ou discriminação contra as mulheres;

- Construir atos classistas nos dias 8 de março (dia internacional da mulher), 30 de abril (dia nacional da mulher), 25 de julho (dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha) e 25 de novembro (dia nacional contra a violência a mulher);

- Lutar pela legalização do aborto. Que a mulher tenha total autonomia sobre seu corpo, sem qualquer intervenção do Estado, realizando Seminários sobre este tema casando-o com programa de saúde pública específica;

- Apoio à Luta das Mulheres do campo, da cidade e da floresta;

- Apoio à Luta das Mulheres negras e LBTT;

- Apoio à luta pela regulamentação da PEC das Domésticas;

- Lutar contra a violência à mulher através das mídias e redes sociais, que expõem as mulheres as mais diversas formas de humilhação. Lutar contra a exposição e utilização do corpo da mulher como mercadoria e contra o turismo sexual;

- Luta por creche em tempo integral e ampliação das vagas na creche da Unicamp, visando contemplar integralmente a demanda interna, incluindo os

dependentes d@as trabalhadoras/es terceirizados;

- Lutar pela ratificação da Convenção nº 156 e 100, 183 da OIT;

- Lutar pelo aumento de Delegacias da Mulher no país com atendimento 24h;

- Defesa da licença maternidade de 1 ano, sem perdas salariais e de direitos;

- Lutar pela implementação de uma Política de Qualidade de Vida, enfocando a questão da saúde da Mulher;

- Desenvolver Campanha de Sindicalização voltada para as mulheres;

- Fomentar e auxiliar a participação das trabalhadoras da Unicamp na Coordenação de Mulheres do STU;

- Promover a discussão na categoria sobre a aplicação de cotas de 50% para as mulheres na composição da direção;

- Garantir a participação das mulheres que têm filhos de zero a onze anos, com creches nas atividades de militância;

- Oferecer ações formativas para os companheiros sobre a questão da mulher e coibir e punir qualquer prática machista dentro do sindicato;

- Realizar um censo traçando o perfil da mulher trabalhadora da Unicamp, observando entre outras o acesso a ascensão na carreira e a idade fértil, para projeção de demanda futura por creche;

- Realizar bianualmente “Encontro da Mulher Trabalhadora na UNICAMP”, intercalado com os anos do Congresso do STU;

- Realizar um Seminário sobre “Machismo, Assédio Moral e Sexual no serviço público e no movimento sindical”, para traçar estratégias de combate;

- Participar da construção da Marcha das Mulheres Negras;

- Criação de um Fórum das Trabalhadoras das Universidades Estaduais Paulistas para articular a luta das Mulheres e suas pautas;

LGBTT

Direitos não se negociam! O compromisso do STU com a defesa dos direitos da população LGBTT é ine-

gociável. Nos últimos 4 anos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTT) protagonizaram importantes lutas e mobilizações defendendo a criminalização da homofobia, da lesbofobia, da bifobia e da transfobia. Em 2013, tomaram as ruas para protestar contra o fundamentalismo e conservadorismo que se destacou no Congresso Nacional, pela voz opositora de Marco Feliciano, quando ocupou a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Em 2015 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto da Família que reforça o preconceito institucional contra os relacionamentos homoafetivos, gerando uma grande indignação na população que reagiu nas redes sociais criando a campanha “Minha Família Existe”.

Nos últimos anos, milhões de LGBTTs brasileiras ocuparam as ruas das cidades brasileiras com paradas do orgulho LGBTT para celebrar o levante de Stonewall e reivindicar direitos histórica e estruturalmente negados. Os espaços internos das Universidades Públicas, refletindo a estrutura social brasileira, não ficaram imunes a cenas de opressão contra a população LGBTT e, portanto, a luta pela garantia de direitos para a população LGBTT também se faz presente nas Universidades. O sindicato deve contribuir no fortalecimento dessa luta! Definitivamente deve ser esse um esforço conjunto de todo o movimento sindical.

EIXOS DE AÇÃO REFERENTES À DIVERSIDADE SEXUAL:

- Lutar pela Criminalização da opressão contra LGBTT e pela Constitucionalização da proteção aos LGBTT;

- Lutar pela implantação de políticas concretas visando o combate sistêmico à homofobia e transfobia;

- Pela Alteração do Código Civil para assegurar a conquista do casamento civil igualitário. Pela aprovação do Projeto de Lei 5120/2013!

- Pela aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 que garante o direito à mu-

dança de nome e de sexo na documentação pessoal e pelo reconhecimento do nome social em todas as instâncias da Universidade;

- Lutar pela Implementação de políticas que incluam nos sistemas curriculares dos Ensinos Básico, Médio e Superior o debate da homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.

- Lutar para que o Governo Federal acate e implemente de fato as propostas apresentadas pela população durante a realização das Conferências Nacionais LGBTT.

CONTRIBUIÇÕES

NOTA DA OLPN (ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO) CAMPINAS /SP/BR

NEGROSENEGRAS, reunidos(as) em Campinas/SP, nos dias 25 e 26 de julho de 2015, após o lançamento em SP da campanha pela Reparação Histórica e Humanitária aos Povos Negro e Originários em decorrência dos crimes de lesa humanidade cometidos contra esses povos através do Tráfico Transatlântico, escravização, genocídio e a permanência de seus efeitos ao longo de 515 anos de História de uma Nação inconclusa.

A campanha se dará através da coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular, que estará vinculado às expressões atuais de resistência dos Povos Negro e Originários à Colonização interna, que procura consolidar o esbulho dos Povos Originários e Negro, bem como seu Genocídio.

O recrudescimento do Racismo, expresso institucionalmente nas três esferas de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e na hipocrisia reinante na Sociedade, que se cala ante a infâmia Racista recorrente, cuja expressão maior é o aterrador fato de 35.000 jovens negros, na faixa etária de 14 à 29 anos, vítimas de homicídio por ano no Brasil.

Não satisfeitos e aprofundando o estigma que nos transforma em uma ameaça e nos criminaliza, tudo se justifica; aos que sobrevivem à matança resta o encarceramento, não têm sequer o Direito de existir, conforme expresso em viva voz pelo relator da PEC 171, da redução da maioria penal que em homenagem aos carrascos Nazistas e à ideologia Colonial Eugênica, perante o Jornal The Guardian, proferiu o seguinte comentário:

“Um dia, chegaremos a um estágio em que será possível determinar se um

bebê, ainda no útero, tem tendências à criminalidade, e se sim, a mãe não terá permissão para dar à luz”, disse Laerte Bessa (PR-DF) ao jornal inglês The Guardian”. 21/ 07/ 2015

A confissão escancarada de um crime, sem qualquer consequência contra o autor, bem como o do Judiciário, com a absolvição dos PMS autores da chacina no Cabula em Salvador - Bahia, como em muitos outros casos, reforçam o estigma e sinalizam para nós negros que a Justiça não existe, e que o Estado Democrático de Direito uma fantasia, ou uma piada de mau gosto.

Desterritorializados, com nosso perterritório sequestrado, amontoados nas periferias e favelas, senzalas modernas, sob forte vigilância das forças policiais, única “política pública” eficaz de Estado, caminhando com uma legião de mortos, banhados em um mar de sangue e lágrimas que somente nós enxugamos e choramos, chegou a hora, mais do que tardia, de se estancar a matança.

Nesse sentido, a campanha pela reparação se vincula às lutas concretas de nosso Povo pela garantia da titulação e demarcação dos Territórios Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Povos Originários, resistindo contra os ataques do Racismo Institucional sintetizados através de medidas legislativas como a PEC 215/2000, ADI 3239 de 2004, PL 31/2015 (RS) entre outras. Vincula-se também à resistência do Povo de Terreiro contra os ataques que os mesmos vêm sofrendo, com depredação de Terreiros, ataques físicos, como o apedrejamento de uma criança de 10 anos adepta do Candomblé, projetos de Lei que criminalizam a sacralização dos animais, bem como

uma campanha permanente de desmoralização feita por setores evangélicos, além da luta pela implementação da Lei 10639/2003, ou seja, contra o Racismo/Genocídio e pela construção do Projeto Político do Povo Negro para o Brasil.

Reiteramos que não existe integração possível sem que, com isso, nos tornemos coniventes com os nossos carrascos, alertamos e denunciemos que não estamos a negociar sobre a desgraça imposta aos Povos. Romper com a tentativa de tutela, que nos transforma em População, e assumirmos o nosso protagonismo enquanto POVO NEGRO é o chamado e desafio que a história nos impõe e que a campanha pela Reparação é uma ferramenta de fundamental importância.

Campinas, 26 de julho de 2015.

REPARAÇÃO JÁ!

Assinam:

Márcio do Carmo/HC

Margarida Barbosa / Caism

Kiko/FE

Reginaldo Bispo – ex-funcionário em processo de reintegração ao trabalho

**Acompanhe as atividades
do XIII Congresso dos
Trabalhadores da Unicamp
e as notícias de interesse da
categoria no site do STU
www.stu.org.br**



**Sindicato dos
Trabalhadores
da Unicamp**